



município de **Olhão**
mais olhão



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DE GESTÃO 2016





município de **Olhão**

2011

RELATÓRIO DE ATIVIDADES



I. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1.1 Acolhimento ao Munícipe (Balcão Único)

O Balcão Único continua a ser o espaço de atendimento centralizado do Município, instalado na respetiva sede, desde a sua abertura ao público a 06 de fevereiro de 2012, sempre com muita afluência os seus cinco postos de atendimento e posto de tesouraria.



Em setembro de 2016 com a alteração das atribuições da Fesnima Empresa Pública de Animação de Olhão, EEM, as matérias relativas à habitação social, até então atribuição da Câmara Municipal, passaram para a referida empresa, com reflexos ao nível do atendimento efetuado no Balcão.

A partir do início desse mês, o quinto posto de atendimento do Balcão Único passou a estar afeto à empresa municipal, ficando os restantes quatro e a tesouraria afetos exclusivamente aos serviços do Município.

Tal alteração teve impacto no número de atendimentos efetuados pelas colaboradoras do Balcão Único, conforme se retira do quadro abaixo (quadro 1).

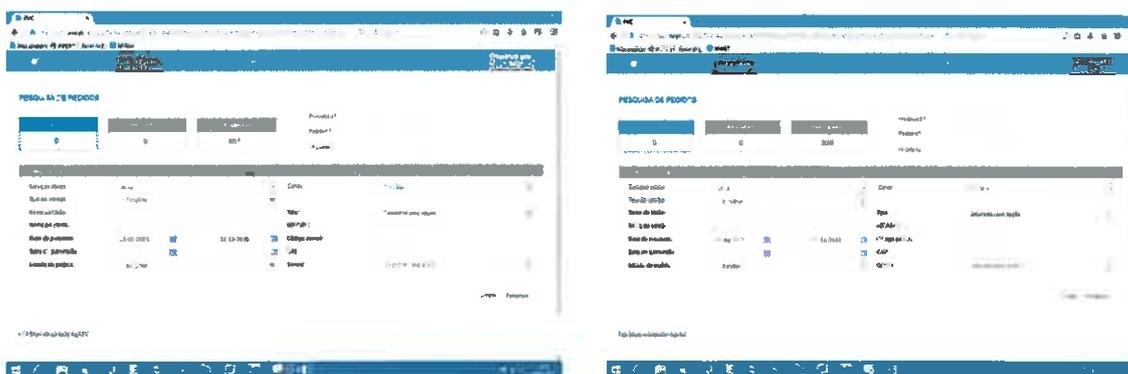
nº pessoas atendidas	2013	2014	2015	2016	1º sem 2016	2º sem 2016
senha A - obras particulares	4 386	4 633	3 895	4 754	2 262	2 492
senha B - educação e desporto	4 453	4 127	3 096	2 318	1 283	1 035
senha C - Expediente e ação social	6 000	7 094	6 213	4 950	3 220	1 730
senha D - Taxas e Licenças	3 087	5 808	3 975	2 566	1 199	1 367
senha E - Execuções Fiscais*	741	892	394	143	84	59
senha F - Transportes urbanos**	0	0	2 204	3 372	1 723	1 649
senha T - tesouraria	11 384	12 512	13 155	10 197	6 441	4 476
nº total senhas atendidas	30 051	35 066	32 932	28 300	16 212	12 808

* Execuções fiscais passou para senha D para libertar senha E para os Transportes Urbanos (antiga senha F**) e consequentemente libertar a senha F** para Fesnima – efeitos a set. 16

Da análise do quadro 1, verifica-se:

- Um aumento do número de atendimentos em matéria de urbanismo e obras particulares em 2016, o maior aumento desde que o Balcão Único está aberto ao público;
- Uma diminuição do número de atendimentos relativos a matérias de Educação e Desporto, consequência que se atribui à disponibilização de referências multibanco para pagamento das taxas e preços relacionados com a unidade orgânica respetiva;
- Uma diminuição drástica do número de atendimentos relativos à senha C, como reflexo da passagem da gestão dos edifícios de habitação social para a Fesnima EEM e o consequente pagamento das rendas junto do posto de atendimento desta, que processou 2511 atendimentos em quatro meses.
- Uma diminuição do número de atendimentos relativos a taxas e licenças muito relacionada com a disponibilização da plataforma eletrónica do balcão de empreendedor;
- Um aumento substancial dos atendimentos efetuados pela Tesouraria.

O Balcão Único, no âmbito do processo de modernização administrativa e simplex autárquico, continua a se deparar com uma vertente de atendimento digital cada vez maior, muito marcada pela utilização do Balcão do Empreendedor (BdE), ferramenta de atendimento on-line de utilização obrigatória em cada vez mais áreas de negócio, tendo sido efetuados 836 pedidos nessa plataforma ao longo do ano de 2016, mais 179 pedidos que em 2015, conforme quadros 2 e 3 em anexo:



É ainda de realçar em 2016, embora já após a época natalícia, a alteração efetuada por força da publicação do Decreto-Lei n.º 58/2016, de 29 de agosto, diploma que veio instituir a obrigatoriedade de prestar atendimento prioritário às pessoas com deficiência ou incapacidade, pessoas idosas, grávidas e pessoas acompanhadas de crianças de colo, para todas as entidades públicas e privadas que prestem atendimento presencial ao público. Até à vigência do diploma, o atendimento prioritário era uma mera recomendação mas desde então passou a obrigação com reflexos na gestão dos atendimentos do balcão que obrigou a uma reestruturação do serviço, tendo sido salvaguardado após

essa data que todas as pessoas que se enquadram no diploma beneficiam de um tempo de espera inferior ao normal.

Projeto de modernização Administrativa

Por outro lado, durante todo o ano de 2016, o município através de um grupo de trabalho criado para o efeito em colaboração com todas as unidades orgânicas, desenvolveu um projeto tendente à implementação de medidas de modernização administrativa (PMA), com vista à desmaterialização, simplificação de processos e, no futuro, à disponibilização de ferramentas on-line a todos os munícipes. Este processo implica a reestruturação de todos os pedidos que dão entrada no Município através da disponibilização de formulários específicos, com identificação clara dos documentos e dos elementos instrutórios, legislação aplicável, taxas associadas e demais informação relevante para seu correto preenchimento.

Para implementar este projeto foi necessário adquirir de um novo software de gestão documental, com adequação ao novo Plano de Classificação da Informação Arquivística para a Administração Local (PCIAAL), bem como, uma melhor definição da gestão processual, análise técnica, da figura do decisor e do gestor do procedimento.

Este projeto implicou uma alteração na forma de atendimento nos vários canais de receção do Município, nomeadamente no Balcão Único, Arquivo, Museu, Biblioteca, Casa da Juventude, Piscinas, Estádio, Bombeiros e Agrupamentos de Escolas, através da criação de 19 áreas de negócio distintas, que no seu conjunto englobam um total de 212 formulários, conforme se descreve:

Tipo	Quantidade	Formulários eletrónicos - áreas de negócio
1	4	Ação Social
2	5	Arquivo Municipal António Rosa Mendes
3	7	Biblioteca Municipal José Mariano Gago
4	5	Bombeiros Municipais e Proteção Civil
5	2	Casa da Juventude
6	8	Cemitérios
7	10	Cidadania
8	7	Contraordenações
9	11	Desporto
10	7	Educação
11	2	Execuções fiscais
12	20	Gestão de Espaços Públicos
13	83	Gestão Urbanística/Obras Particulares
14	2	Ilha da Armonia
15	3	Instalações Eletromecânicas
16	9	Médico-Veterinário e Saúde Pública
17	20	Mobilidade, Trânsito e Transportes
18	5	Museu Municipal
19	2	Planos Municipais

Neste âmbito, foram elaborados manuais de instruções para apoio das várias unidades orgânicas, nomeadamente:

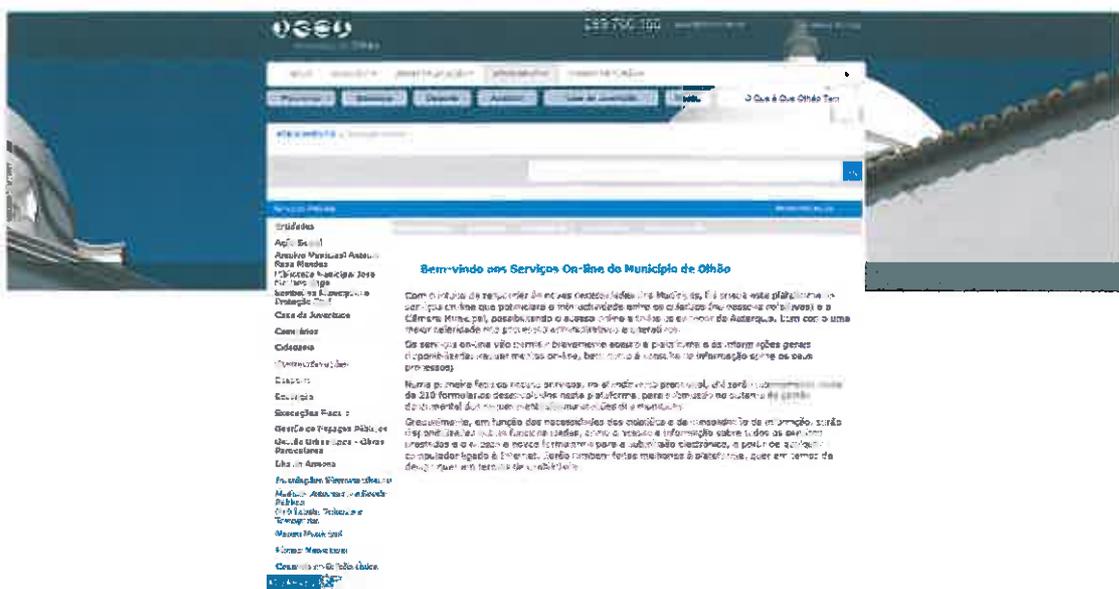
- Manual de instruções de serviço de gestão de entidades;
- Manual de instruções de Serviço de gestão de atendimento;
- Manual de instruções de serviço de arquivo.

Uma vez que estamos perante um sistema complexo e exigente tanto do ponto de vista informático como do ponto de vista dos procedimentos internos, a implementação do projeto dividida em duas fases:

1ª – Fase: Possibilitar o preenchimento eletrónico dos formulários nos balcões de atendimento do Portal Mynet, mantendo o atual atendimento presencial e a possibilidade do munícipe obter os formulários em formato Pdf na página eletrónica do Município e, por enquanto, entregá-los em suporte papel, pessoalmente ou via postal.

2ª - Fase: Desmaterialização total do atendimento efetuado através do Portal Mynet, presencialmente nos diversos locais de atendimento e, de forma mais facilitadora, através da disponibilização na página eletrónica dos serviços on-line, caso em que qualquer interessado, devidamente registado, na posse de login e palavra-chave de acesso, pode preencher o formulário que o interessa e submetê-lo eletronicamente.

Pretende-se que até afinal do próximo ano os munícipes possam endereçar aos órgãos deste Município a partir da respetiva residência/sede, através da internet, as suas pretensões nas diversas áreas de negócio mencionadas anteriormente, através do preenchimento e submissão dos formulários respetivos.



1.4 Arquivo Municipal

Presentemente, o Arquivo Municipal distribui-se por dois espaços distintos, o Arquivo, que integra todo o espólio de carácter permanente, de conservação obrigatória – Arquivo Municipal António Rosa Mendes, e o Arquivo que integra a demais documentação municipal (intermédio), sendo o primeiro constituído por valências abertas ao público e sobre o qual incidem as atividades a seguir se descrevem. De sublinhar ainda o apoio que este serviço presta à organização e orientação do arquivo corrente à guarda dos serviços produtores, nas instalações do Município.

No decorrer do ano de 2016, o Arquivo Municipal deu continuidade a tarefas inerentes à sua função, como o apoio aos serviços na gestão da documentação/informação, no âmbito da classificação e organização documental, bem como na adoção de boas práticas tendentes à agilização de procedimentos, nomeadamente com a implementação do novo Plano de Classificação de Documentos (PCIAAL), no âmbito do Projeto de Modernização Administrativa.

Foi igualmente dada continuidade ao projeto de digitalização de documentos originais, como ofícios pertencentes ao Copiador Geral de Correspondência, Livros de Atas da Câmara Municipal, Fotografias (relativas à freguesia da Fuseta), Jornal Correio Olhanense, Livros de registo de enterramentos e catacumbas (em colaboração com o Serviço de Cemitério).

No âmbito da difusão cultural incidiu este serviço num conjunto de atividades divulgando e dando a conhecer o seu espólio documental, marcando datas importantes para a cidade e demais entidades olhanenses. Desde logo, com a exposição comemorativa dos 104 anos do Sporting Clube Olhanense, numa parceria com o clube, que decorreu em quatro espaços distintos, entre eles o Arquivo Municipal e o hall de entrada do edifício dos Paços do Concelho.





O Dia Aberto no Arquivo Municipal foi levado a cabo com o objetivo de dar a conhecer a importância deste serviço no âmbito dos serviços municipais. Integrado nesta atividade, desenvolveu-se, ao final do dia, uma palestra, aberta ao público intitulada “O Impacto do Arquivo Municipal na Cidade de Olhão”, que contou com a presença de investigadores locais e utilizadores regulares do Arquivo.



Ainda no âmbito pedagógico foi realizada uma visita de estudo, pela turma do curso profissional de secretariado, da Escola Secundária Francisco Fernandes Lopes, na qual se deu a conhecer as instalações do edifício e as tarefas inerentes ao serviço.



Igualmente patente no Arquivo foi a exposição “A Identidade do Algarve: Forais, Alvarás e Cartas Régias”, da responsabilidade da Rede de Arquivos do

Algarve, em parceria com a maioria dos municípios algarvios. Pautou-se pelo seu carácter pioneiro na medida em que trouxe, pela primeira vez, a público a junção de todos os diplomas que ditaram a organização administrativa da região.



No mês de dezembro foi ainda possível visitar a exposição intitulada o “Natal em Recortes de Jornais”, que teve na base um conjunto de notícias de periódicos locais, que abordavam diferentes vertentes do Natal.



1.5 Investimento em Obras Municipais

Durante o ano de 2016 o investimento em obras públicas esteve sujeita a constrangimentos relacionados com a conjuntura económica/financeira do País aos quais o nosso concelho não foi alheio.

Foram concluídas durante o ano civil de 2016 as empreitadas:

- Substituição da Relva Sintética no Estádio Municipal;
- Skate Park;
- Climatização da Escola EB 2,3 de Moncarapacho (edif. nascente);
- Obras no Edifício dos Paços de Concelho – Transformação de Um Vão de Porta em Vão de Janela no Alçado Posterior do Edifício;
- Reparação do Polidesportivo da Escola EB 2,3 João da Rosa;
- Construção de 2 Módulos de 96 Catacumbas cada no Cemitério 16 de junho;
- Beneficiação Rede Viária Municipal – CM 516-3 Olhão-Brancanes-Poço Longo;
- Requalificação dos Espaços Exteriores da Urb. Quinta das Âncoras e Urb. Quinta das Gaivotas;
- Beneficiação da Rede Viária Municipal na Freguesia de Quelfes;
- Reparações no Edifício do Refeitório da Escola de Marim;
- Reparações no Complexo das Piscinas Municipais – Reparações nos Balneários Masculinos e Tanque de Compensação da Piscina de Aprendizagem;
- Demolição de Prédio Sito na Rua da Cerca n.º 24 em Olhão;
- Beneficiação da Rede Viária Municipal – Rua da Beirinha;
- Obras nos Edifícios Municipais – Reparações de Infiltrações;
- Revestimento de Muretos e Plantações no Largo D. Simão da Gama;
- Reparação de Escolas Básicas do 1º Ciclo – Reabilitação Estrutural do edifício Sul, Construção de Portaria e Colocação de Toldos na Escola EB 1 de Moncarapacho;
- Diversos Trabalhos de Conservação no Jardim Pescador Olhanense, na Urb. Marina Village e na Av. Da Republica;
- Beneficiação da Rede Viária Municipal – Ligações de PH's e execução de Calçadas na EN 516-3 - Quelfes;
- Beneficiação da Rede Viária Municipal – Pavimentação Betuminosa na Rua Almirante Reis em Olhão;

no valor global de € 1 258 185,66 (um milhão duzentos e cinquenta e oito mil cento e oitenta e cinco euros e sessenta e seis cêntimos).

Durante o ano de 2016 foram iniciados os procedimentos concursais para a execução durante o ano de 2017 das empreitadas:

- Beneficiação da Rede Viária Municipal – Caminho da Boavista;
- Requalificação dos Parques Infantis no Concelho de Olhão;

- **Reparações Exteriores no Edifício das Piscinas Municipais;**
- **Jardim de Infância e escolas Básicas do 1º Ciclo – Obras de Ampliação, beneficiação e Adaptação – Reparções exteriores no edifício do refeitório e edifício Poente da Escola EB1 do largo da Feira;**

no valor global de € 266 578,21 (duzentos e sessenta e seis mil quinhentos e setenta e oito euros e vinte e um cêntimos)

As empreitadas em fase de execução que transitam do ano 2016 para 2017 são:

- **Requalificação do Circuito de Manutenção dos Pinheiros de Marim;**
- **Escola EB n.º 6 bairro dos Pescadores – Reparções de Danos por Inundações no edifício Antigo;**

No valor global de € 129 033,97 (cento e vinte e nove mil trinta e três euros e noventa e sete cêntimos).

- Rede Viária Municipal



Caminho do buraco



Caminho do espanha e europortal



Caminho municipal 398 e ponte velha



Caminho municipal 516-3 Olhão, Brancanes, Poço Longo



Caminho municipal 516-3 Olhão - Brancanes - Poço Longo

- Monumentos



Largo da Fábrica Velha



Largo da João da Carma

- Polidesportivo da EB2 3 João da Rosa



- Requalificação da Quinta das Âncoras e Quinta das Gaivotas



- Requalificação do Circuito de Manutenção das Pinheiro de Marim





- Requalificação no Largo D. Sebastião da Gama



- Skate Park



- Substituição da Relva Sintética no Estádio Municipal



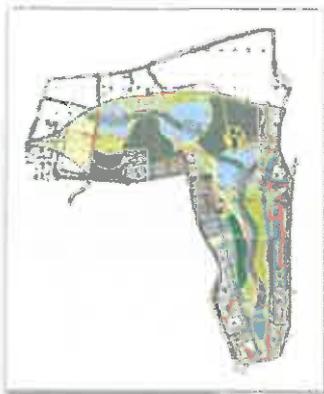
1.6 Planeamento Urbanístico

No âmbito do planeamento urbanístico, durante o ano de 2016, e na continuidade dos anos anteriores, foi dado ênfase ao acompanhamento de Planos Municipais de Ordenamento do Território, nomeadamente o Plano de Pormenor da Zona Histórica da Cidade de Olhão, o Plano de Pormenor do Parque Urbano – UOP8 de Olhão, o Núcleo de Desenvolvimento Turístico do concelho de Olhão (NDT) e a Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM).

- Plano de Pormenor da Zona Histórica de Olhão, concluída a elaboração técnica do plano, decorreu entre 28 de outubro e 28 de novembro o período de discussão pública. Neste âmbito efetuou-se uma sessão de apresentação pública no dia 22 de novembro na Biblioteca Municipal com a presença dos técnicos da equipa projetista Arqº Pedro Ravara e demais. Findo o período de discussão pública, encontram-se em análise as participações apresentadas para efeito de elaboração o relatório de ponderação das sugestões/ reclamações. A seguir, consoante o tipo das participações serão efetuados ajustes/ retificações à proposta final de plano, que seguidamente terá que ser aprovada pela Assembleia Municipal mediante proposta da Câmara Municipal. Com esta aprovação fica assim concluída a elaboração do plano, tendo a Câmara 30 dias para publicação do mesmo em Diário da República.



- Plano de Pormenor - UOP8 do Parque Urbano da Cidade de Olhão, foi aprovada a proposta do plano em reunião de câmara de 16 de julho de 2014, aguardando decisão superior para terminar o plano.



- Revisão do PDM de Olhão, continuam em elaboração os estudos de caracterização, paralelamente

decorreram trabalhos inerentes à revisão da RAN, tendo sido entregue na Direção Regional de Agricultura uma versão de trabalho da RAN, sobre a qual emitiram parecer onde constam alterações a efetuar. Deu-se ainda início aos procedimentos necessários para a contratualização de empresas no sentido de elaborar o mapa de ruído do concelho de Olhão e a revisão da REN.



- Alteração do PDM – Regularização de atividade de gestão de resíduos – Submetida à consideração superior toda a documentação, informação técnica, proposta e termos de referência, com vista ao início do procedimento de alteração do PDM, para atualização de atividade industrial nos termos de legislação específica.
- Plano de Pormenor Noroeste de Olhão – Decorreu o período de participação preventiva entre os dias 22 de novembro e 27 de dezembro, não tendo sido apresentada nenhuma participação foi elaborado o relatório de ponderação e remetido à consideração superior.
- Plano de Intervenção em Espaço Rural – Pechão – Decorreu o período de participação preventiva entre os dias 11 de agosto e 5 de setembro. Não tendo sido apresentada nenhuma participação foi elaborado e colocado no site municipal o relatório de ponderação.
- Núcleo de Desenvolvimento Turístico do concelho de Olhão, decorreu até 6 de maio o período de concurso para apresentação de postas. Findo esse período e entregue apenas uma proposta, reuniu-se o júri para sua apreciação e elaboração de relatório de qualificação da proposta entregue. Em 10 de Outubro, a Câmara deliberou a abertura de período de consulta pública



no âmbito da Lei nº 83/95, de 31 de agosto. Terminado o período de consulta pública a 4 janeiro, encontram-se em análise as participações entregues para efeito de relatório de ponderação.

Para além das suas atribuições, a Divisão de Planeamento e Ação Social, nomeadamente o serviço de Planeamento Urbanístico, colabora com o Gabinete de Bombeiros e Proteção Civil (BMPC), disponibilizando os serviços, uma técnica que desempenha funções regularmente, deslocando-se uma vez por semana ao Gabinete de BMPC.

Defesa da Floresta contra Incêndio

- Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios Florestais (2016-2020), o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Olhão (PMDFCIO), foi aprovado pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, em 9/12/2016, nos termos do Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, publicado em anexo ao Despacho nº 4345/2012, de 27 de março. O PMDFCIO



tem um período de vigência de 5 anos contados a partir da data da sua aprovação, conforme o estipulado no artigo nº 9 do regulamento supracitado. Após aprovação do Plano por parte do ICN foi:

tem um período de vigência de 5 anos contados a partir da data da sua aprovação, conforme o estipulado no artigo nº 9 do regulamento supracitado. Após aprovação do Plano por parte do ICN foi:

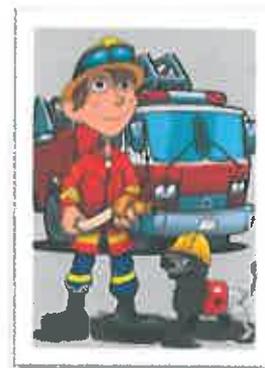
- Comunicado ao CDOS a aprovação e envio do plano na versão em vigor;
- Enviado para Div. Informática cópia do CD com versão do plano aprovado para colocação no SIG do Município;
- Enviada nota de imprensa e texto para alteração do site para o gabinete de Relações Públicas;
- Dado conhecimento da aprovação do plano aos membros da CMDFCI.

- Gabinete Técnico Florestal – O Gabinete Técnico Florestal do Concelho desenvolve ações de Defesa da Floresta contra Incêndios e promove tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais do município, neste sentido desenvolveram-se as



seguintes atividades/ tarefas:

- Participação em 3 ações de sensibilização sobre a temática dos incêndios florestais;
 - Atualização da Comissão Municipal de Defesa da Floresta;
 - Participação em reuniões da Comissão Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios – 2 anuais;
 - Participação em reuniões bimensais com o ICNF e todos os GTF da região;
 - Resposta às solicitações por parte do ICNF e ANPC no que respeita a informação relacionada com a temática dos Incêndios florestais, nomeadamente ações de sensibilização, validação de informação, resposta a questionários, etc.
 - Preparação de informação geográfica para apoio aos bombeiros.
- Semana de Criança e do Ambiente – de dia 31 de maio a 3 de junho, neste âmbito foram realizadas as seguintes atividades:
 - Preparação de materiais sobre o tema incêndios florestais, nomeadamente cartazes;
 - Montagem da feira;
 - Presença diária na feira durante os 4 dias;
 - Colaboração com o designer do Município para elaboração da mascote dos bombeiros e proteção civil;
 - Votação do nome para a mascote por parte dos alunos.

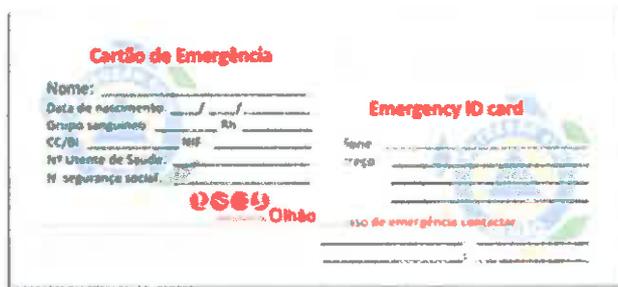


Proteção Civil

- Colaboração com o Comando Distrital de Operações de Socorro no que respeita a atualização dos Planos Municipais e Distritais de Emergência, integrando um grupo de trabalho com o objetivo de uniformizar os planos Municipais;



- Resposta às solicitações por parte do CDOS;
- Elaboração de uma proposta de cartão com contactos de emergência para difundir junto da população, a qual aguarda decisão superior;
- Elaboração de uma proposta de modelo de cartão pessoal de emergência, para preenchimento de dados individuais. O cartão tem dimensão que permite transportar na carteira e tem como objetivo informar as forças de segurança e socorro relativamente aos dados pessoais e familiares do munícipe útil em situação de sinistro;



- Preparação dos documentos necessários para solicitar à ANPC, parecer acerca da localização do novo quartel dos bombeiros;
- Participação em 5 simulacros nas escolas

- Participação numa ação de sensibilização para o uso de extintores e carteis na Ilha da Armona
- Participação no exercício público de Preparação para o Risco Sísmico - A TERRA TREME – 2016
- Participação nas reuniões mensais do CDOS em conjunto com o Comandante Luís Gomes.
- Atualização dos contactos e membros da Comissão Municipal de Emergência.

- Campanha internacional cidades resilientes – Em Portugal, de modo a dar cumprimento às recomendações do Quadro de Ação de Hyogo, constituiu-se formalmente, em maio de 2010, a Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes (PNRRC), no seio da Comissão Nacional de Proteção Civil (<http://www.pnrcc.pt/>).



Paralelamente existe uma Subcomissão tem como objetivo promover a implementação do Plano de Atividades emanado pela PNRRC e de propor a realização de ações nos domínios do Quadro de Ação de Hyogo e Quadro de Sendai, e a qual organiza-se em 6 grupos de trabalho (GT): GT Segurança de estruturas de ensino, GT Peritos em avaliação de danos estruturais, GT Gestão de risco de inundação, GT Alterações climáticas, GT Boas Práticas no setor privado e GT Cidades resilientes. No âmbito deste projeto, constitui um objetivo primordial a expansão deste projeto a mais cidades/municípios, no sentido de estes passarem a constituir-se como cidades/municípios resilientes. Neste sentido, decorreu um processo de candidatura ao nível da Região do Algarve para adesão à Campanha das Cidades Resilientes, pela Comunidade Intermunicipal do Algarve (CIM-AMAL), tendo sido remetido para apreciação das Nações Unidas no passado dia 7 de novembro. As candidaturas foram já aprovadas pela UNISDR, como parte da campanha das cidades resilientes podendo ser visualizados no site da campanha, em <https://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/home/cities>, quando se pesquisa por Portugal.

No âmbito das atividades desenvolvidas, é também de referir que, o Planeamento Urbanístico ainda acompanha projetos com outras entidades

públicas, ao abrigo de protocolos celebrados, nomeadamente o “Natural.pt”, a “Rede de apoio para o autocaravanismo na região do Algarve” e o Projeto de Mobilidade Urbana Sustentável do Algarve.

Natural.pt



Esta marca é uma estratégia do INCF que visa a promoção integrada do território dos produtos e dos serviços existentes nas áreas protegidas de Portugal Continental. Foi apresentado pelo Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia em julho e inscreve-se no novo período de programação financeira e não representa custos para o município. Esta plataforma permite também dar a

conhecer as regiões e potenciais aderentes, sendo uma vantagem para os municípios ao nível do aumento da visibilidade e do n.º de visitantes e turistas, pois a promoção é efetuado pela marca.

- Participação nas reuniões da plataforma local e emissão de pareceres sobre os pedidos de adesão das empresas e promotores dos concelhos para utilização da marca, de acordo com os critérios definidos no regulamento da marca.
- Emissão de pareceres para adesão de novos membros na marca.



Rede de apoio para o autocaravanismo na região do Algarve

A participação dos serviços surge na sequência da constituição da Rede Regional de Acolhimento ao Autocaravanismo do Algarve que foi formalizada através de assinatura do Protocolo de Cooperação, entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR), Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), Região de Turismo do Algarve (RTA) e Associação de Turismo do Algarve (ATA). Assim, desenvolveram-se as seguintes tarefas:

- Participação em 2 reuniões com a AMAL, CCDR, RTA e ATA com vista à concretização das ações previstas no Protocolo assinado. O protocolo tem como objetivo promover e desenvolver uma estratégia de acolhimento ao Autocaravanismo, designada por Rede de Apoio para o Autocaravanismo na Região do Algarve (RAARA). Esta rede tem o pressuposto de integrar os Parques de Campismo e Caravanismo e as Áreas de Serviço para

Autocaravanas que preencham os requisitos e critérios definidos no protocolo.

- Colaboração com as entidades no levantamento, sinalização dos parques existentes no Município.

PAMUS / VAMUS

O Projeto de Mobilidade Urbana Sustentável do Algarve é um processo de planeamento de ações sobre os transportes particulares e coletivos com vista a que, a médio e longo prazo, as deslocações dentro de ou entre cidades algarvias sejam mais eficientes, mais inclusivas e mais amigas do ambiente. Este projeto é coordenado pela Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), representando e promovendo a concertação dos 16 municípios da região.

Pela natureza coletiva da mobilidade, a AMAL chamou também ao projeto um vasto conjunto de parceiros com responsabilidades na geração ou na atração de deslocações na região que subscreveram a “Carta de Compromisso para a Mobilidade Sustentável no Algarve”.

Foram assim, constituídas três equipas de trabalho para elaborarem o diagnóstico e os planos de ação das áreas Barlavento (Vila do Bispo, Aljezur, Lagos, Monchique, Portimão, Lagoa e Silves), Central (Albufeira, Loulé, Faro, São Brás de Alportel, Olhão e Tavira) e Sotavento (Alcoutim, Vila Real de Santo António e Castro Marim). Neste trabalho, cooperam vários parceiros públicos e privados, sendo também chamados a participar todos os algarvios e visitantes da região.

Neste âmbito foram efetuadas as seguintes atividades:

- Recolha e disponibilização da informação solicitada pela equipa técnica que está a elaborar o plano;
- Preenchimento de inquérito solicitado pela equipa técnica no que respeita a informação sobre o concelho de Olhão;
- Participação em reuniões no âmbito destes projetos;
- Participação na sessão de apresentação da fase 1 do PAMUS, em Albufeira.
- Apoio no preenchimento das fichas de projeto de investimento a incluir no plano para o Município de Olhão.



1.7 Educação

Manutenção, apetrechamento e melhoramento do parque escolar

Considerando a importância de operacionalizar uma estratégia integrada de gestão local do parque escolar, para responder às necessidades dos estabelecimentos de ensino, bem como da necessidade de privilegiar o papel dos Agrupamentos de Escolas no diagnóstico das necessidades e na definição de medidas de planeamento educativo, promotoras da agilidade e eficiência e zeladoras de um parque escolar favorável à prática educativa, o Município continuou a investir no contínuo melhoramento do Parque existente.

Durante o ano 2016 foram rececionados no Município 1053 pedidos de intervenção para as 18 escolas (JI/EB1) dos 4 agrupamentos de escola do Concelho de Olhão. Estes pedidos foram encaminhados para os departamentos competentes e mais de 60% dos pedidos foram prontamente resolvidos.

Foi celebrado um protocolo entre o Município e as para as escolas de 2º e 3º ciclo, no âmbito do apetrechamento e manutenção das referidas escolas. Neste protocolo foi atribuído o montante de € 20.000,00, para cada escola de 2º e 3º ciclo, totalizando € 120.000,00.

Para além das pequenas melhorias efetuadas em vários espaços, evidencia-se em 2016 as melhorias de climatização na escola de Moncarapacho, sistema elevatório de esgotos na Escola N.º5 (€ 5.000,00), portaria da escola de Moncarapacho, sistemas de ar condicionado em todos os jardins-de-infância, toldo na Escola N.º1 (€ 15 744,00) e apetrechamento das cozinhas das escolas com panela basculante e fornos de grande capacidade. Outro investimento muito significativo foi a aquisição de dois autocarros.

No ano letivo 2015/2016 o Município de Olhão aderiu ao Regime da Fruta Escolar, em parceria com o IFAP, onde foram fornecidos aos 1825 alunos do 1º ciclo uma peça de fruta (pera, maçã, laranja, tangerina, cenoura ou tomate), duas vezes por semana, durante 30 semana, o que fez um total de 109.500 peças de fruta.

Transportes

No sentido de garantir o transporte quotidiano no âmbito das competências do Município em matéria de transportes escolares e também para dotar a autarquia de meios para o apoio às coletividades desportivas, recreativas e culturais do concelho foram adquiridos em 2016 dois novos autocarros o que significou um investimento de cerca de € 320 000.

Auxílios Económicos

Foi feita a encomenda e posterior distribuição de livros e material escolar aos 1815 alunos do primeiro ciclo com a seguinte calendarização:



O Município de Olhão comprou os livros disponíveis, após concurso público, à Livraria Papelaria Nova, no valor total de € 99.801,36.

O Município de Olhão considera que os auxílios económicos, aos alunos inseridos em agregados familiares, cuja situação económica determina a necessidade de comparticipações, para fazer face aos vários encargos com a educação, são fundamentais para garantir que as condições sociais e económicas de cada um, não venham a condicionar, irremediavelmente, o seu percurso escolar.

Nesse âmbito, no ano letivo 2015/2016, continuou a desenvolver uma política de Ação social escolar, traduzida na atribuição de auxílios económicos, aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico e às crianças que frequentam a rede pública de Educação Pré-Escolar.

Durante o ano letivo 2015/2016, foram executados os seguintes valores:

Designação do Agrupamento	1º Ciclo do Ensino Básico		Educação Escolar Pré-		Valor a atribuir por Escola
	Alunos com ASE		N.º de Salas	Valor	
	N.º	Valor			
Prof. Paula Nogueira	425	€ 12.685,00	10	€ 3.650,00	€ 16.335,00
João da Rosa	257	€ 8.106,00	7	€ 2.555,00	€ 10.661,00
Dr. Francisco Fernandes Lopes	221	€ 7.339,00	7	€ 2.555,00	€ 9.894,00
Alberto Iria	317	€ 5.918,00	3	€ 1.095,00	€ 7.013,00
Totais	120	€ 34.048,00	27	€ 9.855,00	€ 43.903,00
Valor Total a Atribuir	€ 77.951,00				

Atividades Promovidas com as Escolas:

À escola foi cometida a função de complementar de socialização primária da criança, iniciada, principalmente, na família, procedendo de forma a promover o desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo, e ao mesmo tempo procurando que o aluno adquira uma "identidade cultural específica.". Nesse sentido, o Município promoveu, conjuntamente, com as escolas, actividades que

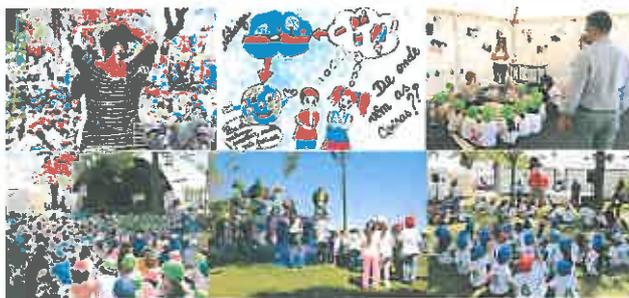
funcionassem como catalizador para a integração e a aprendizagem das crianças.

Neste âmbito realizámos:

- **Desfile de Carnaval Infantil** - O desfile de Carnaval Infantil é, sem dúvida, uma oportunidade para trabalhar aspectos fundamentais do desenvolvimento da criança, como a criatividade, a coordenação motora, a cognição e também a socialização. Percebendo a importância do referido, o Município organizou no dia 05 de Fevereiro de 2016, um desfile de carnaval infantil, que contou com a participação de cerca de 1000 crianças das várias Escolas do 1º ciclo e dos Jardins-de-infância da rede pública e do sector privado.



- **Semana da Criança e do Ambiente** - O Município de Olhão promoveu a 12ª edição da “Semana da Criança e do Ambiente”, subordinada ao tema “A Origem das Coisas”. Esta organização do Município de Olhão visa comemorar o dia Mundial da Criança e o dia do Ambiente e decorreu entre os dias 31 de maio e 03 de junho. O Jardim Pescador Olhanense foi palco para ateliês, palestras, exposições, insufláveis e outras atividades, tendo como convidados de honra mais de 3300 crianças da Educação Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, público e privado do concelho de Olhão.



- **Semana da Ria Formosa** - O Município de Olhão em parceria com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, dinamizou as seguintes atividades, no âmbito da Semana da Ria Formosa:
 - Peddy paper - dirigido às turmas do 4º ano, no parque natural da Ria Formosa, nos dias 4, 5, 6 e 7 de Abril;
 - Explicar a importância da Ria Formosa ao longo dos anos - dirigido às turmas do 3º ciclo, no parque natural da Ria Formosa, nos dias 4, 5, 7 e 8 de Abril;
 - Limpeza na Ilha da Armona - dirigida às turmas do secundário no dia 8 de Abril.



Cultura para a Infância:

- **Hora do Conto** para os alunos do Ensino Pré-escolar - Ouvir ler em voz alta, conversar sobre livros, desenvolve a inteligência e a imaginação. No corrente ano letivo, o Município de Olhão proporciona a todos os alunos do ensino pré-escolar da rede pública do concelho, visitas à Biblioteca Municipal, para momentos de leitura com a magia da palavra e outras atividades lúdicas que impliquem o contacto com os livros.
- **Expressão Musical** - Considerando as novas orientações curriculares para a educação pré-escolar, concretamente, no domínio da educação artística, subdomínio da música, em que se pretende desenvolver nas crianças diferentes sensibilidades nas áreas da audição, interpretação e criação, enriquecendo as suas possibilidades de expressão e comunicação, o Município entendeu contratar os serviços do

Conservatório local para a promoção de uma sessão semanal de expressão musical em cada um dos grupos/ turma existentes no ensino pré-escolar da rede pública do concelho de Olhão.

- "Sombras Cubistas" - No Museu Municipal, os alunos do 4º ano do ensino público vão realizar uma atividade que consiste em edificar através de elementos tipológicos da arquitetura cubista uma paisagem urbana da zona histórica de Olhão a partir das técnicas utilizadas nas sombras chinesas.
- "Visitar e Desenhar" - No Museu Municipal, os alunos do 2º ano do ensino público vão ter a oportunidade de realizar a atividade "O que vês no Museu". Será distribuído a cada aluno um pequeno caderno para poderem responder a algumas questões e desenhar uma peça do museu à sua escolha.
- Visita à Casa João Lúcio - Os alunos do 1º e 2º anos do ensino público tiveram a oportunidade de realizar uma visita guia à casa João Lúcio e descobrir os seus mistérios arquitetónicos.
- 5 ao dia - O programa "5 ao dia" realiza-se no MARF (Mercado Abastecedor da Região de Faro), em Estói, e tem como objetivo a promoção de uma alimentação infantil saudável e contribuir para a prevenção de doenças crónicas associadas aos maus hábitos de alimentação, incentivando o consumo de pelo menos 5 porções diárias de produtos hortofrutícolas. Através de brincadeiras e jogos lúdicos os alunos do 4º ano do ensino público do Município de Olhão são sensibilizados para a alimentação saudável, promovendo o seu gosto por frutas e legumes.
- Bailado – "A Fada Oriana" - No dia 19 de Abril o Auditório Municipal de Olhão abriu portas ao bailado. A Companhia Nacional de Bailado subiu a cena com o espetáculo "A Fada Oriana", bailado idealizado para estudantes do ensino básico, inspirado no conto homónimo de Sophia de Mello Breyner Andresen. Estiveram presentes todos os alunos do 4º ano do ensino Básico das Escolas da Rede pública do Concelho de Olhão.
- Teatro – "25 de Abril, Sempre!" - No mês da liberdade o Auditório Municipal foi palco para a reconstituição da revolução dos cravos. No dia

21 de Abril a Embaixada do Conhecimento com elenco do Teatro Oeste, trouxe a Olhão a peça “25 de Abril, Sempre!”, especialmente dirigida aos alunos do 9º ano de escolaridades do concelho.

1.8 Ação Social

De acordo com a lei nº 75/2013, de 12 de setembro os Municípios têm atribuições nos domínios da ação e habitação social.

No âmbito da ação social compete ao Município colaborar no apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade em parceria com entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamentos municipais. Neste sentido, o Município tem orientado a sua intervenção para a promoção de respostas dirigidas a pessoas e famílias que, apesar de se encontrarem em situação considerada de carência, não obtêm, por parte de outros organismos, resposta para necessidades específicas.

No domínio da habitação social, o Município tem promovido respostas que visam colmatar as necessidades de habitação, sendo um dos concelhos da região do Algarve com maior número de fogos de habitação social, o que exige da parte dos serviços do Município, a gestão de um património extenso que corresponde a cerca de 720 arrendatários.

Importa referir que a gestão da habitação social com a celebração do contrato programa entre o Município e a Fesnima – Empresa Pública de animação de Olhão, E.M., passou a partir de 1 de Setembro de 2016 a ser competência de empresa municipal. A competência na atribuição das habitações permaneceu no Município.

Apoio à Comunidade e à Família

De acordo com as competências da Câmara Municipal, o Município tem orientado a sua intervenção para a promoção de respostas dirigidas a indivíduos que se encontram em situação de carência.

Neste sentido, têm sido promovidas algumas iniciativas de apoio onde se destacam várias medidas a famílias carenciadas do concelho, sob a forma de subsídios financeiros, acompanhamento de munícipes/famílias, celebração de protocolos com entidades, entre outros.

O apoio prestado pelas técnicas de ação social aos munícipes, efetuado nas instalações do Município durante o ano de 2016, totaliza 393 atendimentos, distribuídos maioritariamente de acordo com as seguintes tipologias.

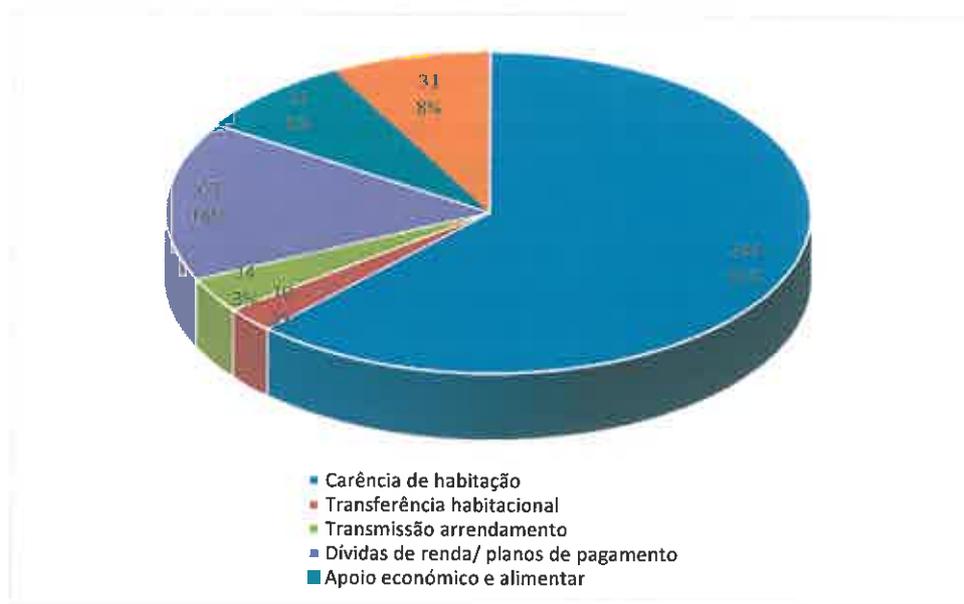


Gráfico 1 - Tipologia de atendimento

Da análise do gráfico constata-se que mais de 60% dos atendimentos efetuados estão relacionados com pedidos de habitação, que resultam, muitas vezes, de ações de despejo efetuados pelos senhorios e/ou insuficiência de rendimentos do agregado para suportar as rendas praticadas no mercado e de dúvidas resultantes da abertura, no mês de outubro, de concurso para atribuição de habitações em regime de arrendamento apoiado.

Acompanhamento de munícipes em situação de vulnerabilidade

O acompanhamento de munícipes/famílias em situação de vulnerabilidade social, desenvolveu-se em parceria com o Centro de Saúde de Olhão, o Instituto de Segurança Social, as Forças de Segurança e o Ministério Público, entre outras, abrangendo cerca de 30 agregados familiares. Estes agregados são constituídos essencialmente por utentes em idade avançada e também, embora em número reduzido, por portadores de deficiência.

No âmbito desta medida são realizadas várias tarefas, nomeadamente, realização de visitas domiciliárias de verificação de sinalizações, como de acompanhamento; apoio no preenchimento de documentação (pedidos de prestações sociais, como de outros apoios como tarifas sociais) encaminhamento para respostas sociais (centros de dia, serviço de apoio domiciliária, estrutura residencial para idosos, apoio alimentar, entre outros), referenciação junto das entidades competentes das situações limite em que não é possível intervenção técnica (Delegado de Saúde e Procurador do Ministério Público). São também elaborados pareceres técnicos com vista à promoção da qualidade de vida dos grupos específicos da comunidade.

Bolsas de Estudo para Estudantes do Ensino Superior

Ao nível do apoio ao ensino superior, no ano letivo de 2015/2016, foram atribuídas, por um período de 10 meses, 15 bolsas de estudo a alunos não deslocados e 3 a alunos deslocados, perfazendo um apoio no valor total de €18.900,00.

No presente ano realizaram-se os procedimentos relativos à abertura do concurso para atribuição de 20 bolsas de estudo para o ano letivo 2016/2017, cujo período de apresentação de candidaturas decorreu até 30 de novembro, tendo sido formalizadas 35 candidaturas, que se encontram em análise.

Participação no Núcleo Local de Inserção - Rendimento Social de Inserção

No que se refere ao Rendimento Social de Inserção, o Município participou em 30 reuniões do núcleo local de inserção, disponibilizando uma técnica, que colaborou na formalização de 468 acordos de inserção negociados com os beneficiários e respetivos agregados familiares, abrangendo 1154 utentes.

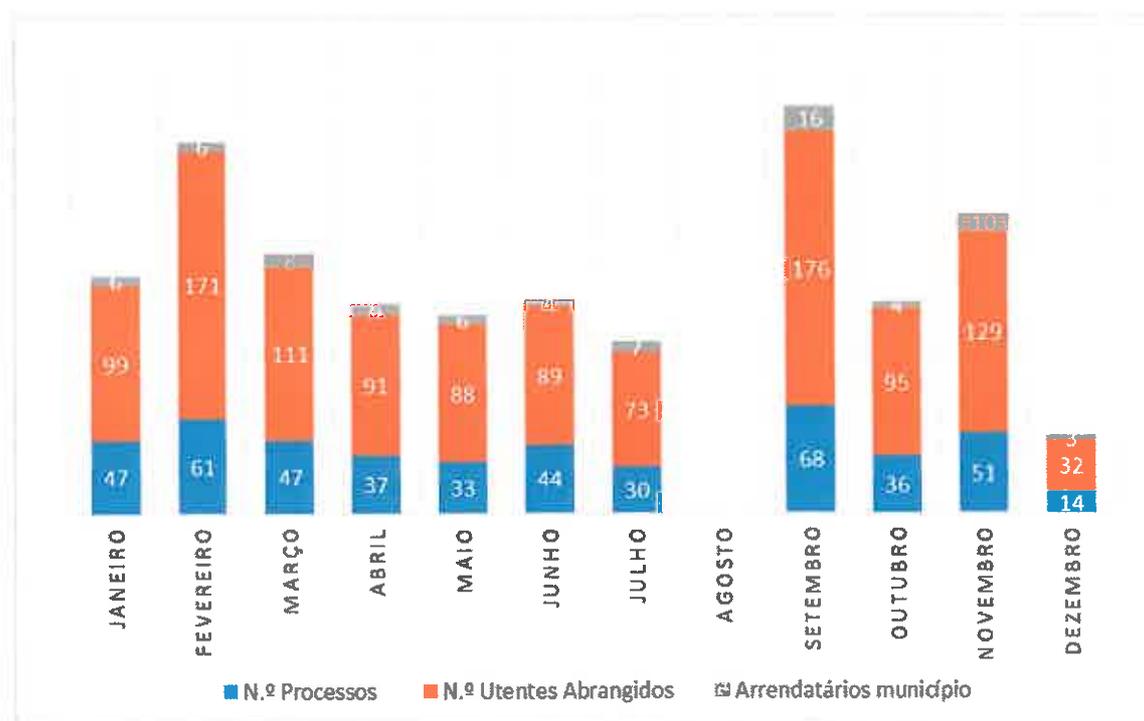


Gráfico 2 - Rendimento Social de Inserção

De salientar que cerca de 16,2% dos beneficiários com acordos de inserção celebrados correspondem a arrendatários da habitação social do Município, sendo que 48,6% apresentam mora no pagamento da renda.

A parceria do Município de Olhão, em particular com a área da habitação social, permite criar condições que possibilitem às famílias e aos indivíduos

melhorar o nível de satisfação das suas necessidades em diferentes domínios. Compete ao técnico do Município a realização do estudo, diagnóstico e acompanhamento dos beneficiários da medida de RSI, participando na análise das situações e na definição dos contratos de inserção para as famílias que se encontram em situação de carência económica e social, bem como promover o acompanhamento dos contratos de inserção, especificamente na área da habitação, nomeadamente ao nível do realojamento, do pagamento atempado das rendas de habitação social e do pagamento do plano de pagamento quando existem dívidas.

Colaboração com a Ambiolhão - Tarifário Social

Esta divisão presta apoio à Empresa Municipal Ambiolhão, tanto ao nível do tarifário social, através da análise dos pedidos e emissão de pareceres e gestão da base de dados dos consumidores, assim como, verificação e acompanhamento de sinalizações efetuadas pelos leitores referente a possíveis casos sociais que detetam no âmbito da sua atividade.

No ano de 2016 foram analisados cerca de 47 pedidos de atribuição de tarifário social de consumidores beneficiários de pensões por velhice ou invalidez. Trimestralmente é efetuada a monitorização dos consumidores beneficiários deste tarifário, através do cruzamento dos dados com os Serviços da Segurança Social. É também elaborado um relatório com toda a informação respeitante à caracterização dos consumidores de tarifário, nomeadamente, a representatividade das várias prestações sociais, a distribuição geográfica destes pelas diferentes freguesias do concelho, pelos Bairros Municipais, assim como pelas diferentes áreas de consumo.

Em 31 de dezembro a Ambiolhão registava cerca de 98 consumidores ativos beneficiários de tarifário social. Os consumidores distribuem-se pelas seguintes prestações sociais:

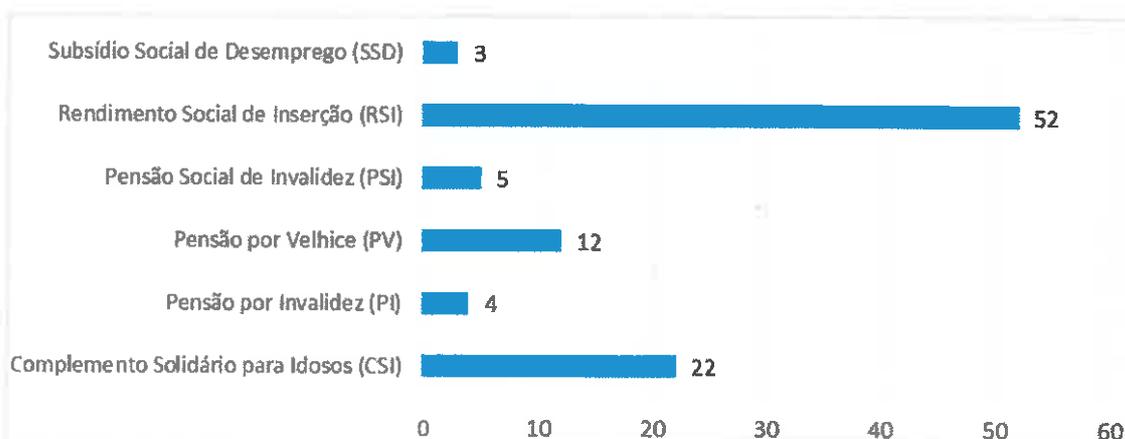


Gráfico 3 – Distribuição dos beneficiários por tipo de prestação social

É de realçar que, dos 98 beneficiários de tarifário social, 45 residem em habitação municipal, o que representa cerca de 45,9% do total de consumidores. A sua distribuição pelos vários núcleos habitacionais é efetuada da seguinte forma:

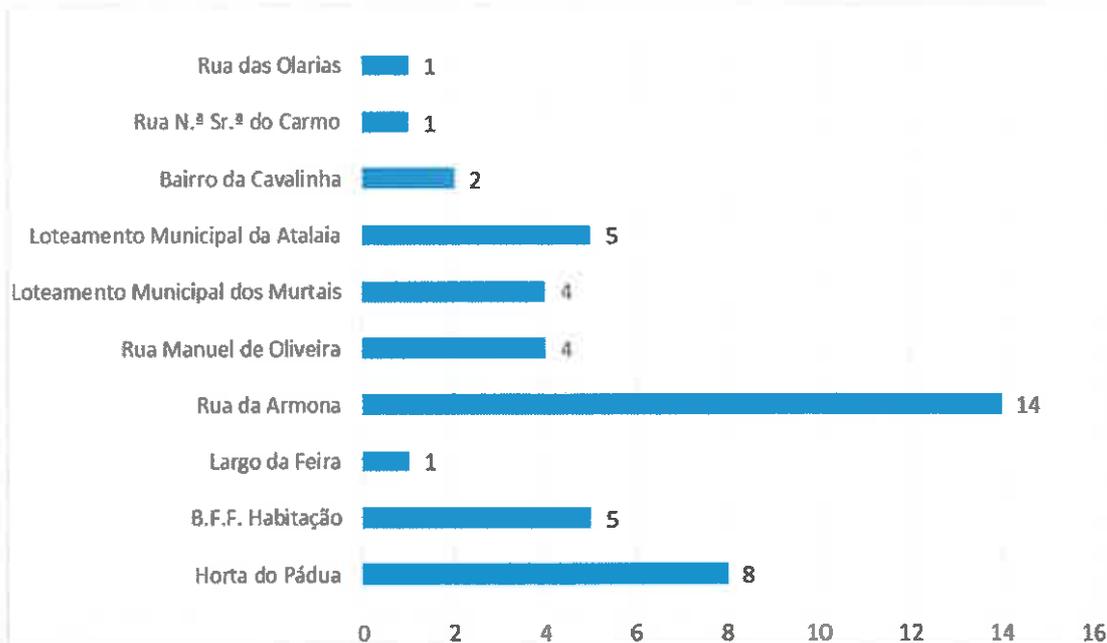


Gráfico 4 – Distribuição dos beneficiários residentes em Habitação Municipal

Apoio Alimentar – colaboração institucional

No âmbito dos programas de apoio alimentar, o Município colaborou nas 2 campanhas de recolha de alimentos promovida pelo Banco Alimentar. Esta cooperação foi efetuada através da disponibilização de viatura e respetivo motorista para efetuar o transporte dos bens recolhidos nas várias superfícies comerciais para as instalações do BACFAlgarve.



Distribuição de Cabazes Alimentares

No âmbito desta Divisão, efetuou-se também, à semelhança dos anos anteriores, a distribuição de 30 cabazes de Natal, que não foram levantados pelos funcionários do Município, por famílias carenciadas do concelho.

Pelo 2º ano consecutivo a Delta Cafés disponibilizou 20 cabazes

de alimentos na época natalícia, para serem distribuídos pelos agregados familiares em situação de maior vulnerabilidade.

Colaboração com a Capitania do Porto de Olhão

Ainda no que diz respeito a projetos em parceria, no âmbito do apoio à comunidade e à família, foi desenvolvido em colaboração com a Capitania do Porto de Olhão um projeto piloto com o objetivo de sinalizar residentes na Ilha da Armona que se encontram em situação de isolamento e/ou vulnerabilidade social. Pretende-se efetuar um acompanhamento frequente aos indivíduos identificados e prestar o apoio possível, procedendo ao seu encaminhamento/acompanhamento na resolução de situações/problema detetadas.

Até ao momento já foram sinalizados 14 agregados, totalizando 22 indivíduos, dos quais 9 do sexo masculino e 13 do sexo feminino. Estima-se que ainda estejam por identificar cerca de 13 indivíduos distribuídos por cerca de 10 agregados.

Colaboração com o Gabinete de Proteção Civil e Corpo de Bombeiros Municipais

Ao nível da colaboração interna, esta Divisão continua a disponibilizar ao Gabinete de Proteção Civil, uma Técnica que integra as ERAS – Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação, criadas no âmbito do SIOPS (Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro). Estas equipas foram criadas para, durante um evento, garantirem à estrutura operacional, a informação imediata e indispensável ao processo de tomada de decisão. Existe também colaboração entre esta Divisão e o Corpo de Bombeiros Municipais na verificação e encaminhamento de casos sociais sinalizados por estes profissionais no decorrer das operações em que estão envolvidos.

Mercado Social de Arrendamento

Relativamente ao mercado social de arrendamento, ao abrigo do protocolo celebrado entre o Município, a NORFIN, O IHRU e o IGFSS, através do qual é prestado apoio ao nível técnico e processual aos Municípios que pretendem arrendar habitações. Neste sentido foram prestados esclarecimentos relativamente às habitações, verificando-se no entanto a indisponibilidade de imóveis para arrendamento.

O Mercado Social de Arrendamento é uma medida inovadora para famílias que não se encontram nas condições de acesso à habitação social, mas também não possuem rendimentos suficientes para aquisição de casa própria e que assim poderão aceder ao arrendamento de uma habitação do mercado livre.

Habitação e Requalificação Social

No que respeita ao parque habitacional, foi realizada até 31 de Agosto de 2016 a gestão dos fogos sociais de habitação municipal, o qual conta com 720 arrendatários.

Durante o ano de 2016, e de acordo com as situações apresentadas pelos arrendatários, estas foram agrupadas, conforme a sua natureza, por tipologia, de acordo com o gráfico seguinte.



Gráfico 5 - Tipologia dos pedidos

Resposta a Solicitações dos Arrendatários

Foram analisados 4 pedidos de revisão de renda, devido a alterações do rendimento mensal corrigido do agregado familiar por morte, invalidez permanente e absoluta, ou desemprego de um dos membros.

Relativamente às transmissões de arrendamento, foram apresentados 9 pedidos, dos quais 8 foram objeto de decisão favorável.

Devido à indisponibilidade de habitações somente 3 pedido de transferência habitacional foram satisfeitos. A maioria das solicitações está relacionada com questões de mobilidade dos arrendatários às frações e acessibilidade dos edifícios, cuja resolução é difícil, uma vez que o parque habitacional tem cerca de 30 anos e não se encontra com as condições necessárias ao nível das acessibilidades.

No que respeita aos pedidos de permanência definitiva registaram-se 17 pedidos que após análise somente 6 foram objeto de deferimento, uma vez que as situações apresentadas não se enquadravam no regulamento em vigor, nomeadamente por inadequação da tipologia e elementos que não tinham grau de parentesco com os arrendatários.

Avaliação de situações Socioeconómicas e Habitacionais

As visitas domiciliárias são efetuadas com alguma frequência, para avaliação da situação socioeconómica e habitacional dos arrendatários, bem como para a promoção das condições de segurança habitacional e higiénico-sanitárias dos fogos, junto dos locatários idosos e outros.

Tem sido objetivo do Município sensibilizar para a manutenção das condições higiénico-sanitárias, informando os arrendatários das suas obrigações referentes a questões de limpeza e regras cívicas, através de envio de ofícios, afixação de avisos, contactos telefónicos e visitas domiciliárias, nomeadamente quando os espaços comuns dos blocos não apresentam as devidas condições de higiene.

Convém referir que algumas das ações realizadas, são efetuadas em parceria com as instituições de solidariedade social, de modo a promover a reabilitação e conseqüentemente a reinserção social dos agregados familiares na comunidade.

Controle da Dívida de Renda

A gestão do parque habitacional implica uma constante atualização documental dos processos, tendo em vista a atualização das rendas e regularização das dívidas não prescritas.

Durante o ano de 2016 e no que se refere às dívidas de renda, foram notificados 82 arrendatários da mora no pagamento da renda superior a 2 meses, no sentido obstar à prescrição das dívidas. Paralelamente foram efetuados contactos telefónicos no sentido de reforçar o cumprimento das obrigações.

Na impossibilidade de notificação do arrendatário devedor, foram afixados 27 editais.

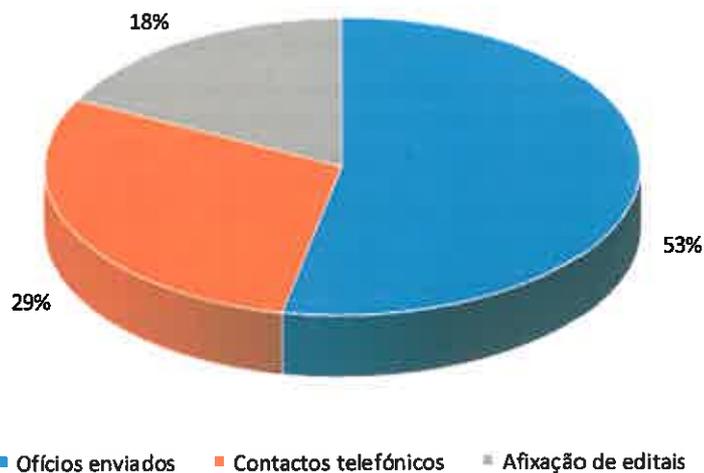


Gráfico 6 – Notificações de dívidas não prescritas

As notificações efetuadas resultaram na elaboração de 45 planos de pagamento de dívidas, correspondendo a 55% dos arrendatários notificados.

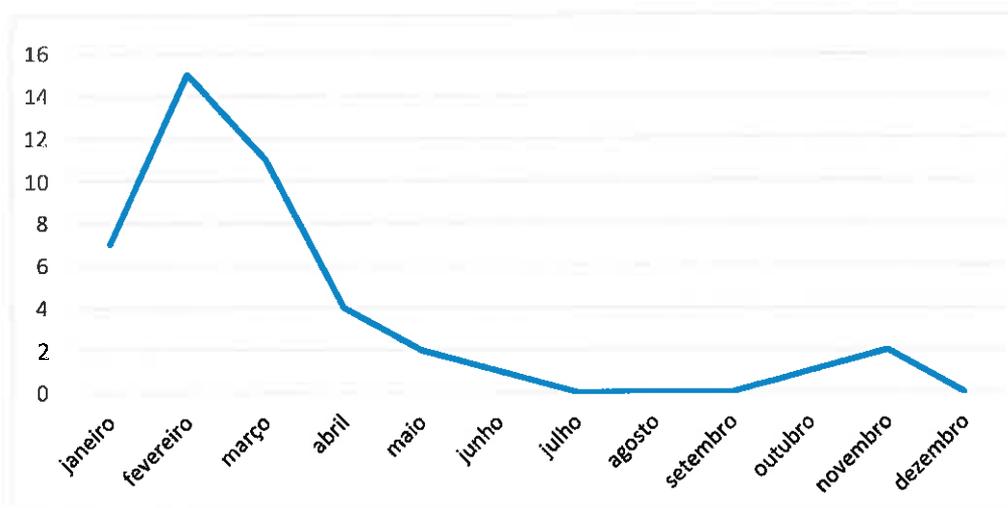


Gráfico 7 - Distribuição mensal dos planos de pagamento

A 31 de agosto de 2016, data da transferência da habitação social para a empresa municipal Fesnima, apresentam dívidas de renda 241 arrendatários, distribuídos pelos vários bairros, sendo que a maior concentração de inquilinos com dívidas são moradores na Rua da Armona e no Bairro Fundo de Fomento de Habitação, por serem estes bairros os de maior dimensão e com mais frações. Os arrendatários, que têm ativo plano de pagamento de rendas em dívida representam 75% dos devedores, mas apenas 32,41% os cumprem.

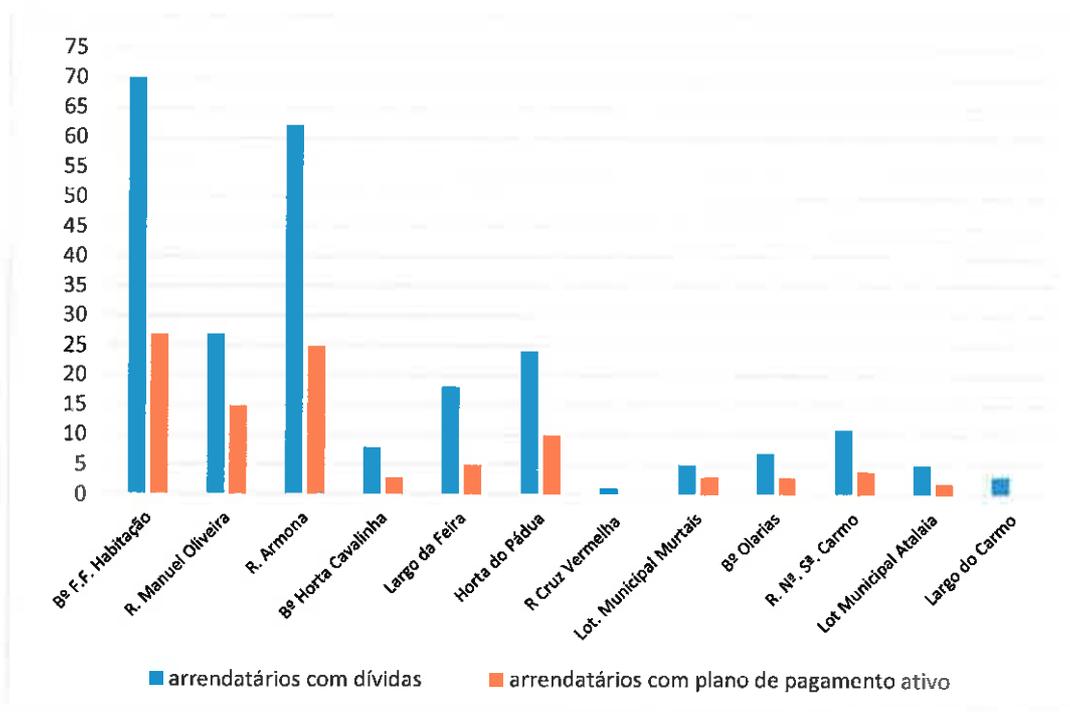


Gráfico 8 – Arrendatários com dívidas de renda e planos de pagamento por bairro social em 31 de Dezembro 2015

Durante o ano de 2016 foram emitidas rendas, incluindo os montantes relativos aos planos de pagamento das rendas em dívida (dos vários anos) no valor de € 219.273,45 e recebido o valor de € 202.489,82, o que revela que cerca de 8% das rendas e dívidas emitidas não foram cobradas, durante o presente ano mesmo tendo em atenção o esforço efetuado através de notificações e telefonemas de reforço.

Desde 2015 que os serviços, de forma regular, notificam os arrendatários com rendas em mora superior a 2 meses, nomeadamente os que não celebraram planos de pagamento das dívidas e os que embora tendo celebrado não estavam a cumprir.

Apesar do esforço realizado, na data da transferência das competências para a empresa municipal Fesnima, ao abrigo do contrato programa celebrado, o Município registava 698 arrendatários, dos quais 241 tinham dívidas por mora no pagamento da renda superior a 2 meses, no montante de € 480.694,23, ou seja, cerca de 35%. Destes, cerca de 75% elaboraram planos de pagamento das dívidas, mas apenas 46% os cumprem.

Do universo dos arrendatários com rendas em mora superior a 2 meses, 25% não manifestou intenção de regularizar a dívida em cumprimento das suas obrigações, o que corresponde a um montante de € 46.259,02, incluindo a indemnização moratória.

É de salientar que, excluindo os arrendatários com celebração de planos de pagamento a cumprir (montante da dívida de € 125.510,44), a dívida não regularizada é de € 355.183,77, aguardando os serviços emissão de parecer jurídico relativamente aos procedimentos a iniciar para a cobrança da dívida.

Obras de Manutenção

A gestão física do parque habitacional municipal requer uma resposta célere aos pedidos de reparação formulados pelos locatários (cerca de 116), o que ao longo do ano se traduziu em cerca de 63 pequenas e médias reparações efetuadas, sendo na sua maioria problemas de canalizações/entupimentos.



É de referir que as grandes reparações são efetuadas pela divisão de construção, manutenção e energia que devido à situação financeira da autarquia não tem conseguido dar resposta às solicitações. Nas habitações devolutas quando possível também em colaboração com a divisão referida, são efetuadas obras de remodelação. Tendo-se verificado vários problemas com a proliferação de pragas, nomeadamente ratos e baratas no interior dos espaços comuns, mantém-se à semelhança do ano transato a prestação do serviço de desinfestação, abrangendo 11 bairros sociais e 107 blocos habitacionais.

Procedimentos para Celebração de Contratos

No ano de 2016 continuaram a realizar-se os procedimentos para a celebração de contratos de arrendamento apoiado, ao abrigo da nova legislação em vigor. Foram notificados os arrendatários da Rua da Cruz Vermelha Portuguesa, Rua N.ª Sr.ª do Carmo e Loteamento Municipal dos Murtais, no sentido de solicitar os documentos necessários ao cálculo da renda. Foram celebrados contratos de arrendamento em regime de arrendamento apoiado com 42 arrendatários dos referidos bairros.

Concurso para Atribuição do Direito ao Arrendamento de 24 Fogos

No decurso do ano de 2016 procedeu-se à elaboração do programa de concurso de atribuição do direito ao arrendamento de 24 fogos, aprovado na reunião ordinária de 21 de setembro de 2016. O prazo para entrega das candidaturas decorreu entre 3 de outubro e 15 de novembro de 2016, tendo sido apresentadas 181 candidaturas (524 elementos) que estão a ser

apreciadas pela Comissão de Análise com o objetivo de aferir a elegibilidades das mesmas.

Gestão de Residências Partilhadas

Ainda no âmbito habitacional, a Divisão efetua a gestão das 2 Residências Partilhadas, propriedade desta autarquia, através da realização de ações de manutenção e conservação do edificado. Efetua também o acompanhamento dos 5 utentes integrados nestes espaços.

Procedimentos relativos ao incumprimento das obrigações por parte dos arrendatários

No que se refere a dívidas de renda foi executada 1 ação de despejo administrativo a arrendatário com dívidas em mora superiores a 2 meses e que não permanecia na habitação, nem se pronunciou quanto às notificações efetuadas pelo Município através de ofícios e editais.

Relativamente ao incumprimento de outras obrigações foram notificados os arrendatários tendo-se verificado a resolução de 6 contratos de arrendamento.

Contrato programa celebrado entre o Município e a Fesnima, empresa Pública de animação de Olhão, E.M.

No âmbito do programa celebrado com a empresa municipal a 25 agosto de 2016, com a transferência da gestão da habitação social para a Fesnima, enviaram-se 130 processos de arrendatários, cujos procedimentos se encontram em cursos.

Encontram-se por enviar, mais 20 processos, que se encontram no serviço jurídico a aguardar parecer.

Recenseamento da população residente no Bairro 16 de Junho – Sul



Iniciou-se no mês de novembro, dezembro de 2016, o recenseamento da população residente no Bairro 16 de junho com o objetivo de apurar o número de construções existentes e o seu regime de ocupação, bem como a dimensão e composição das famílias nelas residentes.

Desenvolvimento Institucional

REDE SOCIAL

A rede social é um fórum de articulação e congregação de esforços entre os vários parceiros, cuja finalidade é combater a pobreza e a exclusão social e promover o desenvolvimento social, nomeadamente através de soluções “próximas” das comunidades, privilegiando os recursos locais e a mobilização das entidades e população para a participação ativa na resolução de problemas.



O Conselho Local de Ação Social (CLASO), criado no âmbito da Rede Social, é um fórum de parceria estratégica para a coordenação e intervenção no desenvolvimento social do concelho, constituído, atualmente, por 70 parceiros provenientes de diversas áreas, sendo que desses, 7 compõem o núcleo executivo, com representação obrigatória do Município e do Instituto da Segurança Social e de um representante das IPSS's.

Neste âmbito realizaram-se ao longo do ano de 2016, 2 Sessões de Plenário do Conselho Local de Ação Social de Olhão e 2 Sessões do Núcleo Executivo.

Das sessões de plenário do CLASO destaca-se a aprovação de um parecer emitido pelo núcleo executivo, relativamente a uma candidatura para criação de um Centro de Apoio à Família e Aconselhamento Parental apresentada pela Cruz Vermelha de Olhão, bem como de novas adesões de entidades que se propõem fazer parte desta parceria. Nestes plenários além dos pareceres obrigatórios são também apresentados vários programas de interesse para os parceiros destacando-se no ano anterior o Plano Nacional de Implementação da Garantia Jovem (PNI - GJ), apresentado pelo IEFP.

As reuniões do núcleo executivo realizadas têm como principal objetivo a monitorização do plano de ação anual, a emissão de pareceres apresentados pelos parceiros e a preparação das reuniões de CLASO.



A Rede Social de Olhão tem também representação e participação obrigatória nas reuniões do consórcio “Mais Sucesso”, aprovado no âmbito do Programa Escolhas, da responsabilidade da Associação

Movimento Juvenil de Olhão - MOJU.

Nos dias 9 e 10 de Maio, realizou-se a Sessão de Formação dirigida aos técnicos que integram o CLASO da Rede Social com o tema “Estratégias de

Angariação de Fundos, para Organizações do Terceiro Sector”, organizada e financiada pela Divisão de Planeamento e Ação Social do Município de Olhão.

Foi organizada a VIII Semana do Bebê de Olhão, em parceria com a ARS e o ACES Central, com o tema “1, 2, 3, uma etapa de cada vez”, que decorreu de 6 a 11 de Junho de 2016, incluindo o seminário técnico que se realizou a 9 de Junho no Auditório Municipal, bem como as atividades na comunidade e no Algarve Outlet de Olhão dirigidas aos pais e bebés.



No âmbito da celebração da semana de luta contra a pobreza e exclusão social que decorreu entre 15 e 23 de Outubro, o Município aliou-se mais uma vez à iniciativa e organizou uma atividade, no dia 19 de Outubro, com o tema “Pedy Paper no caminho das lendas – à descoberta do Património”, dirigida, este ano, (cada ano tem-se beneficiado uma população diferente) aos jovens

residentes nos lares de infância e juventude do concelho, com o objetivo de dinamizar os bairros históricos de Olhão ao mesmo tempo que se sensibiliza para a temática da pobreza e exclusão social. Contámos com a participação de cerca de 15 jovens residentes na Obra Nossa Senhora das Candeias e no Centro de Bem Estar Social Nossa Senhora de Fátima.

Ainda no âmbito da Rede Social, no dia 24 de Outubro, Dia Municipal para a Igualdade, o Município de Olhão, assinalou a data por organizar uma atividade com o tema “Alegria pela Igualdade”, dirigida a munícipes e que consistiu na dinamização da Yoga pelo Riso e que propiciou um ambiente de grupo onde todos interagiram, criando uma atmosfera descontraída e promotora da igualdade. No final da atividade foram ainda distribuídos alguns folhetos, com os quais se pretendeu sensibilizar e informar para as questões de igualdade. Contámos com a participação de cerca de 30 munícipes.





A Rede Social, organizou ainda em parceria com a DECO, no âmbito do protocolo existente com o Município, 7 sessões de informação sobre temas atuais, dirigidos à população em geral, mas com especial relevância sobre os beneficiários de RSI, nomeadamente, “O Mundo da Internet: 1 manual de sobrevivência”, “Direitos e Deveres dos Consumidores” “Compras Inteligentes: poupe na carteira e no ambiente com gestos simples”, “Emagreça a sua Fatura de Energia”, “Pela sua saúde, escolha alimentos saudáveis”, “O Essencial da economia Pessoal”, “O Melhor é aquele que não é produzido”. Estas sessões realizaram-se na Casa da Juventude de Olhão e contou com a participação de cerca de 30 beneficiários de RSI, cada sessão.

Ainda no âmbito da Rede Social, o Município de Olhão está também representado na Plataforma Supraconcelhia do Algarve que tem como objetivo reforçar a organização dos recursos e o planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio e centra-se na discussão e concertação produzida em torno dos diagnósticos sociais e problemáticas identificadas pelos Conselhos Locais de Ação Social, cuja participação dos técnicos permite o conhecimento atempado das políticas sociais, bem como a troca de experiências.



Protocolos no âmbito de parcerias institucionais

No âmbito das parcerias interinstitucionais o Município acompanhou 14 protocolos, celebrados com entidades e organismos em diversas áreas de interesse social, tais como, toxicod dependência, diabetes, saúde mental, saúde sexual e reprodutiva, alojamento de emergência, cidadania e igualdade de género e que contemplam também programas dirigidos a vários públicos, nomeadamente, infância e juventude, grávidas e mães adolescentes, vítimas de tráfico de seres humanos, minorias étnicas e outros grupos vulneráveis.

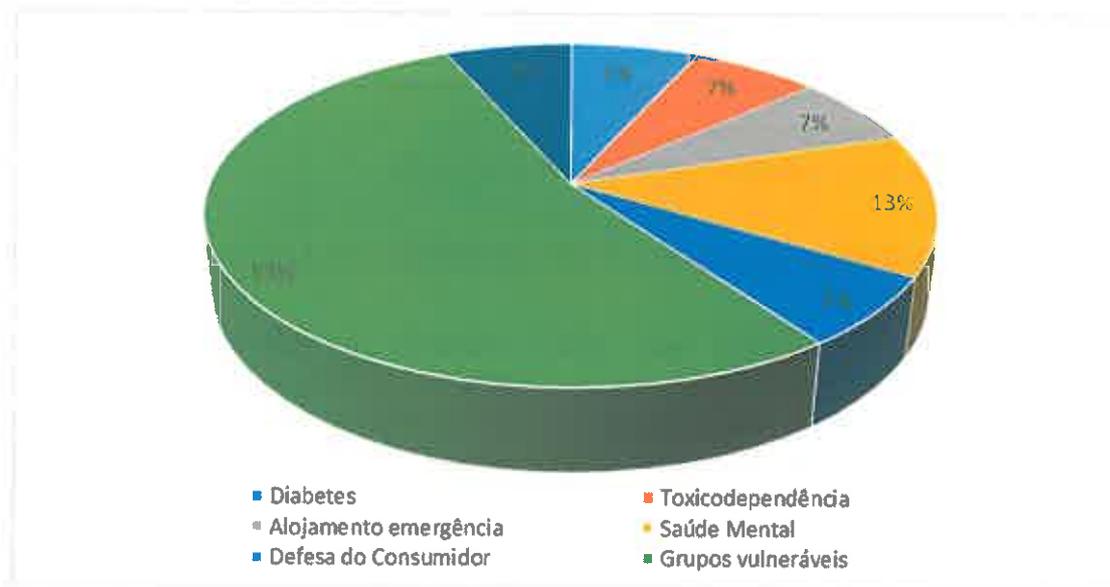


Gráfico 9 – Protocolos aprovados por áreas de intervenção

A Câmara Municipal aprovou apoios financeiros, para o ano de 2016, no montante de € 67.236,12 para desenvolvimento, em parceria com outras entidades, de projetos de apoio a grupos vulneráveis, cujas necessidades se encontram diagnosticadas nos documentos de planeamento da Rede Social de Olhão.

No decurso deste ano civil, em relação ao montante total aprovado, o Município suportou um custo € 40.292,81, o que corresponde a cerca de 60% do valor previsto, justificado pelos seguintes motivos:

- Não cumprimento do protocolo;
- O número de munícipes apresentados pelas entidades para concessão de apoio, não atingiu o número máximo de utentes que é possível apoiar, no âmbito dos protocolos celebrados:

- Protocolo de Colaboração entre o Município de Olhão e a Fundação Irene Rolo

Este protocolo tem como objetivo compartilhar as despesas (alimentação, alojamento, lavandaria, limpeza de espaços e acompanhamento técnico) referentes aos utentes oriundos do concelho de Olhão integrados no Alojamento de Emergência Social. No período em análise o Município efetuou comparticipações no valor total de € 750,00, uma vez que se registaram integrações de 6 utentes, ao longo do ano, oriundos do município.

- Protocolo de Colaboração entre o Município de Olhão e a Associação para o Estudo da Diabetes Mellitus e de Apoio ao Diabético do Algarve

Este protocolo traduz-se no acompanhamento médico e de enfermagem aos utentes que sofrem desta patologia. O município analisa as inscrições efetuadas pelos munícipes interessados no sentido de verificar se reúnem as condições previstas no protocolo. No período em análise o Município efetuou participações no valor total de € 480,00, referente ao apoio diabetológico prestado a 4 doentes do município.

- **Contrato-Programa entre o Município de Olhão e a Associação de Saúde Mental do Algarve**

Este contrato-programa tem como objetivo a participação nas despesas de transporte por forma a viabilizar a frequência, por parte dos munícipes carenciados, das atividades promovidas pelo Fórum Sócio Ocupacional. No período em análise o Município efetuou participações no valor total de € 510,75, referente ao pagamento de transporte de 2 munícipes ao longo do ano.

O contrato-programa celebrado foi objeto de revogação no final do ano de 2016, uma vez que não cumpria as normas legislativas em vigor, nomeadamente no que diz respeito ao período de vigência, conforme disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 197/99 de 8 junho e celebrado protocolo de colaboração.

- **Contrato-Programa entre o Município de Olhão e a Associação dos Doentes Mentais, Famílias e Amigos do Algarve**

Este contrato-programa tem também como objetivo a participação nas despesas de transporte por forma a viabilizar a frequência, por parte dos munícipes carenciados, nas atividades promovidas pela Associação. Durante o ano de 2016 não foram apoiados munícipes no âmbito deste protocolo.

- **Deliberação de reunião de Câmara de 23 de março de 2016, referente ao apoio e tratamento de toxicodependentes**

O objetivo da presente deliberação é enquadrar o apoio a conceder para o tratamento a toxicodependentes em situação de carência económica, ao nível do internamento em unidades privadas, através da atribuição do valor correspondente ao dinheiro de bolso. No período em análise registou-se um pedido de apoio que foi aprovado, tendo o Município participado com o valor de € 135,00, referente a despesa apresentada do mês de dezembro de 2016.

- **Protocolo de Parceria entre o Município de Olhão e a Associação para o Planeamento Familiar**

Este protocolo foi estabelecido no âmbito do projeto “Aquém e Além Margens – Risco Zero”, que tem como objetivo criar as condições

necessárias para o desenvolvimento de atividades em saúde sexual e reprodutiva e em aconselhamento e deteção precoce da infeção VIH junto de populações específicas que lhe são mais vulneráveis do concelho de Olhão. O apoio financeiro suportado corresponde ao valor de € 619,06.

- **Protocolo de Colaboração entre o Município de Olhão e o Centro de Bem-Estar Social N.ª Sr.ª de Fátima**

Este protocolo tem como objetivo apoiar a construção e apetrechamento do Espaço Afetos assim como desenvolver atividades com as crianças e jovens integradas na instituição. O apoio financeiro suportado corresponde ao valor de € 3.500,00.

- **Protocolo de Colaboração entre o Município de Olhão e a Associação Tempus**

Este protocolo tem como objetivo apoiar as atividades desenvolvidas no âmbito dos grupos mais vulneráveis, como toxicodependentes, sem-abrigo, trabalhadores/as do sexo, entre outros e respetivas famílias. O apoio financeiro suportado corresponde ao valor de € 3.600,00.

- **Protocolo de Colaboração entre o Município de Olhão e a Associação Movimento Juvenil de Olhão**

Este protocolo tem como objetivo, apoiar a realização de iniciativas e projetos direcionados para aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social, mais especificamente crianças e jovens em risco. O apoio financeiro suportado corresponde ao valor de € 8.400,00.

- **Protocolo de Colaboração entre o Município de Olhão e a Associação Verdades Escondidas**

Este protocolo tem como objetivo apoiar no desenvolvimento de 3 projetos que pretendem beneficiar populações vulneráveis e em risco de exclusão social, abrangendo especialmente crianças e jovens, grávidas e mães adolescentes e respetivas famílias. O apoio financeiro suportado corresponde ao valor de € 9.420,00.

- **Protocolo de Colaboração entre o Município de Olhão e a APPIA – Associação Pró-Partilha e Inserção do Algarve**

Este protocolo visa apoiar de forma regular, através das IPSS's do concelho, as famílias carenciadas, bem como os agregados familiares em situações de emergência social por via de uma catástrofe, inundações, incêndios, queda de aeronaves, desalojados, vítimas de crime ou outras, desde que devidamente sinalizados e comprovada a sua carência, pelas

IPSS's que as acompanham. O apoio financeiro suportado corresponde ao valor de € 5.000,00.

- **Protocolo de Colaboração com a Casa do Povo do Concelho de Olhão**
Este protocolo tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de projetos de intervenção com as minorias étnicas, ações de inclusão de grupos de jovens problemáticos e vulneráveis e intervenção com os alunos do 1.º ciclo. O apoio financeiro suportado corresponde ao valor de € 2.500,00.
- **Protocolo de Cooperação entre o Município de Olhão e a Comissão para a Cidadania Igualdade de Género**
Este protocolo visa o desenvolvimento integrado da perspetiva de género e da igualdade de oportunidades nas políticas municipais como forma de aprofundar a efetiva igualdade entre homens e mulheres.
Em 2016, e no âmbito do Dia Municipal para a Igualdade, comemorado a 24 de outubro, o Município de Olhão, assinalou a data ao organizar uma atividade dirigida aos munícipes, "Alegria pela Igualdade", com a qual se pretendeu abordar e sensibilizar para a temática da igualdade de género, foram também disponibilizados em locais públicos da cidade folhetos e outros materiais alusivos ao tema.
- **Protocolo de Cooperação com a Rede Regional do Algarve de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico de Seres Humanos**
Este protocolo criou a Rede Regional do Algarve de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos, uma rede de cooperação e de partilha de informação, com atuação na região do Algarve, tendo como finalidade a prevenção, a proteção e a reintegração destas vítimas.

Fórum Técnico para a inclusão

O fórum técnico para a inclusão é uma parceria institucional que integra uma equipa multidisciplinar composta por profissionais das áreas da educação, saúde, emprego segurança pública, segurança social, serviços com intervenção social no concelho, instituições particulares de solidariedade social e autarquia. Tem como objetivo assegurar uma intervenção integrada em rede, no apoio à pessoa e à família, visando uma resposta rápida e eficiente, centrada na família e no utente, sem que o mesmo se desloque inicialmente a todos os serviços.

A organização, coordenação e participação no Fórum Técnico para a Inclusão é da responsabilidade do Município de Olhão, sendo que durante este ano se realizaram 9 reuniões, com cerca de 10 entidades representadas, tendo sido analisados 36 processos.

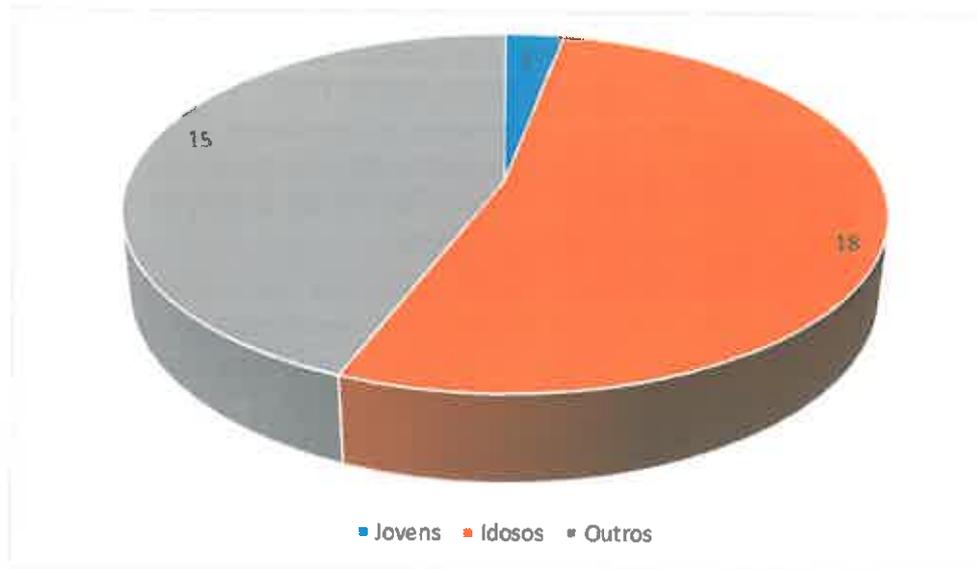


Gráfico 9 – População abrangida em 2016

A população alvo desta intervenção é na sua maioria idosa, cerca de 60%, encontrando-se em situações de isolamento e sem qualquer apoio familiar.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Olhão



Relativamente à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Olhão (CPCJ), o Município é representado, por uma técnica superior, 17h30 por semana, e disponibiliza uma assistente técnica, a tempo-inteiro. O acompanhamento de processos é consubstanciado através de atendimento

personalizado, visitas domiciliárias e parcerias com diversas instituições, participação nas reuniões da Comissão na sua modalidade alargada e nas reuniões da Comissão na sua modalidade restrita que se realizam quinzenalmente.

Durante o ano de 2016 foram realizadas 5 reuniões da CPCJ na modalidade alargada e 28 reuniões da CPCJ na modalidade restrita.

Ao longo do ano foram efetuados cerca de 1000 atendimentos na CPCJ de Olhão que no final de 2016 apresentava um movimento processual de 300 processos, tendo sido efetuadas cerca de 163 visitas domiciliárias.

No período em análise registou-se a entrada de 213 novos processos. Foram 84 reabertos e arquivados 266.

A CPCJ de Olhão participou em vários eventos, nomeadamente na Ação de Formação dirigida aos elementos de Apoio Técnico à CPCJ, promovida pela

Comissão Nacional, na formação do Módulo Informática, integrada no Plano de Formação da Comissão Nacional, no Encontro “A Criança e a Família na Mudança Social – Novos Desafios”, organizado pela CPCJ de Tavira, no Colóquio “CRIANÇAS COM SARILHOS...ADULTOS COM CADILHOS? A resiliência nas (re) reconstruções vivenciais e familiares...” organizado pelo Centro de Apoio à Família e Aconselhamento Parental de Tavira, e no Seminário “A Exploração Sexual e o Abuso Sexual de Crianças: Prevenir Para não Remediar”, organizado pela CPCJ de Faro.

Promoveu ainda uma formação dirigida aos técnicos que integram a Comissão Alargada com o tema “Prevenção e Intervenção em Violência Doméstica e de Género”, que se realizou na Casa da Juventude em Olhão, em parceria com o Grupo de Apoio à Saúde Mental Infantil de Olhão.

1.9 Desporto

Apoio à Atividade Desportiva Formal

O Município de Olhão no objetivo de conceber uma estratégia de desenvolvimento desportivo cooperativo, em que exista um sentido mútuo de responsabilidade e um permanente propósito de colaboração institucional, celebrou durante o ano de 2016 contratos programa de desenvolvimento desportivo.

Com esta atribuição de apoios, o Município de Olhão propôs-se reconhecer e dignificar o trabalho das associações, clubes e coletividades desportivas que contribuem para o desenvolvimento desportivo municipal, segundo regras de isenção e transparência e sempre na perspetiva de articulação entre a racionalização dos recursos e a maximização da eficácia das atividades dinamizadas.

Nesta ótica e de acordo com os artigos, 7º, 46º e 47º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, a qual define as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto, e ao abrigo do regime constante no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de Outubro e em conjugação com a alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º e com a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e em consonância com o Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo do Município de Olhão, foram atribuídos em 2016 subsídios através de contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo tendentes a apoiar a atividade desportiva durante a época desportiva de 2015/2016.

CLUBE	Valor
Associação Cultural e Desportiva Colégio Bernardette Romeira	€ 7 632,29
Associação de Basquetebol do Algarve	€ 10 875,00
Associação de Street Workout	€ 3 000,00
Associação Desportiva de Olhão - 4 ao Cubo	€ 33 587,50
Casa do Benfica de Olhão	€ 3 592,98
Clube de Caça e Pesca Cavaquense	€ 3 555,00
Clube de karaté de Olhão	€ 2 561,48
Clube de natação de Olhão	€ 3 646,40
Clube Desportivo Marítimo Olhanense	€ 19 000,00
Clube Oriental de Pechão	€ 33 485,00
Esgrimalgarve	€ 4 135,00
Futebol Clube de Bias	€ 9 550,00
Ginásio Clube Olhanense	€ 61 608,15
Clube Desportivo "Os Olhanenses"	€ 2 700,00
Grupo Naval de Olhão	€ 16 910,00
Karaté Clube Capristano	€ 366,86
Lusitano Ginásio Clube Moncarapachense	€ 25 000,00
Movidance	€ 3 500,00
Núcleo Sportinguista	€ 211,66
Sport Lisboa e Fuseta	€ 5 912,50
Sporting Clube Olhanense	€ 53 950,00
TOTAL	€ 336 769,82



Infraestruturas

Era um anseio antigo dos skaters olhanenses que se tornou realidade: a Câmara Municipal inaugurou no dia 30 de janeiro, o Skate Park de Olhão, um equipamento moderno, multifacetado e dotado das melhores condições para a prática da modalidade, numa obra, orçada em mais de 60 mil euros.



Desporto para a Comunidade – Atividades para todos

O desporto/atividade física é um fenómeno com grande relevância social. Observando este facto, o Município durante o ano de 2016 desenvolveu vários projetos dirigidos, sobretudo, a franjas da população com maiores problemas de integração e de acesso à atividade física e desportiva. Assim surgiram e foram dinamizados projetos tais como:

- Vida com Ritmo – Ginástica Sénior

A atividade física promove a melhoria da qualidade de vida nos idosos, retardando o envelhecimento, evitando a atrofia muscular, favorecendo a mobilidade articular, evitando a descalcificação óssea e melhorando a contração cardíaca, além de que, diminui a possibilidade de enfarte, previne a obesidade, aumenta a capacidade respiratória, diminui o risco de coagulação sanguínea, melhora o funcionamento dos rins, melhora as relações sociais, aumenta a predisposição para o trabalho, colabora para o equilíbrio psicoafectivo e contribui para o exercício da cidadania. Considerando que

desporto é Saúde o Município de Olhão, desenvolveu e dinamizou um programa de aulas de ginástica sénior em todas as freguesias. Tivemos durante o ano de 2016 um total de 390 participantes regulares nas aulas.

LOCAL	HORÁRIO	Nº INSCRITOS
Moncarapacho	Quartas e Sextas-feiras – 09h45m	59
Quelfes	Terças e Sextas-feiras – 9h30m e 10h15m	104
Fuseta	Terças e Quintas-feiras – 09h30m e 10h15m	62
Pechão	Segundas e Quartas-feiras – 09h30m	25
Olhão	Quartas e Sextas-feiras – 09h00m e 09h45m	140
	Segundas e Quintas-feiras – 09h30m e 10h15m	



Marchas Passeio Algarve

Durante o ano de 2016, o Município de Olhão, disponibilizou aos Domingos, transporte, motorista e um Professor de Educação Física que acompanhou os marchantes do nosso concelho, pelas mais deslumbrantes paisagens da nossa região, descobrindo tesouros únicos, guardados nos mais belos cenários naturais do nosso Algarve, mobilizando mais de 1100 marchantes.

DATA	DESTINO
17-01-2016	Porches
24-01-2016	Lagos
14-02-2016	Silves
28-02-2016	Pereiro
13-03-2016	Vaqueiros
20-03-2016	Faro
03-04-2016	Aljezur

10-04-2016	Armação de Pera
24-04-2016	Vila do Bispo
08-05-2016	Cachopo
15-05-2016	Ferragudo
22-05-2016	Castro Marim
29-05-2016	Loulé
25-05-2016	Tavira
05-06-2016	Salir
12-06-2016	Bensafrim
19-06-2016	Estômbar
26-06-2016	Tavira
25-09-2016	Quarteira
02-10-2016	Alcantarilha
16-10-2016	Portimão
23-10-2016	Loulé
30-10-2016	Carvoeiro
13-11-2016	Martin Longo
20-11-2014	Vila Real Santo António
27-11-2014	São Bartolomeu de Messines
04-12-2014	Barão de S. João
11-12-2014	Alvor
18-12-2014	Albufeira



Centro Municipal de Marcha Corrida

A opinião da comunidade médica é consensual: o exercício físico é essencial para a saúde e a marcha, ou simplesmente, o andar a pé é, à partida, a atividade mais recomendável para qualquer pessoa, visto não apresentar normalmente quaisquer contra-indicações, uma vez que a marcha é o modo de

locomoção natural do Homem e o corpo está natural e perfeitamente adaptado para este tipo de exercício.

Neste sentido o Município criou o Centro Municipal de marcha corrida, desenvolvendo as atividades de iniciação ou aperfeiçoamento à marcha/corrída, colocando ao serviço da comunidade dois técnicos especializados na área. No ano 2016, usufruíram, de forma regular, deste serviço, cerca de 50 Municípes.



Krakes de Rua

Durante o ano de 2016, o Município de Olhão deu continuidade ao projeto Krakes de Rua, pelo 6º ano consecutivo. Trata-se de um projeto destinado a crianças de ambos os sexos dos 6 aos 12 anos de idade.

O objetivo do projeto é através de formas lúdicas e jogadas, proporcionar aos jovens, aprendizagem do futebol num contexto de desenvolvimento das suas aptidões físicas, psíquicas e sociais. É sobretudo um projeto que visa a inclusão social, dirigindo a sua ação aos muitos meninos e meninas que gostam de jogar à bola e não estão integrados em nenhum clube ou associação. Os treinos decorreram na escola EB1 Nª4 e contou com presença de mais de 20 alunos por treino.



Saúde Ativa

Em parceria com a UCC olhar mais, do Centro de Saúde de Olhão, o Município de Olhão facultou a mais de uma dezena de utentes do centro de saúde residentes no Concelho de Olhão com obesidade, consultas de nutrição, prescrição de exercício e aulas de mobilidade e controlo do peso. As aulas realizaram-se às segundas e quartas no Pavilhão Municipal das 10h15 às 11h00.

Expressão Físico Motora

Todas as salas dos jardins-de-infância da rede pública do concelho de Olhão, desde o início do ano letivo tiveram direito a aulas semanais de expressão físico motora.



Primeira Braçada (adaptação ao meio aquático)

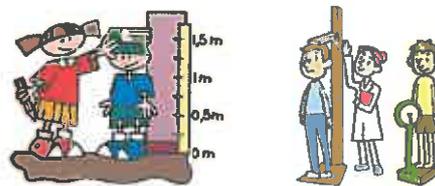
Todas as turmas do 3º ano do 1º ciclo do ensino básico da rede pública do concelho de Olhão foram contempladas com aulas de natação no Complexo das Piscinas Municipais de Olhão.



Medições antropométricas

Em colaboração com o centro de saúde de Olhão foram pesados e medidos os 1815 alunos do primeiro ciclo do concelho de Olhão, foi criada uma base de dados com o Índice de Massa Corporal (IMC), que foi posteriormente enviada para todos os agrupamentos e para o centro de saúde de Olhão. Esta base de dados auxilia o centro de Saúde, a fazer a triagem das crianças com obesidade para posteriormente encaminha-los para as consultas de nutrição, serve

também como alerta para os professores que podem sensibilizar os encarregados de educação dos alunos com IMC mais elevado.



Crescer em Forma

Consiste em aulas de Atividade Física dirigida aos alunos do agrupamento João da Rosa com excesso de peso. Estas aulas têm como objetivo incentivar os alunos, com excesso de peso, para praticar atividade física e adquirirem hábitos de vida saudável. As aulas realizaram-se três vezes por semana no pavilhão da escola João da Rosa.



Tempos Livres

O direito ao lazer e aos tempos livres é uma conquista dos dias de hoje a que o Município de Olhão dá grande importância, nesse sentido, organizou durante o ano de 2016 diversos eventos e atividades dirigidos à população Olhanense, dando especial enfoque aos programas dirigidos aos idosos e às crianças:

- Festa de Carnaval e Natal – Seniores do Projeto Vida com Ritmo

Com o objeto de promover a socialização e confraternização entre os seniores que frequentam as classes de ginástica foram realizadas durante o ano de 2016, 2 festas comemorativas (chá dançante) que contaram com a participação de cerca de 250 participantes em cada uma.



- **Passeios Seniores – Projeto Vida com Ritmo – Programa Mais Vida à Vida**

O projeto "Mais Vida à Vida" iniciou-se no ano de 2001 e tem desde então permitido que a população, com idade igual ou superior a 60 anos, residente no concelho de Olhão, visite e conheça novas localidades, com enfoque especial para a descoberta do relevante património natural e construído.

Em 2016, os passeios da Primavera realizaram-se a Odemira de 12 Abril a 27 de Maio, devido ao elevado número de inscritos, fizemos mais dois passeios extras. Os passeios do Outono realizaram-se entre 20 de Setembro e 28 de Outubro a Huelva e Vila Real, realizamos 13 passeios a este destino. Durante o ano 2016, participaram nestes passeios quase 1300 seniores do Concelho de Olhão.



- Campos de Férias

Os Campos de Férias têm como objetivo proporcionar às crianças e jovens do concelho de Olhão momentos de diversão, ao mesmo tempo que estimulam aprendizagens e promovem hábitos de vida saudável recorrendo à prática de atividade física e proporcionando a interatividade entre os participantes.

Aprender... fazendo! É o grande objetivo dos Campos de Férias. Foram realizadas inúmeras atividades, de diferentes áreas e conceitos, sempre supervisionadas por técnicos credenciados. Em 2016 realizaram-se 3 períodos de Campos Férias: Páscoa; Verão e Natal, com a participação total de 350 crianças.



Apoio a outras Entidades na organização de eventos:

- Chamada Jogos Quelfes

Em ano de Jogos Olímpicos, foi neste concelho que teve início a segunda edição da Estafeta Chamada para os Jogos, no dia 7 de janeiro, inserida na promoção dos VII Jogos de Quelfes – Viver o Olimpismo, que vai percorrer todos os concelhos do Algarve e ainda passar pelo Baixo Alentejo e terminar na vizinha Andaluzia.



- **Campeonato Regional de Corta Mato Longo**

No dia 17 de janeiro, o Clube Oriental de Pechão, com o apoio do Município de Olhão, organizou o Campeonato Regional de Corta Mato Longo, no circuito dos Pinheiros de Marim, para os escalões de juvenis, juniores, seniores e veteranos. Em simultâneo e fora do âmbito do Campeonato Regional, realizou-se o Cross Jovem de Pechão para os escalões de benjamins, infantis e iniciados e contou com a presença de 188 atletas.

- **Marcha de Pechão**

No dia 31 de janeiro em Pechão realizou-se mais uma Marcha-Corrída, inserida no Calendário Regional do Algarve, a organização foi da junta de freguesia de Pechão com o apoio do Município de Olhão. Existiam dois percursos um de 5 e outro de 10 km pelas mais bonitas paisagens campestres de Pechão e contou com a presença de mais de 1200 pessoas.

- **Marcha de Moncarapacho**

No dia 21 de fevereiro em Moncarapacho realizou-se mais uma Marcha/Corrida, inserida no Calendário Regional do Algarve do IPDJ, a organização foi da União de freguesias de Moncarapacho e Fuseta com o Apoio do Município de Olhão.

- **Marcha de Quelfes**

No dia 6 de março em Quelfes realizou-se mais uma Marcha/Corrida, inserida no Calendário Regional do Algarve do IPDJ, a organização foi da Junta de Freguesia de Quelfes com o Apoio do Município de Olhão.

- Caminhada do Dia do Pai

No dia 19 de março realizou-se a Caminhada do dia do Pai no circuito de Manutenção dos Pinheiros de Marim.

- Prova de BTT no âmbito dos Jogos de Quelfes

No dia 10 de abril foi realizada prova de BTT no Circuito dos Pinheiros de Marim inserida nos jogos de Quelfes. Esta prova foi disputada em duplas, constituídas obrigatoriamente por um aluno das escolas do 1º ciclo e um elemento com mais de 18 anos, participaram nesta atividade cerca de 150 participantes.

- II Night Race Olhão 2016

Com três horas de competição em circuito fechado, numa extensão de cinco quilómetros, a II Night Race GCO – Cidade de Olhão decorreu no dia 7 de maio e teve partida e chegada no Jardim Pescador Olhanense e passagem pelas ruas e ruelas mais características da baixa olhanense.



- Friday Run RIAS

No dia 13 de maio realizou-se a segunda edição da Corrida Noturna para ajudar o RIAS (Centro de Recuperação e Investigação de Animais Selvagens), o local de concentração foi na zona industrial de Olhão (em frente ao Minipreço). O percurso teve a distância de 10 Km em grande parte dentro do Parque Natural da Ria Formosa e contou com a presença de 500 participantes.

- **Marcha Noturna**

No dia 28 de maio o Núcleo Sportinguista os leões de Olhão realizou mais uma marcha noturna inserida no calendário do IPDJ. Esta Marcha contou com a presença de 300 marchantes.

- **Campeonato Nacional de Snooker**

Realiza-se nos dias 3, 4 e 5 de junho e 10, 11 e 12 de junho realizou-se no Pavilhão Municipal, as Fases finais Regionais da Bilhar Sul Official League Pool Table relativamente à época de 2015/2016, com a presença dos melhores jogadores da modalidade e da região.

- **Basquetebol – Taça Nacional de Sub 18**

Nos dias 04 e 05 de junho o Pavilhão do Ginásio Clube Olhanense recebeu a fase final da Taça Nacional de Sub 18, com a organização da Associação de Basquetebol do Algarve.

- **Trail Noturno de Pechão**

No dia 17 de junho o polidesportivo de Pechão foi o ponto de partida para mais um trail, organizado pelo Clube Oriental de Pechão.

- **Campeonato Nacional de Street Workout**

O Campeonato Nacional de Street Workout decorreu no dia 19 de junho às 18h no parque de Street Workout existente na zona ribeirinha de Olhão (Ginásio de Ar Livre – Frente ao Hotel Real Marina).

- **Open Cidade de Olhão**

O Ténis Open de Olhão 2016 realizou-se no Parque de Campismo de Olhão de 23 a 26 de junho, e tratou-se de uma prova integrada no calendário oficial do circuito da federação portuguesa de ténis, onde estiveram presentes os melhores tenistas nacionais.

- **Sarau Gímnico do Núcleo Sportinguista “Os leões de Olhão”**

No dia 24 de junho no Pavilhão Municipal realizou-se mais um Sarau de Ginástica, do Núcleo Sportinguista “Os Leões de Olhão” com a presença de diversos atletas da região.

- **Marcha Noturna Mexe-te Mó Olhão 2016**

No dia 12 de agosto no Estádio Municipal de Olhão o grupo “Mexe-te Mó” organizou com o apoio do Município de Olhão, a marcha corrida noturna. Participaram nesta marcha cerca de 600 participantes vindo de todo o Algarve.

- **Marcha-Corrida Quelfes 2016**

No dia 9 de setembro no Polidesportivo de Quelfes realizou-se mais uma marcha/corrida com o apoio do Município de Olhão. Participaram nesta marcha aproximadamente 300 participantes.

- **Marcha da Fuzeta**

No dia 6 de novembro no Polidesportivo da Fuzeta realizou-se mais uma marcha/corrida com o apoio do Município de Olhão. Participaram nesta marcha aproximadamente 480 participantes.

- **XXXVII Corta - Mato do Algueirão**

No dia 3 de dezembro realizou-se a prova de Corta Mato do Algueirão, na Zona Desportiva de Pechão. Nesta prova estavam em competição os escalões de infantis, iniciados e juvenis. Em simultâneo decorre o encontro de Inter Associações Algarve, Beja, Andaluzia. Estiveram presentes mais de 450 atletas.

- **Atletismo XXVI Escalada ao Cerro de São Miguel**

No dia 11 de dezembro realizou-se a 26ª edição da mítica prova de Atletismo “Escalada ao Cerro de São Miguel”. Trata-se de uma prova que integra o calendário da Associação da Atletismo do Algarve e teve início em frente à Casa do Povo de Olhão, em Moncarapacho. A chegada aconteceu 7 km depois, no alto do Cerro de São Miguel, nesta atividade participaram cerca de 300 atletas.

- **Marcha Friday Run Marcha Corrida Noturna**

Realizou-se no dia 11 de dezembro, no recinto do Mercado de Quelfes e contou com a presença de aproximadamente 200 atletas.

- IV Corrida dos Pequeninos

No dia 18 de dezembro o núcleo sportinguista os leões de Olhão organizou com o apoio do Município a 4ª corrida dos pequeninos.

- Marcha de Olhão

No dia 20 de dezembro, o Jardim Pescador Olhanense foi palco de mais uma Marcha-Corrída, inserida no Calendário Regional do Algarve. Este projeto regional está integrado no Programa Nacional de Marcha e Corrida. Existiram 2 percursos de 5 e 8,5 km, com grau de dificuldade fácil. Participaram neste evento aproximadamente 500 pessoas.

1.10 Cultura e Juventude

A Divisão de Cultura e Juventude engloba os espaços: Biblioteca Municipal, Casa João Lúcio, Museu Municipal e Casa da Juventude. Para além da dinamização dos espaços, cabe a esta divisão o desenvolvimento de outras atividades culturais de iniciativa própria ou em colaboração com outras divisões, e com as empresas municipais, em particular com a FESNIMA, nomeadamente na colaboração com a programação do Auditório Municipal, e através de apoio e parcerias com outras entidades do concelho.

Durante o ano de 2016, procurou-se responder aos interesses e necessidades da população e a articulação com as demais atividades culturais do concelho.

A Biblioteca (BMO) tem vindo a desenvolver um conjunto de atividades que se pretendem cada vez mais diversificadas, e de aproximação às diversas faixas etárias (crianças, adolescentes, adultos, idosos e mais recentemente bebés), são exemplo disso: as visitas guiadas - dando a conhecer os serviços que estão à disposição do utilizador, a hora do conto sénior - uma atividade de animação da leitura dirigida aos lares de idosos e centros de dia do concelho, a hora do conto dirigida ao pré-escolar, entre outros.

Em 2016 deu-se continuidade ao investimento na aquisição de novidades bibliográficas, um dos pontos fortes deste espaço municipal relativamente ao contexto regional. Consolidou-se o trabalho a nível da promoção artística e a dinamização da Galeria de Exposições, com atividade contínua e regular.

A nível da promoção do livro e dos autores, trabalhou-se no sentido de fazer deste um espaço de referência pelo forte investimento nas apresentações de livros e nos encontros com escritores, de âmbito local, regional e nacional.

Também as atividades no âmbito do serviço educativo foram uma das prioridades de 2016, quer através de ações nas escolas, quer através do acolhimento e desenvolvimento de atividades com grupos escolares.

No âmbito do SABE (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares), a Biblioteca reforçou o seu papel de articulação entre as bibliotecas escolares, no âmbito da RBEO - Rede de Bibliotecas Escolares de Olhão através de atividades conjuntas, como por exemplo a Batalha dos Livros e o I Encontro de Bibliotecas 'Contarolando'.

Destaque para a disponibilização online do catálogo das bibliotecas da RBEO e da introdução do software Koha (solução open-source para gestão integrada de bibliotecas).

A Casa João Lúcio (CJL), também designada por Chalé João Lúcio, é um admirável e curioso edifício que se destaca pela sua peculiaridade arquitetónica, onde para além das exposições permanentes na sua galeria.

A aposta durante este ano foi no reforço das atividades de serviço educativo, em articulação com o Museu e a Divisão de Educação e Desporto

As diferentes atividades realizadas resultam de parcerias informais com mais de uma dezena de entidades públicas e privadas, que potenciam a visitação continuada do edifício, por visitantes locais bem como internacionais.

O Museu (MMO) constitui-se cada vez mais como uma referência da memória e identidade de Olhão e dos Olhanenses, quer através das exposições de longa duração e temporárias, quer através das visitas ao seu interior como aos pontos de referência, proporcionadas a grupos escolares e a visitantes nacionais e estrangeiros. Também o serviço educativo, reforçado em 2016, foi uma prioridade cumprida pela importância na formação dos mais novos.

Destaque para;

A renovação da sala dos despachos (exposição permanente), com a criação de uma sala dedicada ao Território – com conteúdos multimédia, e a inauguração da exposição Olhão Terra Cubista, e lançamento de publicação associada à exposição;

Foram produzidas atividades específicas para acolher públicos diferenciados: escolas; grupos seniores; IPSS; instituições de ensino (Visitar e Desenhar, 'Fazê barquites'; Conversas de Museu), com concretização do Caderno de Ofertas Educativas do Museu Municipal;

Está a ser efetuado um levantamento no âmbito do PCI sobre os "sapatos de Ourelo" (áudio e vídeo) tendo como objetivo a preservação da memória desta arte local;

Foi elaborado um desdobrável, tendo em vista a divulgação do Caminho das Lendas;

Deu-se início aos trabalhos de tratamento e conservação das coleções do Museu Municipal; procedeu-se, paralelamente à reorganização das reservas e identificação e realocação de espólio – criando-se novos espaços e

aplicando metodologias de conservação. Foi executado manual de Práticas Preventivas de Conservação;

Estabeleceram-se parcerias com o GAC – para a publicação de uma nova edição da Revista “Embarco”, cuja temática se centra na História das Pescas.

A Casa da Juventude (CJO) tem como principal oferta o apoio ao desenvolvimento e concretização de iniciativas de projetos de e para jovens, ou de entidades vocacionadas para a juventude, nomeadamente através de apoio à organização e à logística, disponibilização de espaços e apoio gráfico. Durante 2016, foram efetuados um total de 996 apoios, abrangendo um total de 6 415 jovens/utilizadores.

Nas atividades regulares, deu-se continuidade aos Clubes de Teatro e Desenho e BD, e iniciou-se os Clubes de Cinema e Fotografia. Destaque para a forte dinâmica do Clube de Teatro, com a produção de 3 peças de teatro anuais, uma por cada faixa etária, abrangendo todos os públicos (crianças, jovens e adultos), e que funciona de forma regular com um total médio de 40 elementos.

Também o Clube de Cinema, sendo um projeto novo, apresenta já uma dinâmica equiparada aos restantes congéneres da região.

Ao nível das parcerias deu-se continuidade: ao apoio aos ensaios de jovens músicos do palco de talentos (orientados pelo professor de música Eduardo Patarata); à colaboração da produção da publicação J - Juventude Artes e Ideias que conta com um total de 50 edições mensais regulares; apoio ao curso de DJ e produção de música eletrónica; apoio às aulas de dança oriental; apoio às sessões de atividade de inserção dos beneficiários de RSI, e ainda outros apoios pontuais a diversas entidades/grupos informais.

Em termos de eventos, foi organizada a Mostra de Juventude de Olhão, pelo 6º ano consecutivo, uma referência no concelho com destaque regional, que anualmente articula e expõe a dinâmica das entidades do concelho vocacionadas para a juventude, com atividades diárias de diversas áreas, durante 31 dias consecutivos.

Destaque ainda para o papel da Casa da Juventude, na concretização, em articulação com as outras divisões, do Majestoso SkatePark, um equipamento à muito ambicionado pelos jovens olhanenses.

Número total de entradas:

Ano	BMO	CJL	MMO	CJO
2014	57 580	3 446	2 719	4 258
2015	41 673*	3 527	8 336	5 585
2016	28 340*	3 270	6 556	6 415

* O equipamento não efetuou o registo de alguns períodos.

Atividades permanentes:

Serviços disponíveis (ex: Empréstimos, Utilização de Cyberca, Informação Jovem, Visitas a Exposições, etc.)

	BMO	CJL	MMO	CJO
Nº Serviços	88	12	12	36
Nº Utilizadores	17 734	1 660	3 623	1 388



BMO: Galeria de Exposições



CJL: Exposição João Lúcio



MMO: Serviço Educativo



CJO: Cedência de salas

Atividades Regulares

	BMO	CJL	MMO	CJO
Nº Atividades	50	--	29	30
Nº Sessões	178	--	50	118
Nº Presenças	4 516	--	1 949	1 196



BMO:

MMO : Caça a Peça



CJO: Clube Teatro

Eventos

Eventos anuais, pontuais, esporádicos ou de periodicidade superior a um mês (ex: Conversas de Museu, Encontros com Escritores, etc.)

	BMO	CJL	MMO	CJO
Nº Eventos	19	–	3	4
Nº Participantes	1 106	--	64	1 175

Parcerias

Atividades em parceria com outras entidades. Atividades propostas por entidades externas. Apoios na de cedência de espaços, serviços e/ou recursos.

	BMO	CJL	MMO	CJO
Nº Atividades	21	41	–	91
Nº Participantes	737	1 610	–	3 309
Designação (Parceiros)	<ul style="list-style-type: none"> - Hora do Conto – RSI - Batalha dos Livros – Fase Concelhia - JF Olhão: Palestra - Encontro de Coros - 1º Encontro da Rede de Bibliotecas de Olhão 	Visitas/educação ambiental: <ul style="list-style-type: none"> - Clube Bonsai - Associação Moju - Associação RIAS - Centro de de Idosos (Faro) 		<ul style="list-style-type: none"> - Jornal J - Viriato Muata: Curso de DJ - Palco de Talentos - Associação Âncora: sessões RSI - Denise Carvalho: Dança Oriental

	BMO	CJL	MMO	CJO
	<ul style="list-style-type: none"> - Workshop Micro ficção e nova poesia de autores - Reunião Conselho Municipal de Segurança - Apres. do Livro "Não faz mal ser diferente" (CAO – ACASO) - IEFEP: Apoio ao Emprego - CMO: Assembleia Municipal - CMO: Orçamento participativo - CMO Ass. In Loco: Universidade de Verão - JF Olhão: Universidade Sénior - CMO: Apres. Plano Porm. Zona Histórica - Rede de Arquivos do Algarve: reunião 	<ul style="list-style-type: none"> - Escolas de Loulé - Escolas de Aljezur - Kidsmeeting - Escolas de Faro - Universidade Sénior de Lagos - ATL 100% - Acaso - Parque de Campismo - Cruz Vermelha - Junta Freg. Pechão - Ass. Verdades Escondidas 		<ul style="list-style-type: none"> - Ação Social: Sessões DECO - Ação Social: Fórum de Inclusão - Dança Coreana KPOP - AEP – Grupo 6: carnaval - Ensaios Francisquíadas - Prof.ª Anabela Morte: Workshop 'Crianças com NE' Workshop 'Trissomia 21' - Dança Hip Hop - Associação de Estudantes ESFFL: listas - Clube Karaté Olhão: reunião - AEP – Grupo 6: exposição escotista - MOJU: atividade Projeto Mais Sucesso 6G

Atividades transversais

Durante o ano de 2016, a Divisão de Cultura e Juventude, para além de manter as atividades de referência, esteve presente com a organização ou em colaboração em outros eventos de grande dimensão:

- Inauguração do Majestoso SkatePark (30 de janeiro)



- Carnaval Infantil (9 de fevereiro)
- Mostra de Teatro (março): no âmbito das comemorações do Dia Mundial de Teatro (27 de março) o Município, reconhecendo a importância artística, social e inclusiva do Teatro, apresentou a Mostra de Teatro de Olhão, onde se pretendeu dar a conhecer novos projetos e as melhores companhias do país, baseada na diversidade dramatúrgica e na qualidade dos seus intervenientes.
- Comemorações do 25 de Abril (abril)
- Mostra-te (1 a 31 de maio): pretendeu-se reconhecer o valor e empenho de todos os jovens talentos da nossa terra e de todos aqueles que apostam e contribuem para uma juventude saudável, competitiva, com ideias, objetivos e determinação e que ao longo do ano desenvolvem inúmeras iniciativas com os jovens e para os jovens, algumas delas com visibilidade nacional e

internacional, apresentando algumas dessas atividades durante o mês de maio e integrando um programa articulado, que envolveu 40 entidades e cerca de 900 jovens.



- Feira do Livro (10 a 18 de junho): 9 dias de livros, autores, artesanato local e muita animação. Houve lançamentos, apresentações e sessões de autógrafos, momentos musicais, atividades para as crianças como a hora do conto, pinturas faciais, expressão plástica e jogos infantis.
- Festas da Cidade (15 a 18 junho): nesta iniciativa procurou-se, uma vez mais, promover os talentos de Olhão, com a apresentação ao vivo de vários projetos e bandas musicais e uma peça de teatro, registando-se uma grande afluência diária.
- II Festival Pirata (2 a 5 de agosto): durante 4 dias, recriou-se o ambiente e as atividades setecentistas na Zona Ribeirinha de Olhão, com cerca de duas dezenas de bancas diversas, alusivas à época. Nesta segunda edição voltou-se a apostar numa recriação histórica diferenciada, com muita animação, fogo, lutas, dramatizações, música e danças de época. Para os visitantes e comerciantes locais, o evento foi um sucesso, com muitas centenas de pessoas a comparecerem diariamente ao local.



- II Noites de Levante (23 a 26 de agosto): durante 4 dias, artistas de várias áreas surpreenderam com momentos de grande animação que começaram pelas 21h30, em arruadas de música e artes de rua, e terminaram com concertos improváveis junto aos Mercados Municipais. De registar a grande adesão do público aos eventos diários.





- II Encontro Internacional de Poesia a Sul (21 a 30 de outubro): um evento que contou com a presença de escritores, poetas, críticos literários, editores, conferencistas, professores, declamadores e jornalistas, a que se juntaram atores, pintores, amantes de cinema, músicos e escultores, numa mais vasta comunhão de artes. Esta segunda edição, para além da divulgação de autores nacionais, apostou numa maior internacionalização, com a participação de autores oriundos de Espanha, Chile, Brasil, México, Vietname e Marrocos, que vieram apresentar obras editadas este ano. Foram mais de meia centena de convidados, aos quais se juntaram outros tantos participantes nas várias atividades abertas à participação de toda a comunidade.



- Natal em Olhão (17 a 21 de dezembro): colaboração nas atividades dirigidas ao público infantil, inseridas nas comemorações natalícias, nomeadamente através de sessões de cinema, dinamizadas pelo Clube de Cinema da Casa da Juventude (em colaboração com a Sociedade Recreativa Progresso Olhanense), e apresentação de uma peça de teatro para as escolas, no Auditório Municipal.



1.11 Desenvolvimento Económico

Apoio ao empresário

Relativamente ao desenvolvimento económico foi prestado apoio à área das pescas, em particular, e nas outras atividades económicas, nomeadamente através de informações, aconselhamento e encaminhamento para as entidades competentes e sessões de informação.

O Município deu continuidade à sua participação na rede regional de parcerias de apoio ao desenvolvimento económico e social, cujo protocolo foi celebrado

em junho de 2015 e é sustentado em 3 tipologias de entidades presentes no território, que se articulam entre si:

AMAL, a quem cabe a gestão e coordenação da rede, bem como a sua monitorização;

Municípios, pontos de ignição empresarial, a quem compete a função de front-office, o que corresponde às funções de receção, triagem e encaminhamento para cada uma das entidades de apoio;

Entidades de apoio, rede de mediadores especializados, à qual compete a orientação especializada e a resposta às necessidades dos empreendedores/investidores.

Candidaturas



No primeiro trimestre do ano de 2016 procedeu-se ao encerramento formal das candidaturas efetuadas no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional - QREN.

Foi também em 2016 que se deu início à apresentação de candidaturas ao novo Quadro Comunitário: Portugal 2020.



Portugal 2020: Acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento – FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP – no qual se definiram os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover no país no período entre 2014 e 2020.

A programação e implementação do Portugal 2020 organizam-se em quatro domínios temáticos:

- Competitividade e Internacionalização;
- Inclusão Social e Emprego;
- Capital Humano;
- Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

Em termos de elegibilidades para os Fundos Europeus de Investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), o Algarve, por possuir um PIB per capita entre 75% e 90% da média da EU, é considerada uma região em transição, pelo que tem uma taxa máxima de cofinanciamento dos Fundos de 85%.

A região do Algarve apenas pode aceder aos PO temáticos para projetos financiados pelo Fundo de Coesão, a gestão dos fundos FEDER e FSE são da sua responsabilidade.

O Portugal 2020 é operacionalizado através de Programas Operacionais, aos quais acrescem os Programas de Cooperação Territorial Europeia:

Programas Operacionais Temáticos no Continente

Competitividade e Internacionalização (POCI)

Inclusão Social e Emprego (POISE)

Capital Humano (POCH)

Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR)

Programas Operacionais Regionais

Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira.

Programas de Desenvolvimento Rural

Continente, Açores e Madeira

Programa Operacional Mar 2020

O programa Operacional Regional do Algarve é denominado: Programa Operacional CRESC Algarve 2020.

Assim, durante o ano de 2016, foram publicados diversos Avisos para apresentação de candidaturas, para os quais se revelou necessário proceder à sua análise, interpretação e sistematização de forma a identificar eventuais elegibilidades ao nível dos beneficiários, investimentos, operações, entre outras características.

Deste procedimento, e sempre que existem condições de elegibilidade para o município, resultam informações com as condições para potenciais candidaturas. No ano em análise, para todos os Avisos com elegibilidade para o município foram elaboradas informações em diferentes domínios:

Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR)



- Promoção da adaptação às alterações climáticas e à prevenção e gestão de riscos
- Intervenções na rede de infraestruturas para reforço da operacionalidade (edifícios de bombeiros)
- Aquisição de veículos operacionais de proteção e socorro
- Instalação de redes de defesa da floresta contra incêndios, em terreno não privado
- Erosão costeira

Programa Operacional CRESC Algarve 2020

- Planos de Ação de regeneração urbana
- Apoio a unidades de saúde móvel em articulação com a ARS
- Promoção turística e realização de eventos culturais
- Património cultural
- Património natural
- Eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local
- Promoção das TIC na administração e serviços públicos
- Investimentos em infraestruturas de educação
- Plano de ação de desenvolvimento de recursos endógenos (PADRE) – operações
- Planos de Ação de regeneração urbana - operações



Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE)

- Programa de estágios profissionais na administração local (PEPAL)

Programa Valorizar

Foram ainda analisadas as condições para apresentação de candidaturas ao Programa Valorizar – Programa de apoio ao investimento na qualificação do destino Portugal, criado pelo Despacho Normativo nº 9/2016, de 28 de Outubro.

O Programa Valorizar visa a promoção da qualificação contínua dos destinos através da regeneração, requalificação e reabilitação dos espaços públicos com interesse para o turismo e da valorização do património natural e cultural do país. Para este efeito, encontram-se disponíveis duas linhas de financiamento específicas:

- Linha de apoio à disponibilização de redes wi-fi;
- Linha de apoio ao turismo acessível

Durante o ano de 2016 o município procedeu à submissão das seguintes candidaturas:

A - PO CRESC Algarve 2020

Plano de Ação de Regeneração Urbana de Olhão

O município submeteu a candidatura do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) para a zona do centro histórico da cidade que é abrangida pela ARU (área de reabilitação urbana) existente.

Esta operação, após a fase de negociações foi aprovada com as seguintes operações:

	INVESTIMENTO	FEDER
Plano de Ação de Regeneração Urbana de Olhão		
Requalificação do Largo do Grémio	€ 160.000	€ 104.000
Requalificação do Caminho das Lendas	€ 200.000	€ 130.000
Gabinete de Gestão e Animação do PARU	€ 60.000	€ 39.000
TOTAL	€ 420.000	€ 273.000

No âmbito do PARU de Olhão está ainda aprovada uma candidatura cuja empreitada será executada pela Sociedade Polis Litoral Ria Formosa: Requalificação da Av^a 5 de Outubro.

O PARU de Olhão foi aprovado e encontra-se aberto aviso, para o qual já foi feita a respetiva informação, para a submissão das candidaturas das operações referidas.

Simplex 2.0 – Municípios do Algarve Central

Esta candidatura resulta de uma parceria entre os 6 municípios que constituem a Rede Algarve Central e pretende dar continuidade ao trabalho de modernização, simplificação e melhoria do seu quadro de relacionamento e de prestação de serviços às empresas e particulares que tem, vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos, mediante a prossecução de diversas iniciativas cujos alicerces assentam em subprojectos de simplificação, modernização e reengenharia de processos internos e de melhoria dos instrumentos externos.

A candidatura foi aprovada, mas condicionada à apresentação de informação, a qual se encontra em preparação. O município de Olhão apresentou um investimento de € 122.710, para o qual prevê uma comparticipação FEDER (80%) de € 98.168.

Algarvemaisdigital

Esta operação é liderada pela AMAL, envolve todos os municípios de Olhão, e pretende reforçar a disponibilidade de serviços em rede por parte da administração e serviços públicos.

A situação é semelhante à candidatura referida anteriormente, foi aprovada condicionada à apresentação de informação, a qual se encontra em

preparação. O investimento proposto para o município é de € € 66.574, correspondendo uma comparticipação FEDER (80%) de € 53.259.

Requalificação da EB1 nº5

Esta operação visa uma reabilitação profunda deste estabelecimento de ensino, permitindo eliminar o regime de funcionamento duplo, ainda existente na escola. Com este projeto, o município responderá às necessidades manifestadas por esta comunidade escolar, oferecendo um equipamento constituído por 9 salas de aula para o 1º ciclo e 1 sala de multideficiência, com cozinha, sala polivalente, refeitório, biblioteca e sala de professores.

Esta candidatura já se encontra aprovada e tem um investimento elegível de € 1.903.666, a que corresponde uma comparticipação FEDER (50%) de € 951.833.

FOMe – Festival de Objetos e Marionetas & Outros Comerces

Esta candidatura foi apresentada no âmbito da parceria existente entre os 6 municípios – Algarve Central – e tem como objetivo a valorização cultural e natural da região, aproveitando a oportunidade para o desenvolvimento das atividades com relevância sociocultural e económica, e como forma de acrescentar valor à experiência turística revelando os costumes e tradições sob uma forma animada (marionetas), contribuindo para aumentar a qualidade e diversificação da oferta de eventos a realizar no Algarve.

O investimento proposto para o município foi de € 61.031, para a realização de cerca de 7 espetáculos em 3 anos. A taxa de financiamento prevista para esta candidatura é de 60%.

A candidatura, cuja liderança foi assumida pelo município de Faro, encontra-se em apreciação pela Autoridade de Gestão.

Promoção Turística e Eventos Culturais – Algarve Central

À semelhança da operação descrita anteriormente, foi promovida uma candidatura pelos municípios do Algarve Central cujo objetivo é a apresentação de um novo programa de oferta cultural destinado à comunidade residente, aos turistas nacionais e internacionais que afluem à região, assim como promover a dinamização cultural assente no património, em simbiose com o potencial humano criativo para a afirmação da região do Algarve como destino turístico de excelência.

Pretende-se, com esta operação, a valorização e dinamização culturais do território Algarve Central.

Assim, foi preconizado um investimento que inclui a contratação de um diretor e um produtor artístico, aos quais incumbe a coordenação geral do conjunto de

atividades/eventos que vierem a ser realizados, a produção dos eventos em rede e as subseqüentes atividades de itinerância.

O investimento elegível proposto para o município foi de € 80.573 para a realização de cerca de 9 espetáculos em 3 anos. A taxa de financiamento prevista é de 60%.

A liderança desta operação foi assumida pelo município de Loulé, e encontra-se em apreciação pela Autoridade de Gestão.

Plano de Ação de Desenvolvimento dos Recursos Endógenos (PADRE)

Ainda ao abrigo do PO CRESC Algarve 2020, e mais concretamente, inserido no Desenvolvimento local de Base Comunitária, o município integrou o Grupo de Ação Local – interior do Algarve Central, tendo assumido a liderança deste projeto a Associação In-LoCo. A estratégia apresentada foi, entretanto, aprovada.

No concelho de Olhão, os territórios abrangidos pela estratégia referida são a freguesia de Pechão e a União de freguesias de Moncarapacho-Fuseta.

Esta estratégia tinha que estar enquadrada num documento estratégico e transversal à região – Plano de Ação de Desenvolvimento dos Recursos Endógenos (PADRE).

Assim, e na sequência da aprovação do PADRE, encontravam-se reunidas as condições para que a Autoridade de Gestão procedesse à abertura do Aviso para a apresentação das operações previstas.

O período para a apresentação das operações está dividido em 2 fases, de acordo com o seu grau de prioridade:

- 1ª Fase (até 30/09/2017): operações de Prioridade 1

Rede de Acolhimento para o Autocaravanismo na região do Algarve

Esta candidatura é de natureza intermunicipal, sob a liderança da AMAL, e abrange a freguesia de Pechão.

Percursos de Pedestrianismo e de BTT, na freguesia de Pechão, com um investimento previsto de € 60.000

Rota dos Cerros, na União de Freguesias de Moncarapacho-Fuseta, com um investimento previsto de € 50.000

Casa Museu de Pechão, na freguesia de Pechão, com um investimento previstos de € 30.000.

- 2ª Fase (de 30/09/2017 a 31/03/2018): operações de Prioridade 2

Estas operações poderão ser submetidas caso se verifiquem quebras nas operações de Prioridade 1 e nas condições a estabelecer com a Autoridade

de Gestão. As candidaturas de Prioridade 2 aprovadas, todas na União de freguesias de Moncarapacho-Fuseta, são:

- Cozinha comunitária, com um investimento previsto de € 130.000.
- Criação de espaços de promoção e venda de produtos regionais, com um investimento previsto de € 40.000.
- Promoção das principais culturas agrícolas tradicionais de Moncarapacho, com um investimento previsto de € 50.000.
- O financiamento das operações tem uma taxa FEDER máxima de 70%.

B – POISE

No âmbito do POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, foi submetida uma candidatura ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), a qual foi aprovada.



Esta candidatura permitiu o financiamento total dos três estágios desenvolvidos no município nos domínios da promoção do desenvolvimento e da competitividade económica local, ação social e promoção do desenvolvimento energético, no valor de € 28.637,64, que iniciaram em 2015 e terminaram durante o mês de maio de 2016. Fisicamente, a candidatura encontra-se concluída mas, em virtude de haver atrasos na plataforma eletrónica do Programa, ainda não foi possível submeter a correspondente despesa.

GAC Pesca - Sotavento do Algarve

O Grupo de Ação Costeira (GAC) do Sotavento Algarve, criado ao abrigo do PROMAR – Programa Operacional Pesca 2007-2013, eixo 4 – “Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca”, apoiou a implementação de projetos que contribuem para o desenvolvimento sustentável da zona costeira do Sotavento do Algarve, este grupo é uma parceria entre entidades públicas e privadas.

O GAC do Sotavento do Algarve teve uma dotação aprovada de € 3.739.112 (Fundo Europeu para as Pescas + Orçamento de Estado) para apoio às comunidades piscatórias, sendo que € 2.639.079,91 de FEP destinaram-se ao apoio de projetos no âmbito do Desenvolvimento das Zonas Costeiras.

No âmbito do GAC foram aprovados até final do ano de 2015, trinta e seis (36) projetos, que representam um valor total de investimento de € 3.594.762,04, correspondendo a € 969.405,18 de participação privada e € 2.625.356,86 de participação pública com um cofinanciamento do FEP de € 2.160.962,18.

No quadro 3 estão caracterizadas as candidaturas aprovadas por ação:

- **Quadro 1 – Candidaturas executadas por tipologia de ação**

CANDIDATURAS APROVADAS	Nº CANDIDATURAS	VALOR DE EXECUÇÃO (FEF)
Ação a) Reforço da competitividade das zonas de pesca e valorização dos produtos	27	€ 1.321.346,61
Ação b) Diversificação e reestruturação das atividades económicas e sociais	2	€ 41.960,36
Ação c) Promoção e valorização da qualidade do ambiente costeiro e das comunidades	7	€ 797.655,21
TOTAL	36	€ 2.160.962,18

Dos projetos aprovados, quinze (15) inserem-se no concelho de Olhão com uma previsão de criação de dezasseis (16) postos de trabalho e a manutenção de onze (11).

O quadro resumo dos projetos executados é apresentado de seguida.

CONCELHO	VALOR TOTAL (€)	PARTICIPAÇÃO PRIVADA (€)	PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (€)	PARTICIPAÇÃO FEF (€)	MP
Castro Marim	721.314,20	196.448,20	524.866,00	508.746,40	3
Faro	283.402,50	54.226,84	229.175,70	171.881,80	9
Loulé	182.194,40	52.324,73	129.869,70	974.02,25	3
Olhão	2.179.313,00	652.565,90	1.526.747,00	1.221.908,00	15
Tavira	121.721,80	13.839,59	107.882,20	80.911,62	4
Vila Real Santo António	106.816,40	0,00	106.816,40	80.112,27	2
	3.594.762,00	969.405,20	2.625.357,00	2.160.962,00	36

No que diz respeito à atividade dos técnicos do GAC, estiveram durante o ano de 2016 a terminar as análises aos últimos pedidos de pagamento submetidos pelos promotores, assim como também dos relatórios e visitas relacionadas com a conclusão e encerramento dos projetos.

GAL Pesca - Sotavento do Algarve

Foi assinado no dia 15 de fevereiro de 2016 o contrato entre o Grupo de Ação Local Pesca do Sotavento do Algarve e as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais para implementação de uma Estratégia de

Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) Costeiro para o Sotavento do Algarve,

Este processo resulta da candidatura que teve a sua aprovação ainda durante o ano de 2015, com o seu reconhecimento a 23 de Novembro e uma dotação financeira de 3.589.506,00 euros. Este valor é assegurado pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Mar 2020 em 2.989.506,00 euros do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas e pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Algarve 2014-2020 em 300.000,00 euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e de 300.000,00 euros do Fundo Social Europeu (FSE).

O secretariado técnico do GAL Pesca marcou presença em diversos eventos relacionados com a atividade, nomeadamente:

Comissões de Acompanhamento do Programa Operacional Mar2020 que decorreram em Lisboa;

Reuniões com o Secretário de Estado das Pescas no âmbito da preparação dos DLBC Costeiros;

Oceans Business Week (Lisboa), de 2 a 4 de junho, no espaço institucional com o seu material de divulgação e no Workshop “Economia Azul – Transferência de conhecimento e inovação para alavancar a economia do mar”;

Seminário “A Pequena Pesca: Potencial para a Sustentabilidade”, organizado pela PONG-Pesca, em Sesimbra, para debater os assuntos relacionados com o setor e também para testemunhar na 1ª pessoa um projeto financiado pelo GAC Sotavento – Ecoturismo na Ria Formosa;

Seminário “Gentes de Mar”, organizado pelo GAL Pesca do Barlavento, que decorreu em Portimão;

Seminário “Polvo Tradicional”, realizado em Quarteira, a convite da Associação Armalgarve Polvo – Associação dos Armadores da Pesca do Polvo do Algarve, onde a Coordenadora Rita Pestana foi a moderadora do debate inserido no evento;

Sessão de informação denominada “Blue Growth no Horizonte 2020 – Perspetivas de financiamento em 2017”, organizada pelo Gabinete de Promoção do Programa-Quadro (GPPQ) e a Universidade do Algarve;

Apresentação pública do Programa Operacional Mar 2020 que decorreu em Lisboa no dia 28 de Outubro;

SISAB 2016 – Salão Internacional do Setor Alimentar e Bebidas, no dia dedicado à temática “Portugal – O Melhor Peixe do Mundo”;

Sessão de sensibilização “Portugal 2020 – Gestão de Projetos”, organizado pelo IAPMEI em Faro.

Outras atividades

Decorreram, no dia 31 de maio, as comemorações alusivas ao Dia do Pescador, onde mais uma vez foram distinguidos os profissionais do setor que se destacaram.

O gabinete de apoio à pesca e aquacultura continuou a dar apoio aos profissionais do setor, no âmbito do novo quadro comunitário Mar 2020, no sentido de os auxiliar na instrução das candidaturas a novos projetos.

De destacar também o apoio à resolução de situações provenientes do anterior quadro comunitário PROMAR, na medida em que existem, entre os técnicos deste gabinete e as instituições que gerem o setor, vias de comunicação simplificadas, as quais são facilitadoras na troca e gestão de informações.

1.12 Bombeiros Municipais e Proteção Civil

No âmbito das atribuições do Município de Olhão nas matérias de Proteção e Socorro e Proteção Civil, nomeadamente as Leis n.º 27/2006 de 3 de julho, alterada e republicada pela lei n.º 85/2015, de 3 de agosto, n.º 65/2007, de 12 de novembro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas leis n.º 69/2015, de 16 de julho, n.º 25/2015, de 30 de março e n.º 7-A/2016, de 30 de março e demais legislação vigente, e de acordo com a sua estrutura orgânica Municipal, possui um Gabinete de Bombeiros Municipais e Proteção Civil, onde estão incluídos o Corpo de Bombeiros Municipais e o Serviço Municipal de Proteção Civil, e tendo no ano de 2015 sido constituído o Gabinete Técnico Florestal.

- Serviço Municipal de Proteção Civil



O Serviço Municipal de Proteção Civil conforme a legislação vigente que define o enquadramento Institucional e Operacional e a organização do Serviço Municipal, bem como os seus objetivos e domínios de atuação, durante o ano de 2016 executou as atividades a seguir designadas.

- Apoiou tecnicamente a Administração do Município de Olhão;
- Participou nas reuniões de Coordenação entre o CDOS de Faro e os SMPC;
- Promoveu reuniões de coordenação com os serviços do Município de Olhão;
- Atualizou os meios e recursos;
- Atualizou a Comissão Municipal de Proteção Civil;
- Acompanhou todas as ocorrências no âmbito da proteção e socorro no Município de Olhão e adjacentes;
- Apoiou tecnicamente a elaboração de cenários para os simulacros promovidos por entidades no âmbito da Segurança Contra Incêndio em Edifícios - SCIE;
- Participou como observador nos simulacros promovidos por entidades no âmbito da SCIE;
- Participou na preparação e nos exercícios de evacuação das escolas do Concelho;
- Colaborou na implementação e na operacionalização das medidas de auto proteção nos edifícios Municipais;
- Realizou ações de sensibilização nas escolas, e Freguesias do Município;
- Realizou de ações de sensibilização às entidades integrantes da rede de ação social;
- Promoveu no Dia da Proteção Civil - 1 de Março a ação: "quartel aberto";
- Divulgou a informação relativa às medidas de autoproteção de acordo com os Comunicados Técnico Operacionais – CTO, divulgados pelo Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro – CDOS e informação do Instituto Português do Mar e da Atmosfera - IPMA;
- Informou permanentemente o cidadão com as medidas de autoproteção, no site do Município, de acordo com os avisos meteorológicos;
- Realizou as ações constantes dos Planos para condições meteorológicas extremas (frio e calor);
- Colaborou nas ações promovidas pelos Agentes de Proteção Civil;
- Colaborou nas ações promovidas pelo CDOS-Faro;
- Apoiou ações promovidas por outras entidades no âmbito da proteção civil.
- Abaixo descrevem-se mais pormenorizadamente algumas das atividades anteriormente enunciadas.

- Exercícios internos de segurança nas Escolas do Agrupamento Dr. Francisco Lopes



Nos meses de Fevereiro e Novembro realizaram-se exercícios internos nas escolas pertencentes ao Agrupamento Dr. Francisco Fernandes Lopes, nomeadamente nas escolas EB1/JI de Moncarapacho e Fuseta, EB 2/3 Dr. João Lúcio e Dr. António João Eusébio e Secundária Dr. Francisco Fernandes Lopes.

Estes exercícios têm como objetivo testar o plano de emergência e evacuação, bem como criar rotinas de comportamento e de atuação em caso de sinistro.



- Dia Mundial da Proteção Civil - Quartel aberto

O Dia Mundial da Proteção Civil, que se comemora no dia 1 de março, foi assinalado com a iniciativa "Quartel Aberto", que consiste na abertura das instalações da corporação à comunidade civil, através de visitas acompanhadas. Este ano com o tema "A Importância do Patamar Local na Promoção de Comunidades Resilientes".

A iniciativa esteve aberta a escolas, entidades e população em geral, que tiveram oportunidade de assistir a uma demonstração de equipamentos nas diferentes áreas de intervenção e ficar a conhecer melhor as instalações dos Bombeiros Municipais



- Exercício interno de simulacro de incêndio no Centro de Educação e Desenvolvimento Infantil Porta Mágica

No mês de março decorreu no Centro de Educação e Desenvolvimento Infantil Porta Mágica um exercício de simulação de um incêndio na cozinha.

Este exercício teve como objetivo criar rotinas junto dos funcionários e crianças, esteve envolvido o veículo VUCI 4 do Corpo de Bombeiros de Olhão.



- Exercício com derrame de hidrocarbonetos no Porto de Olhão

Em maio o SMPC participou no exercício “OLHÃO 2016”, promovido pelo Departamento Marítimo do Sul na área do Porto de Pesca de Olhão. Duas embarcações chocaram no Porto de Pesca de Olhão, tendo do acidente resultado o derrame de 15 metros cúbicos de gasóleo. Uma avaria no posto de abastecimento de combustível situado naquele local provocou um outro derrame, com consequências ainda imprevisíveis para o frágil ecossistema da Ria Formosa.

Este exercício de combate à poluição do mar por hidrocarbonetos, no que concerne às operações de combate à poluição do mar, teve como objetivos principais:

Treinar de modo consistente os meios atribuídos ao Departamento Marítimo do Sul e à Capitania do Porto de Olhão.

Treinar e incrementar a cooperação com outras entidades, em particular as autarquias locais.

Demonstrar às populações as capacidades e determinação dos serviços responsáveis pelo combate à poluição do mar no Algarve.



- Ação de sensibilização sobre a utilização de extintores e cartéis na Ilha da Armona

No mês de maio o Gabinete de Bombeiros Municipais e Proteção Civil de Olhão, com a colaboração da LAIA, realizou uma ação de sensibilização sobre a utilização de extintores e cartéis, na Ilha da Armona.

Mais de duas dezenas de moradores e comerciantes da Ilha da Armona, mas também funcionários da Ambiolhão e membros do Gabinete Municipal de Bombeiros e Proteção Civil, assistiram à ação de sensibilização.



O Município de Olhão, através do seu Corpo de Bombeiros, reforçou, assim, a segurança contra incêndios na Ilha da Armona, com a primeira fase de instalação destes equipamentos, que estão acessíveis a todos os serviços, agentes de proteção civil, comerciantes, moradores e visitantes.

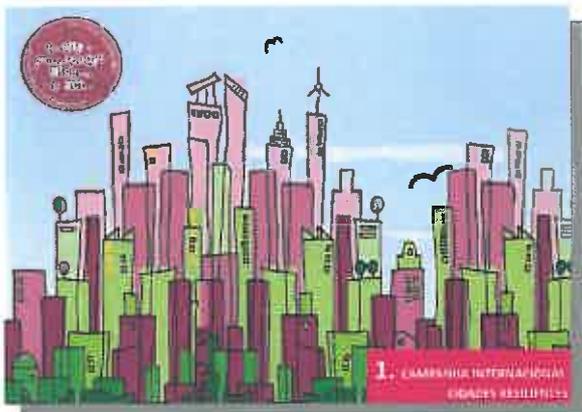
- Exercício Público de cidadania no âmbito do risco sísmico de Preparação para o Risco Sísmico - A TERRA TREME – 2016



No dia 13 de outubro às 10.13h realizou-se o exercício público de âmbito do risco Sísmico – A TERRA TREME, esta iniciativa, promovida pela autoridade nacional de proteção civil e que tem a duração de apenas 1 minuto, procura chamar a atenção para o risco sísmico e para a importância de comportamentos simples que os cidadãos devem adotar em caso de sismo, mas que podem salvar vidas.

No âmbito municipal este exercício teve uma considerável adesão nomeadamente nos serviços públicos, escolas, consolidando cada vez mais o conceito de cultura de prevenção para uma sociedade mais segura, uma vez que Somos Todos Proteção Civil.

- Campanha internacional cidades resilientes

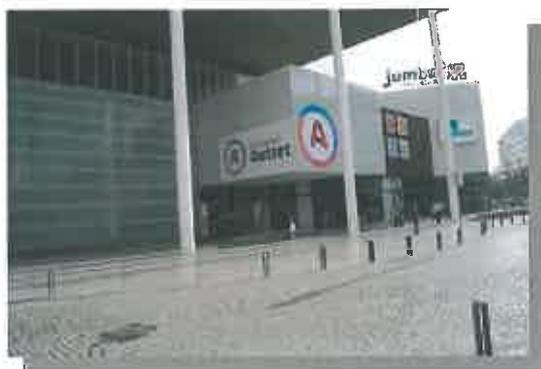


Em Portugal, de modo a dar cumprimento às recomendações do Quadro de Ação de Hyogo, constituiu-se formalmente, em maio de 2010, a Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes (PNRRC), no seio da Comissão Nacional de Proteção Civil (<http://www.pnrcc.pt/>). Paralelamente existe uma Subcomissão que tem como objetivo promover a implementação do Plano de Atividades emanado pela PNRRC e

de propor a realização de ações nos domínios do Quadro de Ação de Hyogo e Quadro de Sendai, e a qual organiza-se em 6 grupos de trabalho (GT): GT Segurança de estruturas de ensino, GT Peritos em avaliação de danos estruturais, GT Gestão de risco de inundação, GT Alterações climáticas, GT Boas Práticas no setor privado e GT Cidades resilientes. No âmbito deste projeto, constitui um objetivo primordial a expansão deste projeto a mais cidades/municípios, no sentido de estes passarem a constituir-se como cidades/municípios resilientes.

Neste sentido, decorreu um processo de candidatura ao nível da Região do Algarve para adesão à Campanha das Cidades Resilientes, pela Comunidade Intermunicipal do Algarve (CIM-AMAL), tendo sido remetido para apreciação das Nações Unidas no passado dia 7 de novembro. As candidaturas enviadas por cada Município foram já aprovadas pela UNISDR, como parte da campanha das cidades resilientes podendo ser visualizados no site da campanha, em <https://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/home/cities>, quando se pesquisa por Portugal.

- Exercício/ simulacro anual do Algarve Outlet



No mês de Novembro realizou-se um exercício interno para testar o plano de segurança interno, em particular dos procedimentos de atuação estabelecidos para fazer face a situações de emergência.

A realização deste simulacro de incêndio tem como principais vantagens:

- Treinar o pessoal afeto ao estabelecimento nos procedimentos e rotinas de atuação em caso de emergência, complementando a formação ministrada;
- Testar a coordenação da organização de segurança do estabelecimento;
- Testar a operacionalidade dos sistemas e equipamentos de segurança do edifício;
- Avaliar e atualizar o plano de emergência interno através da confrontação de cenários não coincidentes com o planeamento do exercício.

- Gabinete Técnico Florestal

O Gabinete Técnico Florestal foi formalmente constituído no ano de 2015. De acordo com legislação em vigor e as suas obrigações legais, o Gabinete Técnico Florestal desenvolve ações de Defesa da Floresta contra Incêndios e promove tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais do município, neste sentido no ano de 2016 foram realizadas as atividades abaixo referidas.

- Apoiou tecnicamente e administrativamente a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Olhão - CMDFCI;
- Promoveu reunião com a CMDFCI;
- Atualizou a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Participou em reuniões da Comissão Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Participou em reuniões bimensais com o ICNF e todos os Gabinetes Técnico Florestais da região;
- Deu resposta às solicitações por parte do ICNF e ANPC no que respeita a informação relacionada com a temática dos Incêndios florestais, nomeadamente ações de sensibilização, validação de informação, resposta a questionários, etc.
- Preparou informação geográfica para apoio aos bombeiros;
- Elaborou candidatura aos apoios nacionais no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente Fundo Florestal Permanente: apoio ao funcionamento dos GTF;
- Participou na Semana de Criança e do Ambiente – de dia 31 de maio a 3 de junho, neste âmbito foram realizadas as seguintes atividades:
 - Preparação de materiais sobre o tema incêndios florestais, nomeadamente cartazes - “campanha Olhão sem fogos depende de todos”;
 - Montagem da feira;
 - Presença diária na feira durante os 4 dias;

- Colaboração com o designer do Município para elaboração da mascote dos bombeiros e proteção civil e material para a feira;
- Votação do nome para a mascote por parte dos alunos.



- **Corpo de Bombeiros Municipais**



O Corpo de Bombeiros conforme a legislação vigente e de acordo com a suas missões, garante com prontidão de 24 horas 7 dias a Proteção e Socorro do Concelho de Olhão, e o reforço operacional em toda a região do Algarve e no País, quando solicitado, nomeadamente nas operações de maior envergadura, correspondendo a atividade operacional do ano

de 2016 a referente ao Gráfico 1.

Para dar resposta as missões atribuídas o Corpo de Bombeiros os seguintes meios e recursos;

Pessoal - Quadro de Comando 1 elementos; Quadro Ativo 73 elementos; 7 novos estagiários; 32 elementos da Fanfarra; e 1 elementos no Quadro de Honra.

Veículos – 27 veículos (ambulâncias, veículos de Combate; veículos especiais, veículos de apoio e transporte, 2 embarcações e 2 semireboques e 1 reboque.)

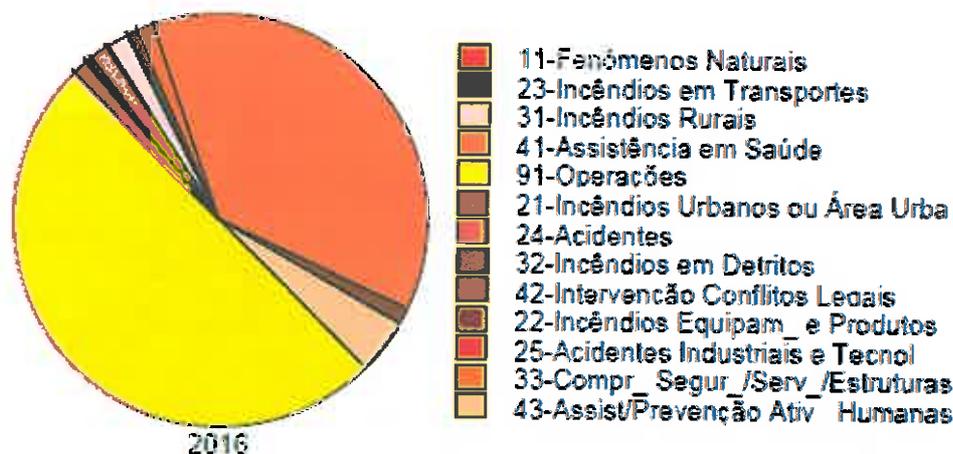


Gráfico 10 - Serviços efetuados no ano 2016

- Plano de Reequipamento Interno do Corpo de Bombeiros 2016

O Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão concluiu o apetrechamento previsto para o ano de 2016, com a aquisição e operacionalização dos seguintes equipamentos.

Um grupo eletrogéneo de emergência rebocável, com capacidade de 50 KVA, que permite a alimentação de energia de emergência do quartel, bem como a capacidade de ser projetado para operações de proteção e socorro e proteção civil.

Duas motobombas de grande capacidade de bombagem (100 mil litros hora) e duas eletrobombas, para responder fundamentalmente a situações de inundações e esgotamentos, nas zonas críticas do Concelho.

Três depósitos de combustível para sustentação das operações, com diferentes capacidades para transporte e armazenamento de combustível, de forma a garantir a continuidade das operações de proteção e socorro no município, permitindo desta forma a garantia e o aumento aos agentes de proteção civil uma relevante capacidade de operacional.

Diversos equipamentos para o Corpo de Bombeiros, tais como moto serras de diferentes dimensões e opções, bem como os respetivos equipamentos de proteção individual, Lanternas para trabalho de bombeiros com a norma Atex e de Led, equipamento de produção de espuma propak, portátil de elevada versatilidade.

Reformulação do sistema informático, com instalação de novo servidor e novos equipamentos informáticos, de forma a garantir mais e melhores condições no funcionamento do serviço

A aquisição e operacionalização do investimento agora concluído, orçou cerca de 40.000,00€ totalmente suportado pelo Município de Olhão



- **Formação e instrução/Treino/Qualificações**

De forma a garantir e aumentar o grau de qualificações necessárias para que os Bombeiros possam desempenhar as suas funções foram ministradas ao efetivo do Corpo de Bombeiros as seguintes ações no Quadro em anexo, para além das qualificações profissionais tais como Cartas de Condução de veículos, sendo os seus custos suportados pelo Município de Olhão.

Corpo de Bombeiros de Olhão		
Formação Certificada pela ENB e outras Entidades no ano de 2016	Carga Horária	Nº Formandos
Ingresso na Carreira de Bombeiro		
Tripulante de Ambulância de Transporte	50	10
Técnicas de Salvamento e Desencarceramento	50	10
Aperfeiçoamento Técnico		
Incêndios Florestais - nível 2	25	4
Incêndios Florestais - nível 1	50	4
Recertificação TAT (RTAT)	25	6
Recertificação TAS (RTAS)	35	2
Incêndios Florestais Nível 4	50	1

Formação de atualização

Técnicas de Utilização de Ferramentas Mecânicas em I. F.	16	2
SGO em Incêndios Florestais - 1ºCOS	8	6
Técnicas de Utilização de Ferramentas Manuais	16	2

O Corpo de Bombeiros também possui um Plano de Instrução/treino devidamente aprovado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, em que diariamente os Bombeiros o executam internamente com a carga horária de 1410 horas anuais nas diferentes áreas tais como Instrução contínua/Treino, Educação Física e Desporto, Instrução de Infantes Cadetes e Fanfarra.

No passado mês de Outubro foram empossados dez novos Bombeiros Voluntários que concluíram o respetivo programa de concurso com aproveitamento, os quais passaram a integrar o respetivo Corpo ativo.



- **Secretário de Estado e da Administração Interna Visita Quartel dos Bombeiros de Olhão**

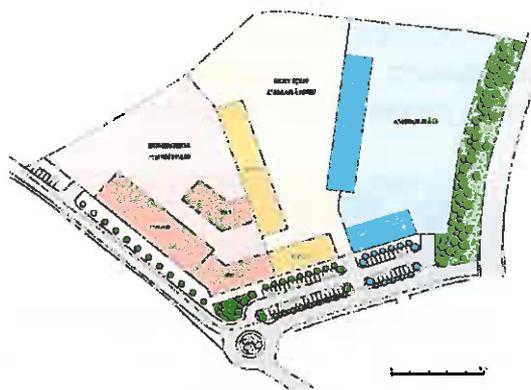


O Secretário de Estado da Administração Interna visitou o Quartel dos Bombeiros acompanhado pelo Presidente da Câmara, de forma a inteirar das condições das instalações onde os Bombeiros se encontra instalados, na perspetiva do enquadramento da candidatura ao novo quadro comunitário de apoio 2020, para a construção de um novo quartel para os Bombeiros de Olhão.

- Construção do novo quartel dos Bombeiros Municipais de Olhão anunciada para 2017 pelo Presidente da câmara

O Presidente da Câmara, António Miguel Pina anunciou que no próximo ano começará a construção do novo quartel dos Bombeiros Municipais de Olhão: “Em 2017 poderemos passar para uma nova fase dos Bombeiros Municipais de Olhão. Com a cedência do terreno e o projeto em execução, no próximo ano o 86º aniversário ainda será festejado aqui, mas já com o novo quartel no horizonte”, revelou o autarca olhanense.

O Município de Olhão já definiu a localização do Quartel dos Bombeiros, junto á área industrial de Marim, após ter sido obtido o parecer favorável por partes da ANPC, e da aquisição do terreno, ira iniciar a fase do projeto de execução.



- Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais – DECIF 2016;

O Corpo de Bombeiros integrando o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais e na fase de maior incidência de incêndios Florestais participou na Fase Charlie no período compreendido entre 01 de Julho e 30 de Setembro com três equipas (1

Brigada) com 12 homens e respetivos veículos de combate VFCl e VTGC, com prontidão imediata 24h/7d, tendo sido nesse período preposicionada em Moncarapacho uma das equipas de forma a responder com maior eficiência, e concretizando o sentimento de uma maior de segurança nas populações, nas Freguesias mais distantes da sede do Município, através de Protocolo celebrado entre todos os Municípios da Região Entidades Detentoras dos CB e ANPC.

O Corpo de bombeiros também participou no combate a os incêndios florestais nos distritos de Aveiro e Viseu, integrado no Grupo de Reforço do Algarve.



- Corpo de Bombeiros comemoram 85.º Aniversário no dia 29 de outubro de 2016;

Um dia passado em família. Assim foi comemorado, no sábado, 29 de outubro, o 85.º aniversário da municipalização do Corpo de Bombeiros de Olhão. Para além das cerimónias oficiais, a festa contou com a presença dos familiares dos soldados da paz, não faltando o convívio entre todos os presentes, em dia de festa no quartel, e depois da entrega diplomas, troféus condecorações e promoções realizou se um almoço e durante toda a tarde divertimentos para os mais novos.



Na celebração dos seus 85 anos de existência, os Bombeiros Municipais de Olhão contaram com a presença do presidente da Autarquia, António Miguel Pina, do comandante operacional de Agrupamento Distrital do Algarve Victor

Vaz Pinto, do representante da Liga dos Bombeiros Portugueses José Silva e de Irlandino Soares, da Federação dos Bombeiros do Algarve, entre outras entidades oficiais, todos recebidos pelo Comandante da Corporação, Luís Gomes.

- **Dispositivo de Prevenção na Ilha da Armona 2016**

O Corpo de Bombeiros no âmbito das suas competências e responsabilidades no período de maior incidência na época Balnear dotou o Destacamento da Ilha da Armona de 2 Bombeiros no período diurno, de forma a responder com maior eficiência, e concretizando o sentimento de maior segurança nas populações e visitantes, face às especificidades da Ilha da Armona.



A Ilha da Armona, também continuou a ser dotada de um Desfibrilhador Automático Externo DAE, através de acordo com o INEM, considerando que os Bombeiros são todos operacionais de DAE e devidamente enquadrados.

Este equipamento será uma mais-valia num local com as vicissitudes inerentes ao facto de se estar numa ilha.

- **Melhorias nas instalações afetas ao Gabinete de Bombeiros Municipais e Proteção Civil**

No ano de 2016 foram concluídas as obras de reparação, conservação e melhoramentos no edifício do Quartel dos Bombeiros, onde se incluíram a reparação da cobertura da Sala de aulas e bar, no Destacamento da ilha da Armona também foram realizados trabalhos de reparação, manutenção e melhorias nestas instalações o Município procedeu a aquisição dos materiais e os Bombeiros realizaram os respetivos trabalhos de beneficiação.



- **Fanfarra do Corpo Bombeiros representa o Município**

A Fanfarra do Corpo de Bombeiros para além das diversas cerimónias ao nível do Concelho de Olhão como as comemorações do dia 25 de Abril e dia 16 de junho (Dia da Cidade), entre outras, realizou também as mais diversas representações nos diferentes Municípios do Algarve e fora da Região.

Constituída exclusivamente por cerca de três dezenas crianças e jovens com idade compreendidas entre os 10 e 30 anos, estritamente integrados no regime de voluntariado, iniciam desta forma a sua atividade no Corpo de Bombeiros sendo que um número significativo destes elementos posteriormente transita para atividade operacional do Corpo de Bombeiro, é atualmente das únicas existentes nos Corpos de Bombeiros da região do Algarve.



- Atividades no âmbito Desportivo e Social;

O efetivo do Corpo de Bombeiros participou no ano de 2016, em diversas atividades de âmbito desportivo e social, nomeadamente, atletismo, futebol de salão, concretizando e reforçando desta forma o espírito de camaradagem e de equipa, e a inerente melhoria da condição física dos Bombeiros.



1.13 Toponímia

A Toponímia possui um papel de extrema importância, como elemento de identificação, orientação, comunicação e localização dos imóveis urbanos e rústicos, e também, enquanto área de intervenção tradicional do poder local, reveladora da forma como o município encara o património cultural.

No sentido de melhor corresponder às necessidades da população e de cumprir o regulamento em vigor, no ano 2016 foram atribuídos a alguns arruamentos do concelho, os seguintes topónimos, bem como a atribuição de números de polícia:

- Beco do Martinho – União de Freguesias Moncarapacho e Fuseta
 - Beco dos Pauliteiros de Pechão – Freguesia de Pechão
 - Rua da Cruz Vermelha - Freguesia de Pechão

De forma a identificar as vias públicas do município, foram adquiridas 132 placas toponímicas para as diversas freguesias, identificadas nas tabelas abaixo:

Placas Toponímicas -Freguesia de Olhão				
Nº Placas	1ª Linha	2ª Linha	3ª Linha (Título honorífico ou facto biográfico)	4ª Linha (Ano de Nascimento e de óbito)
1	Beco	de Olivença		
3	Rua	de Olivença		
4	Rua	Alexandre Herculano	Político e historiador	1810-1877
2	Rua	Tapa Esteiro		
2	Rua	Caminho-de-ferro		
2	Largo	dos Mariscadores		
1	Beco	Manuel de Arriaga	Advogado e escritor	1840-1917
2	Rua	Raúl Martins Veríssimo		1919-2003
2	Rua	Manuel Teixeira Gomes	Estadista e escritor	1860-1941
1	Travessa	do Comércio		
2	Rua	João Correia		
2	Rua	José Damásio dos Santos		1941-2006
2	Rua	João Viana Cabrita		
2	Rua	José Amâncio Correia Júnior		
2	Rua	José dos Reis Silva		
2	Rua	José Maria de Pádua	Médico	1873-1924
2	Rua	Domingos Xavier Pereira		
Total:	34			

Placas Toponímicas -União de Freguesias Moncarapacho e Fuseta				
Nº Placas	1ª Linha	2ª Linha	3ª Linha (Título honorífico ou facto biográfico)	4ª Linha (Ano de Nascimento e de óbito)
2	Travessa	da Boa Vista		
2	Rua	Rosa dos Ventos		
2	Rua	das Oliveiras		
2	Rua	das Amendoeiras		
2	Rua	da Bela Vista		
2	Rua	da Arte Nova		
Total:	12			

Placas Toponímicas -Freguesia de Quelfes				
Nº Placas	1ª Linha	2ª Linha	3ª Linha (Título honorífico ou facto biográfico)	4ª Linha (Ano de Nascimento e de óbito)
2	Rua	Cândido Guerreiro	poeta algarvio	1871-1953
2	Rua	António Ramos Rosa	poeta	1924-2013
2	Praceta	António Ramos Rosa	poeta	1924-2013
2	Rua	Caminho das Canas Verdes		
2	Rua	Bartolomeu Constantino		1863-1916
2	Praceta	Ary dos Santos	poeta	1937-1984
2	Rua	Arnaldo de Assunção Matos	médico e benemérito	1932-1987
2	Rua	da Manageira		
2	Rua	do Soldador		
2	Rua	do Serralheiro		
2	Rua	do Mestre de Pesca		
2	Rua	do Maquinista		
2	Rua	do Mestre Redeiro		
2	Rua	das Operárias Conserveiras		
2	Rua	Escola do Futebol		
2	Rua	das Cotovias		
2	Rua	do Alto da Pinheira		
2	Rua	do Regedor		
1	Beco	do Regedor		
2	Travessa	D. João VI	27º rei de Portugal	1767-1826
2	Rua	das Laranjeiras		
1	Beco	das Laranjeiras		
1	Beco	do Paraíso		
1	Rua	Maria Eduarda Gonzalo	atriz	1913-1955
1	Beco	Maria Eduarda Gonzalo	atriz	1913-1955
2	Rua	Maria Eduarda Gonzalo	atriz	1913-1955
2	Rua	Emiliano da Costa	lírico	1884-1968
2	Praceta	Emiliano da Costa	lírico	1884-1968
2	Rua	António Santos		
2	Rua	Bernardo Rodrigues de Passos	poeta lírico	1876-1930
2	Rua	Dâmaso da Encarnação	desportista de renome	1903-1976
2	Praceta	Sophia de Mello Breyner	Escritora e poetisa	1919-2004
2	Rua	do Siroco		
2	Rua	Francisco Inácio dos Reis	médico e	1927-2003

			benemérito	
2	Rua	João Vicente Mercante Ferro	médico e benemérito	1926-2003
2	Rua	do Pedro Zé		
1	Beco	Laura Murta		1903-1996
2	Rua	do José Botelho		
2	Rua	João Lobo de Miranda Trigueiros	jornalista	1888-1982
2	Rua	Alberto Lopes		
2	Praça	Alberto Lopes		
2	Rua	Zulmira Lopes das Neves	enfermeira	1920-2007
2	Rua	João Brás		
1	Beco	do Alecrim		
1	Beco	das Estevas		
2	Rua	da Manageira		
2	Rua	do Serralheiro		
Total:	86			



município de **Olhão**

mais qualidade



RELATÓRIO DE GESTÃO



II. RELATÓRIO DE GESTÃO

2.1. Introdução

Em cumprimento do disposto do Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro “POCAL”, o Relatório de Gestão deverá proporcionar uma visão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício, espelhar a eficiência na utilização dos meios afetos à persecução das atividades desenvolvidas pela autarquia bem como a eficácia na realização dos objetivos.

Foram desenvolvidos vários esforços dentro dos requisitos legais, com recurso a todos os mecanismos económico-financeiros, técnicos e administrativos ao alcance do executivo, no sentido de proporcionar tanto quanto possível, a concretização das atividades previstas, tendo-se procurado atingir os melhores resultados possíveis.

2.2. Análise do Controlo Orçamental

2.2.1. Modificações Orçamentais

Apesar de na elaboração do Orçamento se ter seguido os princípios e regras previstas no ponto 3 do POCAL, procurando-se prever todas as situações futuras, só com a execução do orçamento é possível verificar a realidade da situação financeira da autarquia.

Como em qualquer gestão previsional no decurso do ano, para persecução dos objetivos, a realidade da receita e da despesa diverge do previsto, quer porque se constata que as dotações previsionais se apresentam insuficientemente dotadas quer porque, por qualquer razão, não foram inscritas.

Neste sentido, torna-se necessário aplicar o mecanismo das modificações das dotações iniciais, tendo esta autarquia efetuado durante o ano 2016 quarenta e sete modificações ao Orçamento, vinte e sete às Grandes Opções do Plano e quatro revisões ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, nas quais se procedeu a ajustamentos entre as várias rubricas, tendo-se aumentado o valor da dotação global face ao inicialmente previsto, como se pode verificar no mapa seguinte:

	Receita			Despesa		
	Inicial	Após modificações	Dif.	Inicial	Após modificações	Dif.
Corrente	21 569 111,00	23 392 599,00	1 823 488,00	17 527 300,00	20 420 466,01	2 893 166,01
Capital	664 021,00	1 816 845,00	1 152 824,00	4 877 130,00	7 699 430,00	2 822 300,00
Outras receitas	171 298,00	2 910 452,01	2 739 154,01			0,00
Total	22 404 430,00	28 119 896,01	5 715 466,01	22 404 430,00	28 119 896,01	5 715 466,01

Não obstante as alterações verificadas aos documentos previsionais em termos de orçamento não foi alterado o equilíbrio entre a despesa e a receita, sendo que a despesa corrente acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo se apresentou inferior à receita da mesma natureza no final de 2016.

2.2.2. Resumo da execução orçamental

RECEITAS CORRENTES				DESPESAS CORRENTES			
	Previsão	Execução	%		Previsão	Execução	%
2015	21 428 656,00	22 304 523,56	104,09%	2015	19 516 409,17	18 172 397,55	93,11%
2016	23 392 599,00	25 016 923,18	106,94%	2016	20 420 466,01	17 997 914,42	88,14%

RECEITAS CAPITAL				DESPESAS CAPITAL			
	Previsão	Execução	%		Previsão	Execução	%
2015	2 669 128,17	2 456 959,69	92,05%	2015	4 581 375,00	3 849 931,69	84,03%
2016	4 727 297,01	4 374 565,34	92,54%	2016	7 699 430,00	6 119 723,04	79,48%

2.2.2.1. Resumo da execução orçamental da receita

Receitas Cobradas Brutas	2016		Taxa de Execução
	Orçamento	Execução	
Impostos diretos	11 044 992,00	12 413 756,68	112,39%
Impostos indiretos	85 394,00	124 611,89	145,93%
Taxas, multas e outras penalidades	256 073,00	276 472,92	107,97%
Correntes Rendimentos da propriedade	92 983,00	196 933,57	211,80%
Transferências correntes	9 768 090,00	9 843 684,39	100,77%
Venda de bens e serviços correntes	1 234 302,00	1 218 138,38	98,69%
Outras receitas correntes	910 765,00	943 325,35	103,58%
Total das receitas correntes	23 392 599,00	25 016 923,18	106,94%
Venda de bens de investimento	180,00	0,00	0,00%
Transferências de capital	664 418,00	514 357,82	77,41%
Capital Ativos financeiros	10,00	0,00	0,00%
Passivos financeiros	1 119 030,00	1 119 000,00	100,00%
Outras receitas de capital	33 207,00	0,00	0,00%
Total das receitas capital	1 816 845,00	1 633 357,82	89,90%
Outras Reposições não abatidas nos pagamentos	171 298,00	2 053,51	1,20%
Saldo da gerência anterior	2 739 154,01	2 739 154,01	100,00%
Total	28 119 896,01	29 391 488,52	104,52%

Relativamente à execução da receita total em 2016, podemos verificar que na globalidade se atingiu 104,52% do valor previsto no orçamento.

É de salientar o aumento da execução da receita corrente de 2,86% e um aumento da execução da receita de capital de 0,49%, comparativamente com o ano anterior.

Esta situação resulta da execução das receitas de capital de 89,90% e de correntes de 106,94%.

2.2.2.2. Resumo da execução orçamental da despesa

Despesa	2016		Taxa de Execução
	Orçamento	Execução	
Despesas com pessoal	8 878 946,74	8 281 703,87	93,27%
Aquisição de bens e serviços	7 300 116,27	5 680 437,87	77,81%
Juros e outros encargos	314 455,00	258 930,71	82,34%
Correntes Transferências correntes	1 444 125,00	1 337 634,73	92,63%
Subsídios	1 992 030,00	1 979 164,00	99,35%
Outras despesas correntes	490 793,00	460 043,24	93,73%
Total das despesas correntes	20 420 466,01	17 997 914,42	88,14%
Aquisição de bens de capital	4 288 445,00	2 724 970,56	63,54%
Transferências capital	140 790,00	139 915,30	99,38%
Capital Activos financeiros	1 599 195,00	1 599 185,00	100,00%
Passivos financeiros	1 670 980,00	1 655 652,18	99,08%
Outras despesas capital	20,00	0,00	0,00%
Total das despesas capital	7 699 430,00	6 119 723,04	79,48%
Total	26 119 696,01	24 117 637,46	85,77%

No que respeita às despesas podemos verificar que na globalidade estas apresentam uma execução de 85,77% relativa ao previsto no orçamento, sendo a percentagem de execução da despesa correntes 8,66 pontos percentuais superior á da despesa de capital.

2.3. Receita

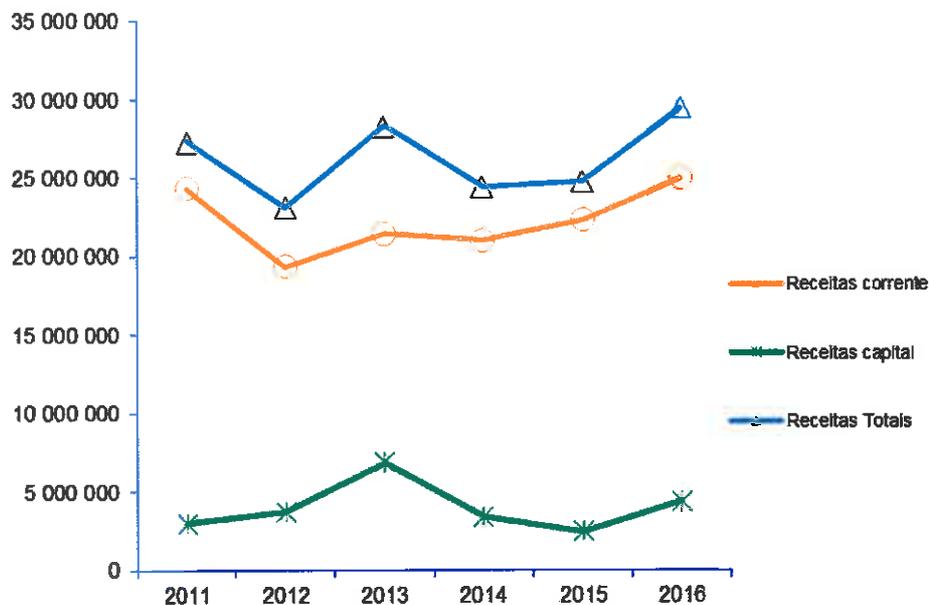
2.3.1. Análise da Receita

2.3.1.1 Evolução da receita total

Receitas	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas corrente	24 354 057,36	19 409 809,49	21 444 977,50	21 042 820,99	22 304 523,56	25 016 923,18
Receitas capital	2 981 741,77	3 710 147,07	6 871 867,64	3 389 448,52	2 456 959,69	4 374 565,34
Total	27 335 799,13	23 119 956,56	28 316 845,14	24 432 269,51	24 761 483,25	29 391 488,52

Analisando a evolução da receita entre 2015 e 2016, constata-se que a receita arrecadada em 2016 teve um aumento de 18,70% em relação ao valor cobrado

no ano 2015. Através da visualização gráfica seguinte, podemos verificar que a situação desta gerência é igual à verificada no último ano.



2.3.1.2 Evolução da receita corrente

Receitas Correntes	2015	2016
Impostos Diretos	10 128 358,22	12 413 756,68
Impostos Indiretos	137 467,46	124 611,89
Taxas, Multas e Outras Penalidades	282 559,36	276 472,92
Rendimentos de Propriedade	138 449,68	196 933,57
Transferências Correntes		
FEF/FSM/IRS	6 226 621,99	6 305 495,00
Outras	3 292 491,97	3 538 189,39
Venda de Bens e Serviços	1 269 903,18	1 218 138,38
Outras Receitas Correntes	828 671,70	943 325,35
Total	22 304 523,56	25 016 923,18

A receita corrente registou um aumento de 12,16% entre 2015 e 2016, tendo contribuído para esta situação a generalidade das rubricas à exceção dos “Impostos Indiretos”, “Taxas, Multas e Outras Penalidades” e “Venda de Bens e Serviços”, cuja análise se efetuará no ponto 2.3.1.7.

2.3.1.3 Evolução da receita capital

Receita de Capital	2015	2016
Venda de Bens de Investimento	0,00	0,00
Transferências de Capital		
FEF	480 554,00	483 993,00
Outras	407 137,74	30 364,82
Ativos Financeiros	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	1 119 000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Total	887 691,74	1 633 357,82

Com se pode verificar existiu um aumento expressivo da receita de capital de 84%, devido à contratação de um empréstimo de médio e longo prazo.

2.3.1.4 Realização da receita

Receitas	2015		2016		Taxa de Crescimento
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	
Receitas correntes					
Impostos Diretos	10 128 358,22	40,90%	12 413 756,68	42,24%	22,56%
Impostos Indiretos	137 467,46	0,56%	124 611,89	0,42%	-9,35%
Taxas, Multas e Outras					
Penalidades	282 559,36	1,14%	276 472,92	0,94%	-2,15%
Rendimentos de Propriedade	138 449,68	0,56%	196 933,57	0,67%	42,24%
Transferências Correntes					
FEF/FSM/IRS	6 226 621,99	25,15%	6 305 495,00	21,45%	1,27%
Outras	3 292 491,97	13,30%	3 538 189,39	12,04%	7,46%
Venda de Bens e Serviços	1 269 903,18	5,13%	1 218 138,38	4,14%	-4,08%
Outras Receitas Correntes	828 671,70	3,35%	943 325,35	3,21%	13,84%
Total	22 304 523,56	90,08%	25 016 923,18	85,12%	12,16%
Receitas de capital					
Venda de Bens de Investimento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Transferências de Capital					
FEF	480 554,00	1,94%	483 993,00	1,65%	0,72%
Outras	407 137,74	1,64%	30 364,82	0,10%	-92,54%
Ativos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	0,00	0,00%	1 119 000,00	3,81%	100,00%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	887 691,74	3,58%	1 633 357,82	5,56%	84,00%
Reposições não abatidas nos pagamentos	35 253,78	0,14%	2 053,51	0,01%	-94,18%
Saldo da Gerência anterior	1 534 014,17	6,20%	2 739 154,01	9,32%	78,56%
Total	24 761 483,25	100,00%	29 391 488,52	100,00%	18,70%

A totalidade da receita do município em cada ano traduz o nível de recursos que, segundo diversas proveniências, lhes foram disponibilizados para a assunção do desenvolvimento das suas atribuições. Também, como é natural, esse montante está diretamente correlacionado com a riqueza gerada no território nacional, sofrendo as influências da conjuntura nacional e internacional.

Para melhor análise da receita foi elaborado o quadro anterior. Este, visa desagregar a receita municipal nas suas principais categorias, para que se tornem perceptíveis não só a dimensão e o peso relativo de cada uma delas, mas também a sua evolução relativamente ao ano anterior. A receita global do Município aumentou 4.630.005,27€ entre 2015 e 2016, traduzindo-se num aumento de 18,70%.

As transferências correntes e de capital, representam 35,24% da receita total, sendo importante analisar a sua desagregação e crescimento relativamente ao ano anterior.

Neste sentido verifica-se um aumento das transferências correntes (3,41%) e uma redução das transferências de capital (42,06%), relativamente ao ano anterior.

Transferências Correntes e Capital	2015	2016	Crescimento	
			Valor	Taxa
Transf. Correntes	9 519 113,96	9 843 684,39	324 570,43	3,41%
Sociedades e Quase-Sociedades Financeiras	0,00	0,00	0,00	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	4 324 982,99	4 355 934,00	30 951,01	
Fundo Social Municipal	672 399,00	672 399,00	0,00	
Participação fixa no IRS	1 229 240,00	1 277 162,00	47 922,00	
Fundos Comunitários	70 109,18	163 663,10	93 553,92	
Outras	3 123 531,45	3 229 325,70	105 794,25	
Serviços e Fundos Autónomos	98 851,34	145 200,59	46 349,25	
Famílias	0,00		0,00	
Transf. de Capital	887 691,74	514 357,82	-373 333,92	42,06%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	480 554,00	483 993,00	3 439,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	
Fundos Comunitários	407 137,74	30 364,82	-376 772,92	
Total	10 406 805,70	10 358 042,21	-48 763,49	-0,47%

2.3.1.5 Realização da Receita Corrente

Após análise do quadro da realização da receita, constata-se que a receita corrente representa 85,12% da receita total, índice, este que reduziu 4,96 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Após estudo da evolução das várias subcontas relativamente ao ano anterior, verifica-se que a descida mais expressiva em termos de valor foi das “Vendas

de Bens e Serviços “, seguida dos “Impostos Indiretos” e das “Taxas, Multas e Outras Penalidades”.

Verificou-se uma subida dos “Impostos Diretos” (2.285.398,46€), das “Transferências Correntes – FEF/FSM/IRS/Outras” (324.570,43€), das “Outras Receitas Correntes” (114.653,65€) e dos “Rendimentos de Propriedade” (58.483,89€).

2.3.1.6 Realização da Receita Capital

Durante o ano de 2016 procedeu-se ao encerramento das candidaturas aprovadas no âmbito do Quadro Estratégico de Referência Nacional –QREN e iniciou-se a formalização de candidaturas ao novo Quadro comunitário: Portugal 2020

Candidatura	Corrente	Capital	TOTAL
Simplex Autárquico	0,00	9 331,19	9 331,19
Fruta Escolar	8 559,01	0,00	8 559,01
POISE - Estágios profissionais PEPAL	2 634,66	0,00	2 634,66
Ecocentro	0,00	21 033,63	21 033,63
TOTAL	11 193,67	30 364,82	32 999,48

Candidatura	Corrente		TOTAL
	FEF	OE	
GAC - Grupo de Ação Costeira	112 595,13	37 531,71	150 126,84
Divulgar e Valorizar a História e o Património Cultural das comunidades marítimas algarvias	2 342,59	0,00	2 342,59
TOTAL	114 937,72	37 531,71	152 469,43

2.3.1.7. Receitas Próprias

Na presente gerências verificou-se um aumento das receitas próprias e do seu peso face à receita total (51,63% em 2015 e 51,62% em 2016).

O aumento da generalidade das componentes das receitas próprias contribuiu para um aumento global das receitas próprias em 18,68%, relativamente ao ano anterior, o que significa que aumentou a capacidade própria do Município em gerar recursos financeiros.

Receitas próprias	2015	2016	%	Taxa crescimento
Receitas próprias correntes				
Impostos Locais	10 265 825,68	12 538 368,57	82,63%	22,14%
Taxas, Multas e Outras				
Penalidades	282 559,36	276 472,92	1,82%	-2,15%
Rendimentos de Propriedade	138 449,68	196 933,57	1,30%	42,24%
Vendas de Bens e Serviços	1 269 903,18	1 218 138,38	8,03%	-4,08%
Outras Receitas Correntes	828 671,70	943 325,35	6,22%	13,84%
Total	12 785 409,60	15 173 238,79	100,00%	18,68%
Receitas próprias de capital				
Venda de Bens de Investimento	0,00	0,00	0,00%	-
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00%	-
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00%	-
Total	0,00	0,00	0,00%	-
Total das receitas próprias	12 785 409,60	15 173 238,79	100,00%	18,68%

Porque esta componente da receita constitui uma fonte de financiamento importante para o Município, na medida em que é resultado da gestão efetuada pelo executivo, o quadro anterior apresenta a estrutura das receitas próprias e permite verificar, com mais pormenor, como são constituídas.

A sua análise revela que os "Impostos Locais" contribuem com 82,63%, "Venda de Bens e Serviços" com 8,03% das receitas próprias.

Caracterizando o conceito de "Impostos locais", "Na ótica da classificação económica", conclui-se que são receitas provenientes essencialmente da cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis que constituem a principal fonte de receitas próprias do Município.

As receitas próprias são essencialmente constituídas por receita corrente, representando esta na presente gerência 51,62%, não tendo a receita de capital qualquer expressão.

Segue-se a análise de rácios, efetuada com o objetivo de encontrar indicadores médios que permitam efetuar comparações entre grandes componentes contabilísticas e assim verificar a capacidade financeira do Município, nestes dois últimos anos.

Rácios	2015	2016
Receitas Próprias / Receita Total	51,63%	51,62%
Receitas Próprias Correntes / Receita Corrente	57,32%	60,65%
Receitas Próprias Capital / Receita Capital	0,00%	0,00%
Impostos Locais / Receita Total	41,46%	42,66%
Impostos Locais / Receita Corrente	46,03%	50,12%
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	0,00%	0,00%
Venda de Bens de Investimento / Receita Capital	0,00%	0,00%

Assim, verificamos que o peso das receitas próprias aumentou relativamente à receita total.

As receitas próprias são compostas por várias componentes, das quais se destacam as verbas provenientes das vendas de bens e serviços, de acordo com o mapa seguinte:

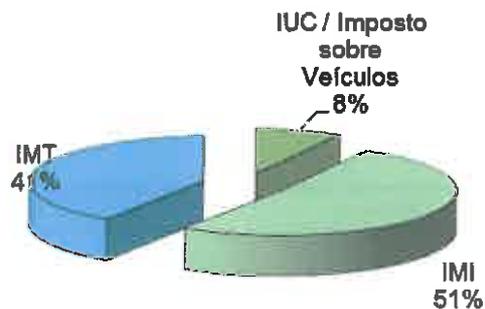
Rubricas	2016	%
Mercadorias	30,18	0,00%
Produtos acabados e intermédios (EDP - Microprodução)	7 950,96	0,65%
Serviços sociais, recreativos e de desporto	202 178,74	16,60%
Transportes coletivos pessoas e mercadorias	118 719,19	9,75%
Trabalhos por conta particulares	294,40	0,02%
Cemitérios	81 176,50	6,66%
Mercados e feiras	16 806,54	1,38%
Parque estacionamento	97 803,90	8,03%
Serviços prestados no âmbito da educação	265 281,23	21,78%
Rendas	213 315,44	17,51%
Outros	214 581,30	17,62%
Total	1 218 138,38	100,00%

No âmbito das vendas de bens e serviços a maior contribuição são dos serviços prestados no âmbito da educação, seguido das rendas de habitação, uma vez que a rubrica dos outros é constituída por diversas receitas (serviços prestados no âmbito da veterinária, execuções fiscais, entre outros) de montantes mais reduzidos.

Dada a importância que a receita fiscal, que normalmente assume nas receitas próprias, convirá identificar os diversos impostos e respetiva estrutura:

Designação	2015	%	2016	%
IUC / Imposto sobre Veículos	990 792	9,78%	1 000 981	8,06%
IMI	6 453 554	63,72%	6 365 862	51,28%
IMT	2 684 012	26,50%	5 046 914	40,66%
Total	10 128 358	100,00%	12 413 757	100,00%

Como se pode verificar houve um aumento dos impostos, nomeadamente no IMT e no IUC e uma redução ligeira no IMI.



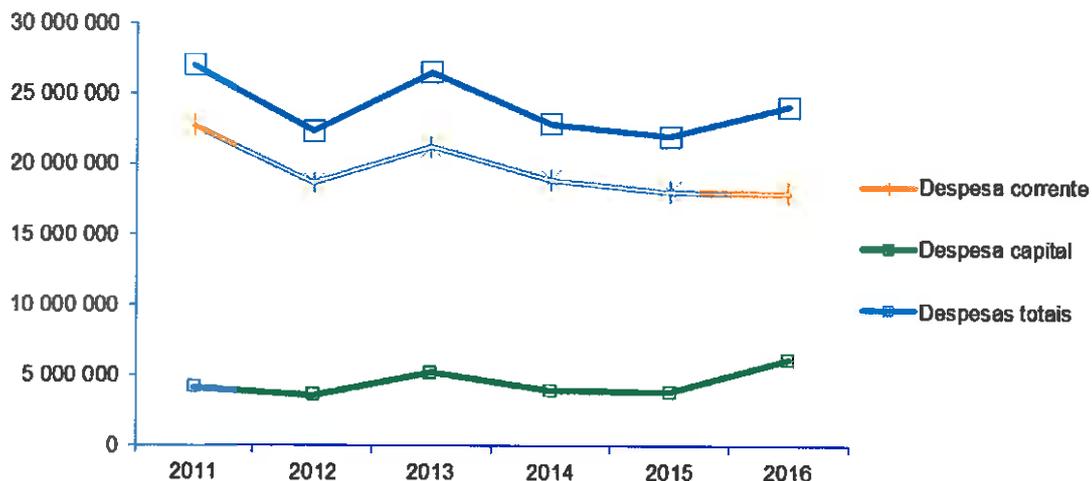
3. Despesas

3.1. Análise da Despesa

3.1.1 Evolução da despesa total

Despesas	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Despesa corrente	22 800 210,95	18 756 495,08	21 298 461,84	18 963 850,79	18 172 397,55	17 997 914,42
Despesa capital	4 155 064,09	3 613 997,91	5 227 336,02	3 934 404,55	3 849 931,69	6 119 723,04
Despesas totais	26 955 275,04	22 370 492,99	26 525 797,86	22 898 255,34	22 022 329,24	24 117 637,46

Analisada a evolução da despesa, constata-se um crescimento da despesa nesta gerência, situação contrária ao ano anterior.



3.1.2 Evolução da despesa corrente

Despesa corrente	2015	2016
Despesa com o pessoal	8 380 163,50	8 281 703,87
Aquisição de bens e serviços	5 457 679,18	5 680 437,87
Juros e outros encargos	352 836,91	258 930,71
Transferências correntes	1 147 000,44	1 337 634,73
Subsídios	2 626 303,75	1 979 164,00
Outras despesas correntes	208 413,77	460 043,24
Total	17 239 397,55	17 997 914,42

A despesa corrente do ano 2016 registou uma redução de 0,96%. Para esta situação contribuiu a redução de algumas das rubricas da despesa, nomeadamente “Despesas com pessoal”, “Juros e outros encargos” e os “Subsídios”.

3.1.3 Evolução da despesa capital

Despesa de capital	2015	2016
Aquisição de bens de capital	1 186 120,88	2 724 970,56
Transferências de capital	122 500,00	139 915,30
Ativos Financeiros	827 160,00	1 599 185,00
Passivos Financeiros	1 714 150,81	1 655 652,18
Outras despesas de capital	0,00	0,00
Total	3 849 931,69	6 119 723,04

A despesa de capital registou um aumento expressivo relativamente ao ano anterior, cuja taxa se situou em 58,96%, devido essencialmente ao aumento da generalidade das rubricas orçamentais e em especial na “Aquisição de bens de capital”.

3.1.4 Realização da despesa

Caracterizadas as principais fontes de financiamento do Município, no ano de 2016, abordam-se, para além do comportamento da despesa corrente e de capital, as despesas de funcionamento, serviço da dívida e ainda despesas de investimento.

As despesas com pessoal serão objeto de apreciação no ponto 3.1.7 – Despesas de funcionamento.

Comparando os anos 2015 e 2016, constata-se que a despesa total teve um aumento de 9,51%, sendo que as despesas correntes apresentam uma diminuição de 0,96% e as de capital um aumento de 58,96%.

Despesas	2015		2016		Taxa de crescimento
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	
Despesa corrente					
Despesa com o pessoal	8 380 163,50	38,05%	8 281 703,87	34,34%	-1,17%
Aquisição de bens e serviços	5 457 679,18	24,78%	5 680 437,87	23,55%	4,08%
Juros e outros encargos	352 836,91	1,60%	258 930,71	1,07%	-26,61%
Transferências correntes	1 147 000,44	5,21%	1 337 634,73	5,55%	16,62%
Subsídios	2 626 303,75	11,93%	1 979 164,00	8,21%	-24,64%
Outras despesas correntes	208 413,77	0,95%	460 043,24	1,91%	120,74%
Total	18 172 397,55	82,52%	17 997 914,42	74,63%	-0,96%
Despesa de capital					
Aquisição de bens de capital	1 186 120,88	5,39%	2 724 970,56	11,30%	129,74%
Transferências de capital	122 500,00	0,56%	139 915,30	0,58%	14,22%
Ativos Financeiros	827 160,00	3,76%	1 599 185,00	6,63%	93,33%
Passivos Financeiros	1 714 150,81	7,78%	1 655 652,18	6,86%	-3,41%
Outras despesas de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	3 849 931,69	17,48%	6 119 723,04	25,37%	58,96%
Total da despesa	22 022 329,24	100,00%	24 117 637,46	100,00%	9,51%

3.1.5 Realização da Despesa Corrente

Da análise da estrutura representativa de cada uma das componentes da despesa corrente, verifica-se que a mais expressiva é as “Despesa com pessoal” 34,34%, seguida da “Aquisição de bens e serviços” 23,55%.

Podemos ainda referir que a diminuição da despesa corrente teve como contributo a redução dos “Juros e outros encargos” (26,61%), dos “Subsídios” (24,64%) e das “Despesas com o pessoal” (1,17%). Verificou-se um aumento das “Outras despesas correntes” (120,74%), das “Transferências Correntes” (16,62%) e das “Aquisições de bens e serviços” (4,08%).

Relativamente às “Outras despesas correntes” verifica-se aumento devido essencialmente ao aumento das restituições efetuadas pela Autoridade Tributária, estando esta despesa diretamente relacionada com a receita arrecadada relativa aos impostos diretos.

Rubricas	2015	2016	Variação	
			Valor	Taxa
Sociedades e quase sociedades financeiras				
Administração central	120 000,00	155 631,93	35 631,93	100,00%
Administração local	401 051,43	514 599,01	113 547,58	28,31%
Instituições sem fins lucrativos	560 610,61	544 450,84	-16 159,77	-2,88%
Famílias	65 338,40	122 952,95	57 614,55	88,18%
TOTAL	1 147 000,44	1 337 634,73	190 634,29	16,62%

3.1.6 Execução da Despesa de Capital

Relativamente às despesas de capital verifica-se um aumento de 58,96%, justificada pelo aumento da generalizada das rubricas orçamentais, com exceção dos “Passivos financeiros”.

Rubricas	2015	2016	Variação	
			Valor	Taxa
Aquisição de bens de capital	1 186 120,88	2 724 970,56	1 538 849,68	129,74%
Transferências de capital	122 500,00	139 915,30	17 415,30	14,22%
Ativos Financeiros	827 160,00	1 599 185,00	772 025,00	93,33%
Passivos Financeiros	1 714 150,81	1 655 652,18	-58 498,63	-3,41%
Total	3 849 931,69	6 119 723,04	2 269 791,35	58,96%

3.1.7 Despesas de Funcionamento

As despesas de funcionamento coincidem, de um modo geral, com as despesas correntes e consistem basicamente nas despesas que afetam o património não duradouro do município.

As despesas de funcionamento incluem a totalidade da Despesa Corrente deduzida dos Encargos Financeiros e Transferências Correntes.

Neste grupo de despesa devem ser considerados os seguintes subgrupos:

Rubricas	2015		2016	
	Valor	%	Valor	%
Pessoal	8 380 163,50	59,66%	8 281 703,87	57,42%
Aquisição de Bens e Serviços	5 457 679,18	38,86%	5 680 437,87	39,39%
Outras despesas correntes	208 413,77	1,48%	460 043,24	3,19%
Total	14 046 256,45	100,00%	14 422 184,98	100,00%

De referir que os valores em análise aumentaram relativamente ao ano anterior em 2,68%.

As duas rubricas mais representativas na estrutura da despesa corrente são o “Pessoal” e a “Aquisição de Bens e Serviços”, que absorvem 96,81% das despesas de funcionamento.

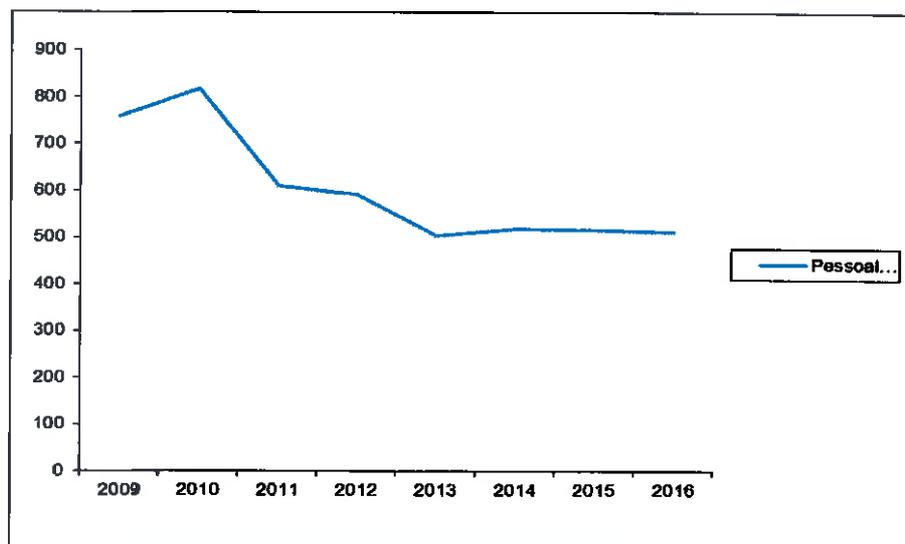
As despesas com “Aquisição de Bens e Serviços” devem-se essencialmente a aquisição de combustíveis e lubrificantes, trabalhos especializados, energia, encargos de cobrança de receitas e vários eventos desportivos e culturais para dinamização do concelho de Olhão, tendo-se verificado um aumento de 4,08% em relação ao ano anterior.

O Município de Olhão apresenta na presente gerência 514 funcionários, que se encontram distribuídos pelas várias Carreiras/Categorias Profissionais, verificando-se uma diminuição de 98 459,63€ das despesas com pessoal.

Categoria	Quantidade
Diretor de Departamento	2
Chefe de Divisão	7
Dirigente Intermédio de 3º grau	2
Comandante Bombeiros	1
Adjunta	1
Secretários	2
Coordenador Técnico	12
Técnico Superior	60
Assistente Técnico	113
Assistente Operacional	257
Encarregado Operacional	11
Bombeiro de 1ª Classe	2
Bombeiro de 2ª Classe	38
Técnico de Informática Grau 1	3
Técnico de Informática Grau 2	1
Especialista de Informática grau 1	1
Fiscal Municipal Especialista Principal	1
Total	514

Ao longo dos últimos anos existiu alguma variação no número de pessoal ao serviço do Município, tendo-se verificado um aumento substancial em 2009 em virtude da assinatura do contrato de execução com o Ministério da Educação em que foram transferidos 234 trabalhadores. Em 2011, verificou-se a cedência por interesse público de 153 trabalhadores para a empresa municipal Ambiolhão. Relativamente ao ano 2016 verificou-se a cedência por interesse público de 4 trabalhadores para a empresa municipal Fesnima.

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal serviço	757	816	610	592	505	519	518	514



4. Limites

4.1 Endividamento municipal em 2016

O novo regime financeiro das autarquias locais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro) veio aplicar um novo regime de crédito e de endividamento municipal.

O art.º 52º “Limite da dívida total” prevê que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. A dívida total de

operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

➤ Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2013	Receita Corrente Líquida 2014	Receita Corrente Líquida 2015	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
21 370 926	20 946 881	22 206 389	64 524 196	21 508 065

➤ Limite da dívida total 2016 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos)

$$1,5 * 21\ 508\ 065\text{€} = 32.262.098,09\text{€}$$

➤ Dívida total

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent.Part	Dívida Total	Dívida total excluindo não orçamentais, exceções Lei n.º 73/2013 e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
32 262 098	01/01/2016						
	20 591 456	834	20 592 290	19 491 517		12 770 581	2 554 116
	31/12/2016						
	18 012 057	1 170	18 013 227	17 082 658		15 179 440	3 035 888
Variação da Dívida %							-12,36%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar							4 962 975

Relativamente aos limites previstos no regime financeiro das autarquias locais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), constata-se que o Município cumpre o limite da dívida total.

4.2. Empréstimos de médio e longo prazo

Entidade	Finalidade do Empréstimo	Capital utilizado	Encargos do ano 2016			Divida em 1 de Janeiro	Divida em 31 de Dezembro
			Amortização	Juros	Total		
C.G.D.	Ren. Urb. Av.º 16 Junho e Z Adjacentes (I)	71 994,42	3 885,95	84,73	3 970,68	23 315,70	19 429,75
C.G.D.	Saneamento Básico - 1ª Fase (I)	315 489,67	17 028,78	371,27	17 400,05	102 172,69	85 143,91
C.G.D.	Ren. Urb. Entrada Poente de Olhão (I)	189 573,13	9 117,13	198,78	9 315,91	54 702,78	45 585,65
C.G.D.	Ren. Urb. Av.º Bernard. Silva/EN125/Rotunda (I)	127 759,30	6 895,90	150,34	7 046,24	41 375,39	34 479,49
C.G.D.	Empréstimo para Investimento (N)	1 995 191,59	131 511,39	1 199,89	132 711,28	726 084,91	594 573,52
C.G.D.	Empréstimo para Investimento (N)	2 000 000,00	129 998,70	2 265,58	132 264,28	916 971,61	786 972,91
C.G.D.	Rede de Águas de Moncarapacho - Ampliação e Remodelação (I)	154 589,40	7 983,00	460,26	8 423,26	59 722,56	51 759,56
C.G.D.	Empréstimo para Investimento	762 248,00	45 524,95	232,21	45 757,16	410 658,94	365 133,99
C.G.D.	Financiamento complementar de Projectos Comparticipados (I)	649 951,13	38 641,15	202,63	38 843,78	358 271,31	319 630,16
C.G.D.	Empréstimo para Investimento	771 194,00	45 654,63	245,89	45 900,52	434 769,98	389 115,35
C.G.D.	Empréstimo para Investimento	1 032 806,00	62 174,34	250,09	62 424,43	685 166,44	622 992,10
C.G.D.	Empréstimo para Investimento	4 500 000,00	247 349,37	28 894,70	274 244,07	3 376 859,57	3 129 510,20
B.P.I.	Empréstimo para Investimento (N)	3 000 000,00	188 458,01	16 613,36	205 071,37	1 370 044,04	1 181 586,03
B.P.I.	Empréstimo para Aquisição de Habitação Social	2 023 106,00	93 591,17	191,11	93 782,28	1 592 577,61	1 498 986,44
CCAM	Saneamento Básico de Belmonte e Belamandil (I)	138 847,54	10 365,40	85,12	10 450,52	25 913,46	15 548,06
B.E.S.	Empréstimo para Investimento - BES (N)	520 000,00	28 888,90	1 387,74	30 276,64	238 333,42	209 444,52
I.H.R.U.	Habitação Social 52 Fogos * (I)	1 256 078,93	92 095,53	917,29	93 012,82	184 714,18	92 618,65
I.H.R.U.	Habituação Social 204 Fogos * (I)	4 950 822,00	200 954,04	12 032,16	212 986,20	3 512 823,08	3 311 869,04
IFDR	Requalificação Largos Zona Histórica de Olhão -PRU (N)	145 018,59	12 938,32	5 556,93	18 495,25	141 230,28	128 291,96
Estado	PAEL - Programa de Apoio à Economia Local (N)	4 066 207,89	282 615,52	82 520,89	365 136,41	3 250 078,35	2 967 462,83
BST	Aquisição dois autocarros	370 000,00	0,00	572,99	572,99	0,00	370 000,00
BST	Substituição Rava Sintética	149 000,00	0,00	291,34	291,34	0,00	149 000,00
BST	Const. E Benef. Rede Viária	600 000,00	0,00	952,09	952,09	0,00	600 000,00
Total		29 789 677,59	1 655 652,18	153 677,39	1 809 329,57	17 505 786,30	16 960 134,12

4.3 Equilíbrio das Contas das Sociedades Participadas

Durante o ano 2016 as empresas que o Município participa e que fazem parte do Sector Empresarial Local, são as constantes no mapa seguinte:

Designação	Sede	Participação no capital
Municípa S.A.	Tagus Park, Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B, 2740 - 120 Porto Salvo	4 985,01 €
Mercados de Olhão, EM	Av.º 5 de Outubro n.º 43, 8700-303 Olhão	25 000,00 €
Fesnima, Empresa Pública de Animação, EM	Largo Sebastião Mestre, 8700-349 Olhão	5 000,00 €
Ambiolhão - Empresa Municipal de Ambiente de Olhão, EM	Largo Sebastião Mestre, 8700-349 Olhão	340 000,00 €

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 40.º do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa. O n.º 3 deste mesmo artigo vai ainda mais longe, estabelecendo que o Município deveria prever no seu orçamento anual o montante previsional necessário à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, na proporção da respetiva participação social.

Nestes termos, caso o Município não efetue a transferência necessária para ultrapassar o desequilíbrio, a dívida destas entidades relevam para o cômputo do limite da dívida total do município, na proporção da participação do município no capital social da entidade, dando-se assim cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Relativamente ao ano 2016 todas as empresas apresentam resultados líquidos antes de impostos positivos, cumprindo a regra do equilíbrio.

Resultado Líquido		
	2015	2016
Municipia, SA	60 270,39	24 114,05*
Mercados de Olhão, EM	6 245,07	1 784,63
Ambiolhão – Empresa Municipal de Ambiente de Olhão, EM	61 011,28	114 361,29
Fesnima – Empresa Pública de Animação, EM	8 470,47	33 137,81

* valor reportado no 4.º trimestre à DGAL

4.4 Serviço da Dívida

A análise seguinte contém informação sintetizada sobre a capitação do serviço da dívida pago pelo Município em 2016, nas vertentes dos encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações).

$$\frac{\text{Amortização}}{\text{Despesa Total}} = \frac{1\,655\,652,18\text{ €}}{24\,117\,637,46\text{ €}} \times 100 = 6,87\%$$

$$\frac{\text{Encargos Financeiros}}{\text{Despesa Corrente}} = \frac{258\,930,71\text{ €}}{17\,997\,914,42\text{ €}} \times 100 = 1,44\%$$

Como se pode verificar o serviço da dívida representa 6,87% da despesa total e os encargos financeiros 1,44% das despesas correntes

5. Aquisição de Bens de Capital/ Investimento Global

O investimento apurado a partir dos documentos de prestação de contas das autarquias locais não reflete a totalidade dos esforços efetuados nesta área, dado que não inclui, nomeadamente, as verbas despendidas através das obras realizadas por administração direta ou os investimentos realizados por freguesias, na sequência da celebração de protocolos com o Município, cujos montantes protocolados, em sede contabilística, corresponde a transferências de capital. O investimento aumentou a sua representatividade na estrutura total da despesa, passando de 5,39% para 11,30% em relação ao ano anterior, conforme se verifica no mapa do ponto 3.1.4 – Realização da Despesa.

Segue-se a desagregação do investimento pelas várias rubricas que o constituem:

Rubricas	2015	2016	Variação	
			Valor	Taxa
Terrenos	28 000,00	312 500,00	284 500,00	100,00%
Habitacões	77 423,95	25 255,10	-52 168,85	-67,38%
Edifícios	175 926,83	212 901,03	36 974,20	21,02%
Instalações de serviço	88 595,36	23 816,05	-64 779,31	100,00%
Escolas	87 331,47	189 084,98	101 753,51	116,51%
Construções diversas	155 027,40	603 894,59	448 867,19	289,54%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	5 904,00	174 268,10	168 364,10	2851,70%
Parques e jardins	0,00	9 948,18	9 948,18	100,00%
Instalações desportivas e recreativas	117 614,43	359 278,43	241 664,00	205,47%
Cemitérios	7 178,58	57 166,88	49 988,30	696,35%
Outros	24 330,39	3 233,00	-21 097,39	-86,71%
Bens domínio público	54 482,41	800 783,38	746 300,97	1369,80%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	45 614,39	676 216,90	630 602,51	1382,46%
Iluminação pública	7 722,15	2 769,62	-4 952,53	0,00%
Sinalização e trânsito	1 145,87	22 406,90	21 261,03	100,00%
Outros (Urbanização)	0,00	99 389,96	99 389,96	100,00%
Bens património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de transporte	283 307,15	510 574,10	227 266,95	80,22%
Equipamento de informática	151 377,14	12 356,73	-139 020,41	-91,84%
Software informático	49 891,26	12 024,25	-37 867,01	-75,90%
Equipamento administrativo	31 238,22	17 029,82	-14 208,40	-45,48%
Equipamento básico	114 011,85	177 184,62	63 172,77	55,41%
Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00%
Artigos e objetos de valor	0,00	0,00	0,00	0,00%
Investimentos incorpóreos	65 434,67	40 466,94	-24 967,73	-38,16%
Locação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	1 185 120,88	2 724 970,56	1 538 849,68	129,74%

Analisando a variação da aquisição de bens de capital entre o ano 2015 e 2016 verifica-se que esta teve um aumento de 129,74%, tendo o investimento mais expressivo sido canalizado para “Viadutos, arruamentos e obras complementares”, seguido das “Material de transporte”.

6. Fluxos de Caixa

	Recebimentos 2015		Recebimentos 2016	
Saldo da Gerência Anterior		1 830 575,92		2 907 018,92
Execução Orçamental	1 534 014,17		2 739 154,00	
Operações de Tesouraria	296 561,75		167 864,92	
Total das Receitas Orçamentais		23 227 469,08		26 652 334,51
Receitas Correntes	22 304 523,56		25 016 923,18	
Receitas Capital	922 945,52		1 635 411,33	
Operações de Tesouraria		1 672 546,78		1 699 216,09
Total		26 730 591,78		31 258 569,52

	Pagamentos 2015		Pagamentos 2016	
Total das Despesas Orçamentais		22 022 329,25		24 117 637,46
Despesas Correntes	18 172 397,56		17 997 914,42	
Despesas Capital	3 849 931,69		6 119 723,04	
Operações de Tesouraria		1 801 243,61		1 713 942,96
Saldo para a Gerência Seguinte		2 907 018,92		5 426 989,10
Execução Orçamental	2 739 154,00		5 273 851,05	
Operações de Tesouraria	167 864,92		153 138,05	
Total		26 730 591,78		31 258 569,52

Neste mapa podemos verificar as entradas e saídas de tesouraria, de onde se conclui que no ano 2016 houve um aumento de 16,94% relativamente ao ano anterior.

7. RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Após a análise efetuada às receitas e despesas deste Município é fundamental fazer um balanço, o qual resulta num saldo disponível que se traduz em poupança corrente que foi canalizada para investimento.

Descrição	Receita Cobrada	Despesa Efetuada	Diferença
Saldo inicial			2 739 154,01
Correntes	25 016 923,18	17 997 914,42	7 019 008,76
Capital	1 635 411,33	6 119 723,04	-4 484 311,71
Total	26 652 334,51	24 117 637,46	5 273 851,06

Com base em princípios de gestão, de acordo com os quais é positiva a orientação da poupança corrente para financiamento das despesas de capital, constata-se que a receita corrente é de 7.019.008,76€ superior à despesa da mesma natureza, da qual 4.484.311,71€ é canalizada para investimento, ficando o valor remanescente 5.273.851,06€ como saldo para a gerência seguinte.

8. ANÁLISE PATRIMONIAL

A CMO adotou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, aprovado pelo D. L. n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro no ano 2002.

8.1 Características da informação financeira

As demonstrações financeiras devem proporcionar informação acerca da posição financeira, das alterações desta e dos resultados das operações, para que sejam úteis ao planeamento, controlo e à tomada de decisão.

Neste sentido, as demonstrações financeiras devem revelar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e do resultado das operações da entidade, com base em características qualitativas (relevância, fiabilidade e comparabilidade), princípios orçamentais e contabilísticos e regras previsionais legalmente estabelecidas no POCAL.

8.2 Balanço

	2016	2015	% Cresc. 2016/2015	2014	2013
Activo Líquido					
Bens de Domínio Público	22 111 294,53	24 578 726,99	-10,04%	27 865 187,79	31 293 208,40
Imobilizações Incorpóreas	79 625,18	80 247,96	-0,78%	81 807,38	263 647,04
Imobilizações Corpóreas	82 593 100,50	83 186 838,29	-0,71%	83 896 191,21	84 975 046,94
Investimentos Financeiros	16 032 828,30	5 429 210,70	195,31%	5 428 710,70	4 340 317,98
Existências	76 604,57	97 734,98	-21,62%	136 856,38	65 020,24
Dívidas de terceiros, médio e longo prazo	0,00	10 603 617,60	-100,00%	10 603 617,60	10 859 124,49
Dívidas de terceiros, curto prazo	908 093,56	914 239,02	-0,67%	1 412 976,60	1 586 347,48
Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	5 426 989,10	2 907 018,92	86,69%	1 830 575,91	2 051 765,07
Acréscimos e diferimentos	872 282,29	451 311,78	93,28%	421 431,82	667 996,58
Total do Activo Líquido	128 100 818,03	128 248 946,24	0,12%	131 677 355,39	136 102 474,22
Fundos Próprios e Passivo					
Património	109 568 970,42	109 568 970,42	0,00%	109 568 470,42	109 281 205,42
Doações	10 895 424,39	10 895 424,39	0,00%	10 050 756,49	9 730 146,00
Reservas decorrentes de transferência de activos	5 858 939,00	5 858 939,00	0,00%	5 858 939,00	5 858 939,00
Resultados transitados	-42 478 988,53	-42 841 629,61	-0,85%	-41 396 537,30	-39 707 446,84
Resultado Líquido do Exercício	3 698 630,53	867 908,98	326,15%	-1 445 284,31	-1 689 090,46
Provisões para Riscos e Encargos	46 219,10	61 579,09	-24,94%	1 273 591,43	1 981 896,42
Dívidas a terceiros, M/L prazo	17 746 556,84	18 438 694,02	-3,75%	20 308 329,83	20 902 017,55
Dívidas a terceiros, curto prazo	448 405,85	2 152 777,93	-79,17%	3 059 273,14	4 647 423,29
Acréscimos e diferimentos	22 316 660,43	23 246 282,02	-4,00%	24 399 816,69	25 097 383,84
Total dos Fundos Próprios e Passivo	128 100 818,03	128 248 946,24	-0,12%	131 677 355,39	136 102 474,22

Pode-se verificar uma redução pouco expressiva do balanço (0,12%) relativamente ao ano anterior, no entanto é necessário efetuar-se uma pequena análise dos grupos constantes deste mapa:

➤ Ativo líquido

Diminuição ligeira das dívidas de terceiros de curto prazo de 0,67%, devido essencialmente à redução dos clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa e aos outros devedores.

Relativamente às dívidas de médio e longo prazo estas foram transformadas em investimentos financeiros em virtude do reforço do capital social da empresa municipal Ambiolhão, situação já prevista nas condições constantes do contrato de gestão celebrado.

Aumento expressivo dos “Depósitos em Instituições Financeiras” e “Caixa”.

Os Acréscimos e Diferimentos também registam alteração quando comparados com 2015, registando-se um aumento na especialização dos acréscimos de proveitos.

➤ Fundos Próprios e Passivo

As Dívidas a Terceiros de Curto Prazo registam uma redução expressiva (79,17%) pelo aumento da liquidez verificada durante a presente gerência.

Nas Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo encontra-se registado o valor correspondente ao capital social por realizar do Fundo de Apoio Municipal. Este valor, de acordo com o OE/2016, não revela para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do art.º 52 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Redução das provisões riscos e encargos por força dos processos judiciais.

Relativamente aos fundos próprios verifica-se uma diminuição dos resultados transitados pela acumulação de resultados líquidos que no último ano se verificou positivo.

O exercício apresenta um resultado líquido positivo no valor de 3 698 630,53€.

8.3 Demonstração de Resultados

	2016	2015	% Cresc. 2016/2015	2014	2013
Custos e Perdas					
CMVMC	87 789,16	163 524,50	-46,31%	190 108,89	292 845,84
Fornecimento e serviços externos	5 596 673,20	4 769 748,56	17,34%	4 614 408,45	5 026 530,73
Custos com o pessoal	8 337 872,56	8 525 902,32	-2,21%	8 251 524,89	9 124 712,32
Transf. / Subs. correntes conced. e prest. sociais	3 244 644,34	3 082 456,92	5,26%	3 259 270,36	3 414 942,15
Amortizações do exercício	5 245 506,64	5 916 845,30	-11,35%	6 181 017,88	6 267 502,57
Provisões do exercício	51 055,49	40 739,95	25,32%	581 029,71	330 312,04
Outros custos operacionais	111 500,78	88 464,41	26,04%	79 057,81	77 190,37
Custos e perdas financeiras	162 526,37	196 735,16	-17,39%	244 638,56	242 161,74
Custos e perdas extraordinárias	292 776,36	1 067 903,39	-72,58%	843 533,18	783 886,90
Total dos Custos e Perdas	23 130 344,90	23 852 320,51	-3,03%	24 244 589,73	25 560 084,66
Proveitos e Ganhos					
Vendas e Prestações de Serviços	993 064,92	999 081,40	-0,60%	1 016 295,23	1 050 768,77
Impostos e Taxas	12 462 615,62	10 303 836,68	20,95%	9 007 345,86	9 463 442,59
Transferências e Subsídios Obtidos	10 319 522,14	10 007 075,38	3,12%	9 741 095,01	10 310 934,52
Outros proveitos e ganhos operacionais	823 308,28	825 099,37	-0,22%	845 889,71	840 381,17
Proveitos e ganhos financeiros	983 367,59	570 281,14	72,44%	561 936,88	464 341,46
Proveitos e ganhos extraordinários	1 247 096,88	2 014 855,52	-38,10%	1 626 742,73	1 741 125,69
Total dos Proveitos e Ganhos	26 828 975,43	24 720 229,49	8,53%	22 799 305,42	23 870 994,20
Resultado Líquido	3 698 630,53	867 908,98	326,15%	1 445 284,31	1 699 090,43

Em termos gerais, verifica-se uma redução dos custos em 3,03% e um aumento dos proveitos em 8,53%, o que contribuiu para o aumento do Resultado Líquido positivo.

Os Custos com Pessoal, quando comparados com o ano de 2015, registam uma redução de 188 029,76€, na generalidade das rubricas de pessoal.

Redução de 11,35% das amortizações do exercício.

Outros Custos Operacionais tiveram um aumento pouco expressivo em termos de valor.

Redução dos custos financeiros por força da diminuição dos juros suportados com empréstimos de médio e longo prazo.

Redução dos custos e perdas extraordinários devido essencialmente às reduções das Correções Relativas a Exercícios Anteriores.

Em relação aos Proveitos há a salientar uma redução das Vendas e Prestações de Serviço, dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais e dos Ganhos Extraordinários e o aumento dos restantes proveito, em especial do Proveitos e Ganhos Financeiros e dos Impostos e Taxas.

Como se pode verificar houve uma melhoria expressiva do resultado líquido do exercício face ao ano anterior, devido a um aumento dos proveitos e redução dos custos, obtendo-se um Resultado Líquido positivo.

8.4 Análise de algumas rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados

8.4.1 Imobilizações

	2016	2015	% Cresc. 2016/2015
Ativo Bruto			
Bens domínio público	79 674 954,98	78 607 956,99	1,36%
Imobilizações Incorpóreas	1 163 927,59	1 129 176,91	3,08%
Imobilizações Corpóreas	105 808 891,03	104 780 613,59	0,98%
Investimentos Financeiros	16 032 828,30	5 429 210,70	195,31%
Total do Ativo Bruto	202 680 601,90	189 946 958,19	6,70%
Amortizações			
Bens domínio público	57 563 660,45	54 029 230,00	6,54%
Imobilizações Incorpóreas	1 084 302,41	1 048 928,95	3,37%
Imobilizações Corpóreas	23 215 790,53	21 593 775,30	7,51%
Total das Amortizações	81 863 753,39	76 671 934,25	6,77%
Total do Ativo Líquido	120 816 848,51	113 275 023,94	6,66%

Como se pode verificar o imobilizado bruto teve um aumento de 6,70%, por via essencialmente dos Investimentos Financeiros, tendo o seu valor líquido um aumento de 6,66%.

8.4.2 Provisões

Foram considerados para o cálculo das provisões as dívidas há mais de 6 e 12 meses, de acordo com o ponto 2.7.1 do POCAL

Descrição	Valor da provisão		Total
	Mais 12 meses 100%	Entre 6 e 12 meses 50%	
Ilha da Armona	20 554,82	2 622,58	23 177,40
Mercados e Feiras	0,00	0,00	0,00
Ocupação Via Pública (E)	3 223,31	0,00	3 223,31
Publicidade	12 921,85	0,00	12 921,85
Ocupação Via Pública (P)	5 811,60	0,00	5 811,60
Coimas e Penalidades por Contra Ordenações	394 819,61	0,00	394 819,61
Serviços desportivos	137 320,83	4 702,83	142 023,66
Serviços educação	175 073,07	11 776,64	186 849,71
Habitação Social	74 174,29	0,00	74 174,29
Bombeiros	22 162,34	0,00	22 162,34
Águas	201 037,10	0,00	201 037,10
Total	1 047 098,82	19 102,05	1 066 200,87

8.4.3 Demonstração do custo das matérias vendidas e consumidas

	2016	2015	% Cresc. 2016/2015	2014	2013
CMVMC					
Mercadorias	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	87 789,16	163 524,50	-46,31%	190 108,89	292 845,84
Total CMVMC	87 789,16	163 524,50	-46,31%	190 108,89	292 845,84

Em 2016, o Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas reduziu 46,31%, encontrando-se em stocks apenas as quantidades mínimas necessárias.

8.4.4 Resultados Financeiros

	2015	2015	% Cresc. 2016/2015	2014	2013
Resultados Financeiros					
Proveitos Financeiros	983 367,59	570 281,14	72,44%	561 936,88	464 341,46
Custos Financeiros	162 526,37	196 735,16	-17,39%	244 638,56	242 161,74
Resultados Financeiros	820 841,22	373 545,98	119,74%	317 298,32	222 179,72

Verifica-se uma evolução positiva dos resultados financeiros, proporcionada pelo aumento dos proveitos e uma redução dos custos.

8.4.5 Resultados extraordinários

	2016	2015	% Cresc. 2016/2015	2014	2013
Resultados Extraordinários					
Proveitos Extraordinários	1 247 096,88	2 014 855,52	-38,10%	1 626 742,73	1 741 125,69
Custos Extraordinários	292 776,36	1 067 903,39	-72,58%	843 533,18	783 886,90
Resultados extraordinários	954 320,52	946 952,13	0,78%	783 209,55	957 238,79

A variação dos Resultados Extraordinários, por uma diminuição simultânea dos proveitos e dos custos.

No que respeita aos custos o valor mais expressivo é as Correções Relativas a Exercícios Anteriores as quais tiveram uma redução face ao ano anterior.

Relativamente aos proveitos a rubrica mais expressiva é os Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários, seguida da Redução de Amortizações e Provisões.

8.4.6 Indicadores de natureza patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, permitem-nos ter uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Indicadores	2016	2015
Estrutura do Ativo		
Ativo fixo/Ativo total	94,31%	88,97%
Ativo circulante/Ativo total	5,01%	2,59%
Ativo fixo/Ativo circulante	1884,32%	3436,97%
Estrutura do Passivo		
Passivo longo prazo/Passivo total	43,76%	41,41%
Passivo de curto prazo/Passivo total	1,11%	6,38%
Passivo de longo prazo/Passivo curto prazo	3957,70%	628,25%
Análise do Ativo Fixo		
Ativo fixo/Endividamento a médio e longo prazo	680,79%	604,49%
Amortizações acumuladas/Imobilizado bruto	40,39%	37,85%
Análise do Passivo Exigível		
Coefficiente de endividamento a curto prazo		
Divida de curto prazo/Património líquido	0,51%	3,70%
Coefficiente de endividamento a longo prazo		
Divida de médio longo prazo/Património líquido	20,27%	23,26%
Índices de Liquidez		
Disponibilidades/Exigível a curto prazo	1210,29%	59,84%
Ativo circulante/Exigível a curto prazo	1429,88%	110,50%
Índices de Solvência		
Dividas a terceiros/Ativo total	14,20%	17,06%

8.4.7 Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Face ao Resultado Líquido do Exercício de 3 698 630,53€ (três milhões seiscentos e noventa e oito mil, seiscentos e trinta euros e cinquenta e três cêntimos), nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL propõe-se a sua aprovação e que o mesmo seja levado à conta 59 – Resultados Transitados.

9. CONTABILIDADE DE CUSTOS

O Desenho e Implementação de um Sistema de Contabilidade de Custos para apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços é obrigatório nos termos do n.º 2.8.3.1 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

À Contabilidade de Custos, cumpre clarificar a aplicação dos recursos públicos numa perspetiva de economia, eficiência, eficácia e possibilitando um controlo de gestão sobre aspetos concretos da atividade Municipal, distinguindo-se da Contabilidade Patrimonial na medida em que, ao invés de ter por objeto as relações da Autarquia com o exterior, focaliza-se no registo e controlo de todos os movimentos internos, permitindo a elaboração de informação indicativa do alcance dos objetivos planeados. Assim os outputs da Contabilidade de Custos, deverá ser analisada numa ótica de complementaridade relativamente à Contabilidade Patrimonial e Orçamental, pelo que, a sua leitura deve ser interpretada nesta perspetiva e não como confronto/validação de valores.

O Município de Olhão tem implementado o Sistema de Contabilidade de Custos, o qual tem proporcionado informação sustentada da performance económica da atividade autárquica nos seguintes domínios:

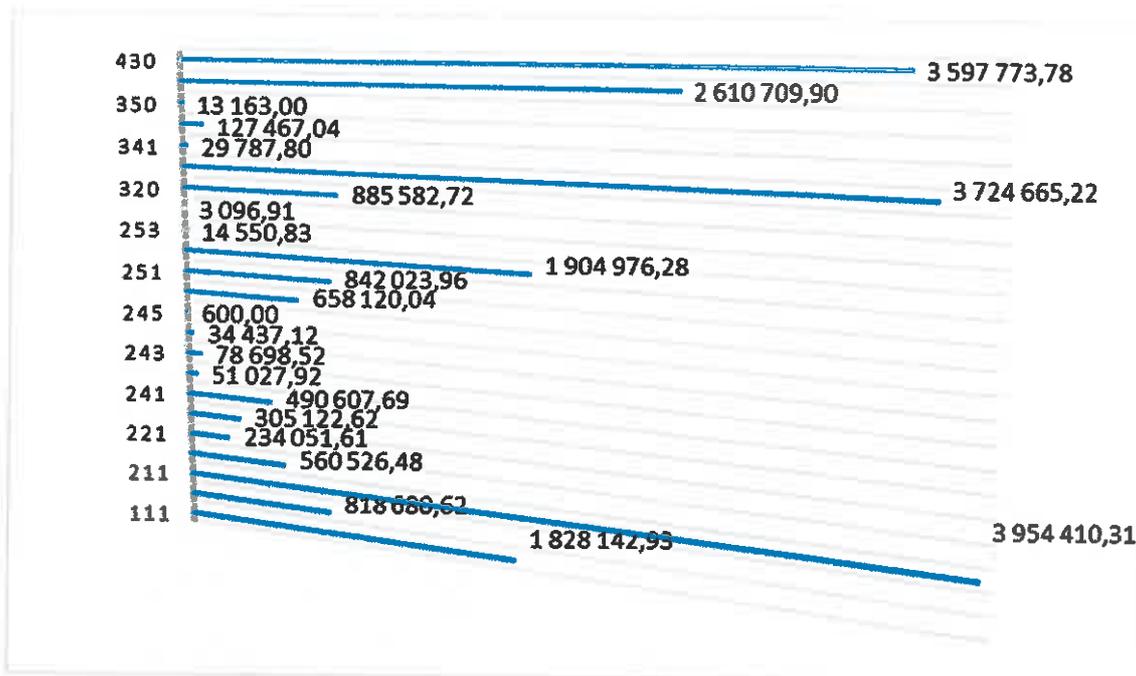
1. Quantificar a estrutura de custos da unidade orgânica;
2. Delimitar o custo das Atividades, Eventos e Projetos Municipais;
3. Quantificar os custos, quando aplicável, dos Serviços Prestados e Bens produzidos pelo Município;
4. Quantificar o custo das transferências para Entidades Terceiras (em numerário/valor e em espécie);
5. Assegurar que a gestão de stocks do Município de Olhão cumpre os requisitos de uma gestão moderna, satisfazendo os princípios da economia, eficiência e eficácia;
6. Delimitar o custo com Máquinas e viaturas (cálculo do custo hora/máquina e custo km/viatura);
7. Auxiliar a determinação da quantia das taxas e preços públicos.

A macroestrutura de centros de custos utilizada pelo Município foi criada tendo em vista a imputação de todos os tipos de custos possíveis no âmbito das atribuições e competências a que o Município está incumbido pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Considerando a complexidade técnica deste sistema e o grau de envolvimento de todos os serviços do Município de Olhão, persistem alguns condicionalismos na sua aplicação prática, e na plena classificação dos custos, pelo que, embora registando assinaláveis avanços na sua classificação, a análise a que se procede é ainda influenciada pela qualidade dos resultados obtidos, situação que se pretende ver ultrapassada.

Dos resultados obtidos com o Sistema de Contabilidade de custos de 2016, o apuramento dos custos por funções é o seguinte:

Função	Designação da Função	Custos (€)
111	Administração geral	1 828 142,93
121	Proteção civil e luta contra incêndios	818 680,62
211	Ensino não superior	3 954 410,31
212	Serviços auxiliares de ensino	560 526,48
221	Serviços individuais de saúde	234 051,61
232	Ação social	305 122,62
241	Habitação	490 607,69
242	Ordenamento do território	51 027,92
243	Saneamento	78 698,52
244	Abastecimento de água	34 437,12
245	Resíduos sólidos	600,00
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	658 120,04
251	Cultura	842 023,96
252	Desporto, recreio e lazer	1 904 976,28
253	Outras atividades cívicas e religiosas	14 550,83
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	3 096,91
320	Indústria e energia	885 582,72
331	Transportes rodoviários	3 724 665,22
341	Mercados e feiras	29 787,80
342	Turismo	127 467,04
350	Outras funções económicas	13 163,00
420	Transferências entre administrações	2 610 709,90
430	Diversas não especificadas	3 597 773,78



De acordo com os custos apurados nas funções, as funções que se destacam a nível de custos são a “211 – Ensino não superior” e a “331- Transportes Rodoviários”, que representam o grande investimento feito nos últimos anos nas infraestruturas rodoviárias, sinalização, parques de estacionamento e parque escolar por via das amortizações associadas.

Outra função com valor significativo é a função “420- Transferências entre administrações”, que inclui as transferências efetuadas para outras entidades da administração central, regional ou autárquica (Juntas de Freguesia, Empresas Municipais, Associações Municipais)

A função “430 – Diversas não especificadas “, engloba os custos não enquadráveis a uma função especificada.

Os custos apurados nas restantes funções, além do investimento realizado em anos anteriores, onde o peso dos custos advém das amortizações, representam também o enorme esforço financeiro e aposta do Município, essencialmente, nas áreas da Educação, Desporto, Cultura, Meio Ambiente e Ação Social.

É de referir que os custos com pessoal e amortizações são os mais representativos dos custos totais de cada função.



CONCLUSÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO



CONCLUSÃO

Após a análise detalhada da situação financeira deste Município ao longo deste relatório, constata-se que em termos gerais o ano 2016 ficou marcado pelo desempenho positivo na sua generalidade, nomeadamente:

- Execução orçamental da receita de 104,52% e da despesa de 85,77%;
- Aumento de 18,70% da receita e um aumento 9,51% da despesa;
- Cumprimento dos limites previsto na lei (dívida total e do equilíbrio);
- Aumento expressivo dos bens de capital (domínio público e privado) em 129,74%;
- Poupança significativa de correntes para financiamento das despesas de capital;
- Resultado líquido positivo no valor de 3 698 630,53€;
- Melhoria significativa da situação financeira do Município.



Município de **Olhão**

2022

EXECUÇÃO DO PAEL



II. EXECUÇÃO DO PAEL

Em 2012 o governo criou o PAEL – Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, enquanto instrumento financeiro, tendo por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registado no SIAL – Sistema Integrado de Informação da Administração Local, à data de 31 de março de 2012, nos termos da Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto e Portaria n.º 281-A/2012 de 14 de Setembro, sendo necessário determinar uma estratégia, consubstanciada num Plano de Ajustamento Financeiro, com medidas concretas e quantificadas com vista a alcançar o restabelecimento da situação financeira do município, com especial incidência na redução e racionalização da despesa, na otimização da receita e no incremento do controlo interno;

O município enquadrou-se no Programa II do PAEL, reunindo condições para apresentar uma candidatura de adesão, a qual pressupõe o recurso a um empréstimo, celebrando o seu contrato com o Estado Português e obtido o visto do Tribunal de Contas em 27/05/2013, no valor de 4.083.539,95€

A disponibilização do montante de financiamento foi efetuado em duas tranches, uma em junho e outra em outubro de 2013.

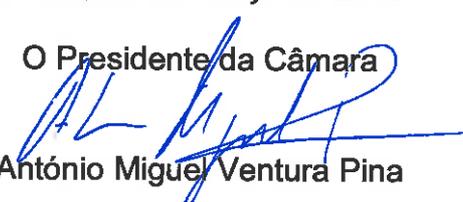
No final de 2013 a dívida incluída no programa encontrava-se totalmente liquidada.

De acordo com o n.º 2 do art. 12º da Lei n.º 43/2012, de 28 de Agosto, todos os Municípios aderentes estão obrigados a incluir no relatório da conta de gerência um anexo relativo à execução do PAEL.

Em anexo ao presente relatório encontra-se os vários mapas de execução do referido programa.

Olhão, 09 de março de 2016

O Presidente da Câmara



António Miguel Ventura Pina

ANEXOS

